

**MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER JUDICIÁRIO  
FVG DIREITO RIO**



**CAROLINE DA ROSA PINHEIRO**

**CADASTRO POSITIVO:**

**A POSSIBILIDADE DE ACESSO AO CRÉDITO COMO  
UM DOS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL**

RIO DE JANEIRO

2012

CAROLINE DA ROSA PINHEIRO

**CADASTRO POSITIVO:**

**A POSSIBILIDADE DE ACESSO AO CRÉDITO COMO  
UM DOS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL**

Dissertação para cumprimento de  
requisito à obtenção do título de  
Mestre, no Mestrado Profissional em  
Poder Judiciário da FGV Direito Rio.

Área de Concentração: Práticas  
Jurisdicionais de Fim

Orientador: Prof. Dr. Antônio José Maristrello Porto

Co-orientadora: Profa. Dra. Fabiana Luci de Oliveira

RIO DE JANEIRO

2012

PINHEIRO, Caroline da Rosa.

Cadastro positivo : a possibilidade de acesso ao crédito como um dos caminhos para o desenvolvimento social / Caroline da Rosa Pinheiro. – 2012.

106 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro)

Orientador: Antônio José Maristrello Porto. Co-orientador: Fabiana Luci de Oliveira

CAROLINE DA ROSA PINHEIRO

**CADASTRO POSITIVO:**

**A POSSIBILIDADE DE ACESSO AO CRÉDITO COMO  
UM DOS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL**

Dissertação apresentada à Escola de Direito do Rio de Janeiro da  
Fundação Getúlio Vargas para obtenção do grau de mestre. Área de  
Concentração: Práticas Jurisdicionais de Fim

Aprovada em 23 de março de 2012

Pela comissão organizadora

---

Prof. Dr. Antônio José Maristrello Porto  
Escola de Direito do Rio de Janeiro - FGV

---

Profa. Dra. Fabiana Luci de Oliveira  
Escola de Direito do Rio de Janeiro - FGV

---

Prof. Dr. Roberto Fragale Filho  
Escola de Direito do Rio de Janeiro - FGV

---

Prof. Dr. Eduardo Manuel Val  
Universidade Federal Fluminense

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por permitir a realização de mais uma etapa, aos meus pais, meus eternos credores, que me dispensam sempre tanto amor e dedicação, ao meu orientador, Prof. Antônio José Maristrello Porto pela indicação de um tema tão atual e a Profa. Fabiana Luci de Oliveira por auxiliar na realização de minha primeira *survey*.

Agradeço, especialmente, a Leonardo Figueiredo Barbosa, por me ajudar a olhar adiante e seguir em frente.

## RESUMO

PINHEIRO, Caroline da Rosa. **Cadastro Positivo:** a possibilidade de acesso ao crédito como um dos caminhos para o desenvolvimento social. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Poder Judiciário) Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, fevereiro, 2012.

A presente dissertação objetiva demonstrar que o Cadastro Positivo, como instrumento que permite o aumento do acesso ao crédito, pode ser considerado um dos fatores a proporcionar o desenvolvimento social. Nesse sentido, apresentaremos as posições que norteiam o instituto da privacidade como direito fundamental e como “valor intermediário”, tudo considerando o contexto dos bancos de dados de proteção ao crédito. Apresentaremos, ainda, dados obtidos em pesquisa que buscou conhecer as impressões dos consumidores da cidade do Rio de Janeiro em relação à criação Cadastro Positivo, bem como buscou verificar o nível de preferência desses consumidores em relação à possibilidade de aumento do acesso ao crédito e a privacidade, tendo em vista os limites jurídicos impostos ao tratamento das informações positivas pelos bancos de dados. Demonstrar-se-á que apesar de o Brasil viver um momento de transformação em relação ao tema por conta da criação da Lei 12.414/11, ainda, existem muitos desafios a serem superados por conta da nossa estrutura jurídica e costume social.

**Palavras-chave:** Bancos de dados de proteção ao crédito. Informação positiva. Privacidade.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to demonstrate that the fair credit report, as an enabling tool to increase access to credit, can be considered one of the factors to provide social development. Accordingly, we present the positions that guide the institute of privacy as a fundamental right and as "intermediate value", all considering the context of databases of credit protection. We present also the data obtained in a study that sought to ascertain the perceptions of consumers of the city of Rio de Janeiro regarding to the creation of fair credit report and also aimed to verify the level of preference of consumers regarding to the possibility of increasing access to credit and privacy, in view of the legal limits imposed on the processing of positive information for the databases. It will demonstrate that despite Brazil live a moment of transformation in relation to the subject due to the creation of the Law 12.414/11, there are still many challenges to be overcome due to our legal structure and our social custom.

**Keywords:** Credit protection databases. Positive Information. Privacy.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Quadro Comparativo de Taxas de Juros.....	16
Tabela 2: Taxas médias de juros em 2011.....	21
Figura 1: Possível efeito do cadastro positivo .....	76
Gráfico 1: Informações sobre conta corrente em relação ao gênero.....	82
Gráfico 2: Informações sobre conta corrente em relação à classe econômica...	82
Gráfico 3: Informação sobre caderneta de poupança em relação ao gênero.....	83
Gráfico 4: Informação sobre caderneta de poupança em relação à classe econômica.....	83
Gráfico 5: Informação sobre cartão de crédito em relação ao gênero.....	84
Gráfico 6: Informação sobre cartão de crédito em relação à classe econômica..	84
Gráfico 7: Informação sobre pagamento de prestação, empréstimo ou financiamento em relação ao gênero.....	85
Gráfico 8: Informação sobre envolvimento com prestação, empréstimo ou financiamento em relação à classe econômica.....	85
Gráfico 9: Informação sobre conhecimento do consumidor em relação às taxas de juros.....	86
Gráfico 10: Informação sobre conhecimento do consumidor em relação às taxas de juros por classe econômica.....	86
Gráfico 11: Informação sobre realização de empréstimo (financiamento/cheque especial) em relação à classe econômica.....	87
Gráfico 12: Informação sobre o conhecimento do cadastro negativo em relação ao gênero.....	88
Gráfico 13: Informação sobre o conhecimento do cadastro negativo em relação à classe econômica.....	88
Gráfico 14: Informação sobre o conhecimento do cadastro positivo em relação ao gênero.....	89
Gráfico 15: Informação sobre o conhecimento do cadastro negativo em relação à classe econômica.....	89



Gráfico 16: Informação sobre a preferência do consumidor entre a privacidade e o crédito em relação ao gênero.....	91
Gráfico 17: Informação sobre a preferência do consumidor entre a privacidade e o crédito em relação à escolaridade.....	91
Gráfico 18: Informação sobre a preferência do consumidor entre a privacidade e o crédito em relação à classe econômica.....	92
Gráfico 19: Informação sobre a preferência do consumidor entre o crédito e o risco de classificação errada em relação ao gênero.....	92
Gráfico 20: Informação sobre a preferência do consumidor entre o crédito e o risco de classificação errada em relação à escolaridade.....	93
Gráfico 21: Informação sobre a preferência do consumidor entre o crédito e o risco de classificação errada em relação à classe econômica.....	93
Gráfico 22: Opinião do consumidor sobre a inclusão automática no cadastro positivo em relação ao gênero.....	94
Gráfico 23: Opinião do consumidor sobre a inclusão automática no cadastro positivo em relação ao gênero.....	94
Gráfico 24: Informação sobre se o consumidor gostaria de fazer parte do cadastro positivo em relação ao gênero.....	95
Gráfico 25: Informação sobre se o consumidor gostaria de fazer parte do cadastro positivo em relação à classe econômica.....	95
Gráfico 26: Informação sobre o grau de confiabilidade do consumidor nas instituições públicas ou privadas para a manutenção do cadastro positivo em relação ao gênero.....	96
Gráfico 27: Informação sobre o grau de confiabilidade do consumidor nas instituições públicas ou privadas para a manutenção do cadastro positivo em relação à classe econômica.....	96
Gráfico 28: Informação sobre o grau de confiabilidade do consumidor nas instituições (Serasa/SPC, Governo, Procon e Grandes Empresas).....	97
Gráfico 29: Opinião do consumidor sobre a inclusão do pagamento de contas básicas (água, luz, telefone) no cadastro positivo em relação à classe econômica.....	98
Gráfico 30: Opinião do consumidor sobre a inclusão do nome no Serasa e SPC em relação à classe econômica.....	98

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 O CRÉDITO E SUAS IMPLICAÇÕES.....	14
1.1 A importância do Crédito.....	14
1.2 A situação do crédito no Brasil (um comparativo da taxa de juros) .....	15
1.3 A informação como base para a concessão do crédito.....	19
1.4 O conceito: “bancos de dados de proteção ao crédito” .....	22
CAPÍTULO 2 CADASTRO POSITIVO .....	25
2.1. Conhecendo o Instituto .....	25
2.2. Tendência Atual: a valorização do controle das informações positivas.....	25
2.3. A Europa – Diretiva 95/46 .....	27
2.4 Os Estados Unidos: <i>Fair Credit Reporting Act</i> (1970) .....	30
2.5. Os principais pontos do sistema europeu e americano.....	32
2.6. O Brasil e o Cadastro Positivo – Breve Análise da Lei 12.414/11 .....	34
CAPÍTULO 3 A PRIVACIDADE .....	61
3.1. Introdução .....	61
3.2 Um histórico sobre a privacidade e o universo dos bancos de dados informatizados.....	61
3.3. A outra face da privacidade e os interesses a ela vinculados – a análise de Richard Posner ....	68
3.3.1. Informação privada: o interesse na ocultação de dados pessoais .....	68
3.4. A relativização da privacidade – um novo olhar para aplicação do instituto na proteção dos bancos de dados .....	74
3.5 O argumento da ponderação considerando a tese de Richard Posner .....	78
CAPÍTULO 4 PESQUISA EMPÍRICA .....	81
4.1 Informações sobre conta corrente, poupança e cartão de crédito.....	82
4.2 Pagamento de prestação, empréstimo ou financiamento.....	85
4.3 Conhecimento do consumidor em relação às taxas de juros .....	86
4.4 Realização de empréstimo (financiamento/cheque especial/cartão de crédito/dinheiro) nos últimos 12 meses – anteriores a realização da pesquisa.....	87
4.5 Conhecimento sobre o Cadastro Negativo .....	88
4.6 Conhecimento sobre o Cadastro Positivo: .....	89
4.7 Apresentação do Cadastro Positivo (funcionamento) .....	90
4.8 Preferência entre o crédito e a privacidade .....	91
4.9 Preferência entre o crédito e o risco de classificação errada.....	92
4.10 Possibilidade de inclusão automática.....	94

4.11 Gostaria (ou não) de fazer parte do cadastro positivo .....	95
4.12 Confiabilidade das instituições (públicas ou privadas) para responsabilização/manutenção do cadastro positivo .....	96
4.13 Confiabilidade entre as instituições (Serasa/SPC, Governo, Bancos, Judiciário ou Procon) para responsabilização/manutenção do Cadastro Positivo.....	97
4.14 Inclusão do pagamento de contas básicas como (água, luz, telefone) no cadastro positivo ....	98
4.15 Inclusão do nome no Serasa e SPC .....	98
CONCLUSÃO .....	100
REFERÊNCIAS .....	103

## INTRODUÇÃO

O Brasil é hoje, mundialmente, reconhecido como um país com grandes chances de desenvolvimento econômico e social para os próximos anos. Tal cenário passa, necessariamente, pela análise da situação do crédito.

Nos últimos anos, diversos estudos desenvolvidos no âmbito das ciências econômicas revelaram que as questões relacionadas ao crescimento da sociedade estão diretamente relacionadas ao fator de acumulação do capital. A partir dessa ideia propomos a reflexão sobre a seguinte questão: o que uma pessoa pode deixar de realizar durante sua vida por não ter dinheiro?

Tal pergunta possui relação direta com a questão do crédito e suas possibilidades de acesso, sobretudo quando vista sobre o aspecto das realizações pessoais dos indivíduos da sociedade e do desenvolvimento da vida em coletividade como um todo.

José de Gregorio (1996), por meio de estudos realizados em países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dos países em desenvolvimento, verificou que restrições creditícias podem ocasionar a redução de acumulação do capital humano, ou seja, que exercem influência direta nos investimentos destinados a educação, habitação, saúde etc., ocasionando, conseqüentemente, um menor crescimento desses países.

Tais afirmações, também, encontram respaldo nos dados apresentados por pesquisa realizada pelo Banco Mundial, que demonstram que quando um país apresenta um percentual razoável de concessão de microcrédito, que tenham algum impacto no seu Produto Interno Bruto (PIB) está contribuindo para a diminuição da pobreza. Em contrapartida, os países que não possuem um sistema de incentivo e que, por sua vez, não realizam essas concessões, estão tornando, ainda, mais pobres aqueles que já estão na linha da pobreza<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Em notícia intitulada “The new Research shows Financial Development is not only Pro-Growth, but also Pro-Poor” o Banco mundial afirma: “Comparative analysis of average annual growth rates in poverty, private credit and GDP over 20 years show that countries with higher levels of private credit reduced poverty more quickly. For example, in Chile, where private credit accounts for 54 percent of GDP, the percentage of people living on less than \$1 a day decreased by 14 percent a year between 1987 and 2000. But in neighboring Peru, where private credit amounts to just 13 percent of GDP, the proportion of

Com base nessas informações, afirma-se que a concessão do crédito deve ser considerada como uma das variáveis a influenciar o desenvolvimento econômico-social de um país.

A partir de tal constatação e considerando a institucionalização do cadastro positivo no Brasil ocorrido, recentemente, com a Lei 12.414/2011 faz-se necessária a reflexão sobre os impactos econômicos e sociais que esse mecanismo pode acarretar. Ressalte-se, entretanto, que o presente trabalho parte da premissa de que a partir da criação de um Cadastro Positivo, haverá diminuição das taxas de juros e o aumento da quantidade de crédito.

Feitas as considerações necessárias acerca da influência e importância exercida pelo crédito, tema abordado no primeiro capítulo do presente trabalho, o segundo capítulo, apresentará os desdobramentos do instituto do cadastro positivo, onde serão analisados os sistemas americano e europeu, que serviram de inspiração para muitos modelos (inclusive para o brasileiro). Nesse particular, ressalta-se, quando for o caso, os aspectos positivos e negativos dos respectivos modelos.

Além desses pontos, será abordada a interferência sofrida pelo instituto na questão da informação assimétrica, momento em que assumiremos que a correção dessa falha pode levar a um funcionamento mais eficiente dos mercados. Isso porque, na medida em que os compradores pagam mais do que devem e/ou se por algum motivo deixam de comprar, ocorre à ineficiência do mercado. Nesse contexto, uma grande diferença na qualidade, quantidade, ou forma de processamento das informações entre as partes evita a celebração das transações, que a princípio, seriam mutuamente benéficas (PORTO, 2010).

A possibilidade de acesso dos credores a determinadas informações por meio dos contratos com natureza creditícia, que envolvem promessa de pagamento

---

extremely poor rose by 19 percent from 1985 to 2000. The new estimates, taken at face value, imply that, if Peru's financial sector had been as developed, or its private credit market as well-stocked as Chile's, the proportion of the population living on less than \$1 a day could be just two percent today, instead of 15 percent—a difference of 3.4 million people. A similar calculation suggests that, average incomes of the poor in Brazil could have grown by more than 1.5 percent a year from 1960 to 1999 instead of zero percent, if Brazil's financial system had been as developed as Korea's; Korea's private credit amounts to 74 percent of its GDP, while Brazil's is just 28 percent of GDP." Disponível em:<<http://go.worldbank.org/A3Y5AC36R0>>. Acesso em 20 ago. 2011.

futuro, torna a identificação do perfil e das intenções de um potencial devedor, fatores essenciais para o cálculo da probabilidade de pagamento do empréstimo. Entretanto, devido à dificuldade de acesso a essas informações a um custo razoável, ocorre um processo de seleção adversa no mercado de crédito (PORTO, 2010).

Nesse contexto, o Cadastro Positivo tem como objetivo permitir expressamente aos bancos de dados a coleta e o manuseio das informações relativas não apenas a atraso ou inadimplemento, mas também ao pagamento em dia das obrigações assumidas pelos consumidores. Dessa forma, eventuais dados negativos referentes aos inadimplementos e/ou atrasos anteriores poderiam passar a ser analisados conjuntamente com os dados “positivos”. Esse “novo” banco de dados pode proporcionar um retrato mais completo sobre o histórico do crédito de cada pessoa (PORTO, 2010).

Em suma, a ideia do cadastro positivo é a de que os bancos de dados de consumidores passem a proporcionar aos credores informações mais completas sobre o comportamento financeiro do consumidor. Tais informações podem contribuir para uma mudança no perfil de cobrança dos credores em relação aos consumidores identificados na base de dados como “bons pagadores”, na medida em que aumenta a possibilidade de diminuir as exigências para a obtenção de crédito (menor pagamento inicial, menos garantias, menores taxas de juros etc.). Munidos de mais informações, os credores terão condições de distinguir melhor os riscos dos potenciais devedores e assim poderão ofertar condições de créditos proporcionais a esses riscos (PORTO, 2010).

Ainda, no segundo capítulo, encontram-se os comentários de artigo por artigo da Lei 12.414/11, com objetivo de destacar os valores adotados pelo nosso legislador no que se refere ao tema.

O terceiro capítulo é dedicado ao tratamento do instituto da privacidade. Além de confirmar a importância de tal instituto para o direito e, sobretudo para a legislação sobre bancos de dados de informações, será feita uma abordagem considerando dois cenários diferentes: o primeiro relacionado à doutrina dos bancos de dados de proteção ao crédito a partir do “*The right to privacy*” de Brandeis e Warren e o segundo a partir de uma análise econômica da privacidade considerando os argumentos de Richard Posner em seu “A economia da Justiça”. A abordagem foi determinada dessa forma por considerar que um dos principais problemas jurídicos

suscitados pela criação do Cadastro Positivo é o equilíbrio entre o maior acesso ao mercado de crédito, ou seja, mais crédito a juros mais baixo e a proteção aos dados pessoais do consumidor em relação a seu histórico de crédito.

Embora, aparentemente, existam incentivos para que grande parte dos consumidores se inscreva no Cadastro Positivo, a implementação e a efetividade de tal medida esbarram na questão da privacidade, uma vez que a inclusão do consumidor no citado cadastro depende de sua prévia autorização.

A partir dessas questões, chamamos atenção para os problemas ocasionados pela observação irrestrita do direito à privacidade em detrimento do funcionamento dos institutos como o Cadastro Positivo.

O quarto e último capítulo se dedica a apresentação dos resultados da pesquisa empírica realizada com os consumidores da cidade do Rio de Janeiro. Tal pesquisa teve como principal objetivo avaliar se os consumidores teriam possibilidade prática de efetivamente escolher entre a acessibilidade facilitada no mercado de crédito e a preservação da sua privacidade no que tange os seus históricos de crédito.

Além disso, destaque-se que, de um ponto de vista genérico, a pesquisa também buscou entender como a criação de um banco de dados para a formação de um cadastro positivo pode contribuir para o acesso ao crédito e para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e quais são as preferências do consumidor entre o crédito e a privacidade.

A conclusão sobre o levantamento teórico conjugado com os resultados obtidos na pesquisa empírica é o quinto e último ponto desse trabalho.

Dessa forma, a presente dissertação, pretende: (i) demonstrar como um instrumento como o cadastro positivo, na medida em que se constitui em uma das formas para o acesso ao crédito, pode vir a contribuir para o desenvolvimento social e (ii) demonstrar a necessidade da releitura do instituto da privacidade nesse contexto específico.

## CAPÍTULO 1 O CRÉDITO E SUAS IMPLICAÇÕES

### 1.1 A importância do Crédito

O primeiro capítulo da presente dissertação trata da importância do crédito como fator que contribui para o desenvolvimento social, contextualizando o papel exercido pela informação, matéria prima dos bancos de dados de proteção ao crédito no mercado. Para que possamos compreender melhor o instituto, nos socorremos do significado da palavra crédito, adotado pelo dicionário da língua portuguesa, a partir do qual se verifica que sua conceituação se demonstra como algo bastante abrangente:

#### **crédito**

cré.di.to

*sm (lat creditu)* **1** Confiança que inspiram as boas qualidades duma pessoa.**2** Boa fama.**3** Consideração, influência, valimento.**4** Autoridade, importância, valia.**5** Com Confiança na solvabilidade de alguém.**6** Prazo para pagamento: *Comprar a crédito*.**7** Dinheiro posto à disposição de alguém numa casa bancária ou comercial.**8** Aquilo que, na sua escrita, o negociante há de haver; haver, dívida ativa.**9** Facilidade em obter dinheiro por empréstimo ou de abrir conta em casas comerciais. **10** Direito de receber o que se emprestou. **11** Quantia a que corresponde este direito. **12** *Polít* Autorização de despesa concedida ao Governo pelo Parlamento. **13** Fé, crença. *Antôn* (acepções de 7 a 11): *débito*. *C. aberto*: crédito concedido a alguém para poder sacar dinheiro ou mercadorias. *C. congelado*: o que não pode ser transferido para o exterior em razão de providências restritivas do Governo. *C. extraordinário*: fundos pedidos por um ministro para fazer em face de despesa não consignada no orçamento. *C. móvel*: o que é garantido por bens ou valores móveis. *C. pignoratício*: crédito concedido mediante garantias de penhor de bens. *C. público*: confiança de que goza o governo perante aqueles com quem contrai empréstimos para o pagamento das suas dívidas. *C. quirografário*: crédito provado por um documento manuscrito, não autenticado. *C. real*: o que é assegurado por um direito real, como o penhor, a hipoteca, a anticrese (Clóvis Beviláqua). *Créditos ordinários*: créditos abertos aos ministérios e previstos no orçamento. *Créditos suplementares*: autorização de despesa pedida como suplemento a um crédito, votado no orçamento, que não foi suficiente para a despesa a que era destinado. *Dar crédito a*: acreditar em.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup>Informação disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=crédito>>. Acesso em 12 ago. 2011.



A partir do seu significado podemos associar o crédito a uma espécie de operação bancária na qual se realiza uma prestação contra a promessa de uma prestação futura. Nesse contexto (e considerando a abrangência do seu significado) preferimos nos ater a um sentido um pouco mais amplo: a ideia de que o crédito é um dos elementos propulsores para o desenvolvimento social, na medida em que ele, também, se constitui em forma de acúmulo de capital humano<sup>3</sup>, sendo essa a justificativa do seu elemento em nível macro.

Apesar da referência a problemas, tais como: a concessão ao crédito *versus* o aumento do endividamento, a dificuldade de compatibilizar a disseminação das informações pelas entidades de proteção ao crédito com a preservação da privacidade dos consumidores, é certo que o crédito pode ser compreendido como elemento facilitador para a acumulação de capital, pois é por meio dele que são criadas as possibilidades de investimento pessoal do indivíduo, seja pela aquisição de bens de consumo e/ou capacitação educacional/profissional, o crédito se revela como um dos fatores de movimentação do mercado, aspecto potencializado pelo consumo.

## **1.2 A situação do crédito no Brasil (um comparativo da taxa de juros)**

A ideia de desenvolvimento sustentável de longo prazo, que tenha em vista o combate à pobreza depende de um mercado de crédito inclusivo, ou seja, acessível a todos. Alguns autores afirmam, inclusive, que essa concepção abarca a ideia de democracia econômica e que o conceito de inclusão pelo mercado de crédito traduz o mais perfeito exemplo de cidadania<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Conceito desenvolvido por Gary Becker, para quem: “[...] capital humano é qualquer atividade que implique num custo no período corrente e que aumente a produtividade no futuro pode ser analisada dentro da estrutura da teoria do investimento” (NETO, 2005, p. 12).

<sup>4</sup> “The availability and Access to finance can be crucial influence on the economic entitlements that economics agents are practically able to secure. This applies all the way from large enterprises (in which hundreds of thousands of people may work) to tiny establishments that rely on microcredit” Markets and freedoms. London: Suntory-Toyota International Center for Economics and Related Disciplines, London School of Economics, 1991. E ainda, do mesmo autor, em célebre trabalho Development as freedom. Oxford University Press, 1999. (Apud SADDI, 2007, p.17).

Entretanto, embora haja uma unanimidade entre os estudiosos que um dado país não consegue se desenvolver sem um amplo e estável mercado de crédito, e que esse crédito deva ser acessível e sem custo, em nosso país, “[...]o crédito é pequeno em tamanho, volátil no tempo em sua oferta e caro na sua estrutura” (SADDI, 2007, p.17), apesar das recentes mudanças institucionais e de um relativo crescimento na abrangência da oferta, nosso mercado, ainda, está longe do “ideal”, pois permanece com taxas de juros expressivas.

Apenas para ficar num exemplo, apresentamos abaixo um quadro que trata da diferença entre as taxas de juros praticadas no Brasil e em diversos países do mundo.

**Tabela 1: Quadro Comparativo de Taxas de Juros**

Brasil Econômico – Taxa de Juros Global <sup>5</sup> Última Atualização: 12/12/2011			
Bancos Centrais	Valor Anterior	Última Alteração	Taxa Atual
Argentina	11,15%	N/A	10,50%
Brasil	11,00%	30/11/2011	11,50%
Canadá	1,00%	08/09/2010	0,75%
Chile	3,25%	16/12/2010	3,00%
Estados Unidos	0,25%	16/12/2008	1,00%
México	4,50%	17/07/2009	4,75%
Países	Valor Anterior	Última Alteração	Taxa Atual
União Europeia	1,00%	08/12/2011	1,25%
República Tcheca	0,75%	06/05/2010	1,00%
Hungria	6,50%	29/11/2011	6,00%
Islândia	4,75%	02/11/2011	4,50%
Noruega	2,25%	12/05/2011	2,00%
Polônia	4,50%	08/06/2011	4,25%
Eslováquia	1,75%	13/05/2009	2,25%
Suécia	2,00%	07/09/2011	1,00%
Suíça	0,00%	03/08/2011	0,25%
Reino Unido	0,50%	05/03/2009	1,00%
África do Sul	5,50%	10/09/2010	6,50%
Egito	8,25%	22/09/2009	8,50%
Turquia	5,75%	05/08/2011	6,25%

<sup>5</sup> Informação disponível em: [http://www.brasileconomico.com.br/paginas/taxas-de-juros\\_81.html](http://www.brasileconomico.com.br/paginas/taxas-de-juros_81.html). Acesso em: 18 de dezembro de 2011.

Ásia			
Austrália	4,25%	06/12/2011	4,50%
China	6,56%	06/07/2011	6,31%
Hong Kong	0,50%	17/12/2008	1,50%
Índia	8,50%	25/10/2011	8,25%
Japão	0,10%	19/12/2008	0,30%
Coreia do Sul	3,25%	10/06/2011	3,00%
Nova Zelândia	2,50%	09/03/2011	3,00%
Taiwan	1,875%	01/07/2011	1,75%

Como se pode observar, tendo em vista a comparação demonstrada na Tabela 1, o custo do crédito em nosso país é bastante elevado. Dessa forma, entendemos razoável a possibilidade de considerar tal situação como um dos entraves ao desenvolvimento econômico e social, sobretudo quando o Brasil apresenta, ainda hoje, uma das taxas mais altas do mundo.

Ora, um dos maiores desafios para o desenvolvimento social de um país é a sua organização voltada para os investimentos em acumulação de capital. É bem verdade que a possibilidade de acesso ao crédito por si só não se constitui na acumulação de capital. Todavia, as múltiplas possibilidades de atendimento às necessidades humanas básicas ocasionadas pelo acesso ao crédito fazem com que esse instrumento possa ser utilizado pelos Estados, como dito anteriormente, como um meio para se chegar ao desenvolvimento social.

Nesse sentido, vale chamar atenção para as conclusões obtidas na pesquisa realizada pelo Banco Mundial:

Using a broad sample of 52 developing and developed countries, with data averaged over the period 1960 to 1999, this paper assesses whether there is a direct relationship between financial intermediary development and changes in income distribution. This relationship is crucial in understanding the linkage between financial development and poverty alleviation since poverty reduction in any given country is determined by the growth of mean income and changes in income distribution. Given that there is already significant evidence that financial development is pro-growth, we seek to determine whether financial development is also pro-poor. By pro-poor, we mean does financial development significantly improve income distribution by disproportionately boosting the incomes of the poor? To capture changes in income distribution, we use the growth rates of (i) income of the poorest quintile, (ii) the Gini coefficient, and (iii) the standard deviation of income distribution. To test whether financial development boosts income growth of the poor more than the average, we examine the relationship between finance and income growth of the poor while controlling for average income

growth. Our results indicate that finance is pro-poor (BECK, T.; DERMIGÜÇ-KUNT, A.; LEVINE, R., 2004).

Ainda, nesse cenário, é importante mencionar que apesar dos dados sobre a elevada taxa de juros (Tabela 1) e a constatação de que a oferta e o barateamento do crédito são apontados como um dos principais fatores a impulsionar do movimento de ascensão social, fato é que quando a capacidade de consumo avança mais do que a renda pessoal e familiar, o crescimento ocasionado pode ser frágil, o que coloca em perigo a manutenção do avanço conquistado no mercado e a sustentação do processo de ascensão social e econômica.

Ora, tendo em vista que o mercado é considerado um dos principais meios para que o Estado promova o bem estar social, não há como ignorar eventuais deficiências oriundas das regras de determinação para o funcionamento do mercado, tendo em vista que elas são determinadas pelo próprio Estado, sob o argumento de realização/manutenção do bem estar social. Nessa direção, destacamos os ensinamentos de Amartya Sen no que se refere ao papel dos mercados como parte do processo de desenvolvimento:

A capacidade do mecanismo de mercado de contribuir para o elevado crescimento econômico global tem sido ampla e acertadamente reconhecida na literatura contemporânea. No entanto, seria um erro ver o mecanismo de mercado apenas como derivativo. Como observou Adam Smith, a liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão de valorizar. (...) É importante não só dar o devido valor aos mercados, mas também apreciar o papel das outras liberdades econômicas, sociais e políticas que melhoram e enriquecem a vida que as pessoas podem levar (1999, p.20).

Nesse contexto, reitera-se a necessidade de se rever a situação do crédito no Brasil, pois é notório que seu funcionamento demonstra deficiências, não apenas no que se refere às suas formas de acesso, mas também pelo seu custo que supera e muito as taxas praticadas em outros países.

Considerando os dados apresentados podemos dizer que o crédito, seu acesso e seu custo são fatores que devem ser estudados e aperfeiçoados, principalmente, em países em desenvolvimento como o Brasil (onde questões como: saúde, educação, moradia, além de outros inúmeros fatores, ainda, dependem de investimentos), sobretudo em momentos como esse, em que ocorre o barateamento do crédito e, conseqüentemente, há aumento do seu acesso pela classe “c”.

Ainda, nesse contexto, vale ressaltar, que embora ocasionalmente nos deparemos com notícias sobre as decisões do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) sobre os rumos que tomará a taxa básica da Economia, a SELIC (atualmente em 11,5%), verifica-se que mesmo quando a autoridade monetária opta pela redução dos juros (tal como foi proposto para o fechamento de 2011) com consenso do mercado financeiro sobre a redução em 0,5 pontos percentuais, o Brasil persiste liderando o ranking mundial de juros reais<sup>6</sup>.

### 1.3 A informação como base para a concessão do crédito<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Tabela 2: Taxas médias de juros corrente em 2011, para cartão de crédito, crédito pessoal e financiamento de automóveis no Brasil, nos EUA e em Bangladesh.

	BRASIL*	EUA**	BANGLADESH***
<b>Cartão de crédito</b>	10,69% a.m.	12,92% a.a.	31,5% a.a.
<b>Crédito pessoal</b>	4,79% a.m.	11,47% a.a.	16,5% a.a.
<b>Automóveis</b>	2,33% a.m.	5,81% a.a.	-

\* Taxa de juros a.m. (ao mês). Fonte: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO> e <http://www.anefac.com.br/pesquisajuros/2011/agosto2011.pdf>

\*\* Taxa de juros a.a. (ao ano). Fonte: <http://www.federalreserve.gov/releases/g19/current/g19.htm>

\*\*\* Taxa de juros a.a. (ao ano). Fonte: [http://www.standardchartered.com/bd/\\_documents/Interest\\_rate\\_matrix\\_07\\_09\\_2011.pdf](http://www.standardchartered.com/bd/_documents/Interest_rate_matrix_07_09_2011.pdf)

<sup>7</sup> A informação como fundamento para concessão do crédito é ponto específico do presente trabalho. Entretanto, não podemos deixar de mencionar sua no desenvolvimento da sociedade: “Sem dúvida, informação e conhecimentos sempre foram elementos cruciais no crescimento da economia, e a evolução da tecnologia determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica. (...) A emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne produto do processo produtivo. Sendo mais preciso: os produtos das novas indústrias de tecnologia da informação são dispositivos de processamento da informação ou o próprio processamento da informação. Ao transformarem os processos de processamento da informação, novas tecnologias da informação agem sobre todos os domínios da atividade humana e possibilitam o esclarecimento de conexões infinitas entre diferentes domínios, assim como entre os elementos e agentes de tais atividades. Surge uma economia em rede profundamente interdependente que se torna cada vez mais capaz de aplicar seu progresso em tecnologia, conhecimentos e administração na própria tecnologia, conhecimentos e administração. Um círculo tão virtuoso deve conduzir à maior produtividade e eficiência, considerando as condições corretas de transformações organizacionais e institucionais igualmente drásticas” (CASTELLS, 2003, p. 88). Manoel Castells se dedicou durante quase 12 anos para produzir a coleção “A Era da Informação”. Na opinião do autor o desenvolvimento da sociedade passou por três processos históricos: 1) a revolução das tecnologias da informação; 2) a crise econômica do capitalismo e do estatismo e sua reestruturação; 3) o nascimento dos movimentos sociais e culturais. Para ele, a interação desses três processos redefiniu a história das relações de produção e de poder e acabou

O conhecimento em relação ao potencial tomador de empréstimo é fundamental. Uma das formas pela qual esse conhecimento pode ser adquirido é pela formação de bancos de dados, que possuem a função de obter informações pessoais sobre esse tomador.

Essas informações servem para que aquele que concede o empréstimo ganhe confiança, fator que serve como aumento da segurança na relação (no negócio jurídico estabelecido).

Vale ressaltar que a confiança é aspecto fundamental para que haja concessão do crédito, isto porque, tal fato ocorre com base na expectativa de que as obrigações assumidas sejam cumpridas em momento futuro. “É indispensável a confiança da parte que fornece o crédito na solvência do devedor” (RIZZARDO apud, BESSA, 2008, p. 14).

Dessa forma, a concessão do crédito apoia-se no conhecimento e grau de confiança do credor em relação ao tomador do empréstimo. Tendo em vista que se estabelece uma relação de confiança por meio do contrato entre as partes, há interesse/necessidade de quem concede o empréstimo em adquirir informações sobre o tomador, essas informações conferem segurança aquele que concede o empréstimo, uma vez, que só assim lhe é permitido avaliar os riscos oriundos da realização do contrato.

É importante destacar que a confiança em relação ao cumprimento da obrigação decorre, diretamente, do grau de informação e conhecimento que se obtém sobre o tomador de crédito. Tal fato é destacado de forma intensa pela literatura econômica, onde é demonstrado que a questão da assimetria das informações<sup>8</sup> constitui-se em verdadeiro entrave para a concessão do crédito.

---

criando uma nova sociedade, caracterizada por uma nova estrutura social dominante: a sociedade rede, e, ainda, uma nova economia: a economia informacional global. Contudo, a característica da sociedade rede não é o papel crucial do conhecimento e da informação. Conhecimento e informação, na verdade, foram centrais para todas as sociedades. E foi a partir desse entendimento que o autor abandonou a noção, por ele mesmo criada e empregada de “sociedade da informação”.

<sup>8</sup> “3.5: Informação e assimetria informacional – vamos tomar o exemplo da compra de um carro usado, o mesmo que George Akerlof usou em seu célebre artigo “*The market for lemons*” (“*lemons*”, nos Estados Unidos, é o termo que designa carros usados). Como potenciais compradores não têm condições de avaliar de forma mais apurada ou precisa a qualidade e o histórico do carro (se já foi batido, se o motor está batendo pino etc.), ocorre um fenômeno que se conhece como assimetria informacional. Simetria (e seu antônimo

Nessa linha de raciocínio, resume-se os entendimentos de Tullio Jappelli e Marco Pagano (2002)<sup>9</sup>: um largo corpo de apresentações literárias mostra que informações assimétricas entre credores e seus clientes podem ocasionar a alocação eficiente de crédito. Os credores frequentemente são incapazes de observar as características dos seus mutuários, incluindo os riscos dos seus projetos de investimento, e isto induz ao chamado problema da seleção adversa. Os credores podem, também, ser incapazes de controlar as ações dos seus mutuários assim que eles pegam empréstimo. Um mutuário pode não empreender esforço para impedir a inadimplência ou até mesmo esconder os produtos do seu investimento para não ter que pagar suas dívidas. Mesmo um devedor solvente poderá tentar evitar o pagamento se o credor não puder observar ou sancionar suas ações. A consequência disso é que o credor calcula o valor do crédito cobrando taxas de empréstimos mais altas.

É frequentemente assumido pela doutrina que, a única maneira que os credores podem utilizar para superar os problemas ocasionados pela assimetria é adquirindo informações sobre seus clientes por meio do rastreamento e monitoramento.

Nesse universo, a análise de risco de inadimplência é aspecto que deve ser considerado como fator motivacional ao funcionamento do mercado, pois também é responsável pela geração de lucro e pelo consequente fortalecimento da esfera empresarial.

Atualmente, grande problema imposto pelo crescimento da sociedade é a diminuição do contato entre as pessoas, o que contribui sobremaneira para o aumento do risco na concessão do crédito. Tal ponto, não era motivo de preocupação no passado, quando as relações interpessoais, mesmo em se tratando de comércio, eram bem mais estreitas do que são hoje; tal aspecto se aplica

---

assimetria) vem de geometria. É a característica de duas figuras geométricas que podem ser colocadas de um modo tal que cada ponto de uma corresponda o ponto da outra; assimetria é o posto. No caso, o vendedor sabe muito mais sobre o carro que o comprador. E, levando esse mesmo raciocínio adiante, o comprador está em clara desvantagem, já que não dispõe de informações que são críticas para avaliar se o preço pedido pelo carro é “justo”. Para lidar com esse problema, há duas alternativas: primeiro, usar a regulação, ou seja, o suprimento e a superação dessa deficiência informacional por meio do Estado; e, em segundo lugar, certo monitoramento pós-contrato, como, por exemplo, estabelecendo uma garantia de uso pós-venda.” (PINHEIRO, 2006, p. 127).

<sup>9</sup> Apud, PORTO, 2010.

diretamente a figura do consumidor, pois antes, havia sobre ele, mais informações e conhecimento.

Dessa forma, conclui-se quanto ao ponto, que modernamente, embora a celeridade e a praticidade sejam características das relações negociais, também, é fato que o distanciamento e o desconhecimento sobre os sujeitos dessas relações aumentaram, gerando, como dito anteriormente a assimetria de informações.

Tendo em vista a hiperatividade do anonimato nas relações estabelecidas no mercado, ganham destaque as atividades exercidas pelos bancos de dados de proteção ao crédito, ou seja, das instituições que têm por objetivo a coleta, o armazenamento e transferência a terceiros (credor potencial) de informações pessoais dos pretendentes à obtenção do crédito (BESSA, 2008, p.16).

A doutrina e a Jurisprudência, também, destacam a importância dessas instituições, sobretudo no que diz respeito ao tratamento das informações negativas.

#### **1.4 O conceito: “bancos de dados de proteção ao crédito”**

Os bancos de dados de proteção ao crédito são entidades que possuem a função de coletar, armazenar e disponibilizar a terceiros, informações sobre consumidores que pretendem a obtenção do crédito<sup>10</sup>. Tal procedimento é feito para que se possa analisar e mensurar os riscos advindos da concessão do crédito.

No Brasil, as instituições de proteção ao crédito surgiram na década de 50, mas a previsão constitucional veio apenas em 1988, com a Constituição Federal (art. 5.º, LXXII, “a”, “CF/88”).

Na legislação infraconstitucional as regras sobre proteção ao crédito estão disciplinadas no art. 43 da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor/

---

<sup>10</sup> “Por definição, tanto o banco de dados como o cadastro são o conjunto de informações acerca de um consumidor. No banco de dados essas informações são coletadas no mercado, sendo utilizadas, normalmente, por empresas que prestam esses tipos de serviços que são considerados pelo CDC entidades de caráter público. Já o cadastro é composto pelas informações fornecidas pelo próprio consumidor no momento da abertura de um crediário, tais informações são utilizadas pelas empresas para a concessão ou não do crédito”. Definição disponível em:< [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)>. Acesso em 08 jul. 2011.



“CDC”), na Lei 9.507/1997 (Lei do *Habeas Data*) e na Lei 12.414/11, aqui chamada de “Lei do Cadastro Positivo”.

A Constituição brasileira garante o direito à informação e assegura o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, como estabelecido no artigo 5º, incisos XIV e XXXIII<sup>11</sup>.

O CDC, sendo atualmente principal instrumento regulador das entidades de proteção ao crédito é amplamente utilizado pela doutrina consumerista para defesa do uso restrito das informações adquiridas pelos bancos de dados sobre os consumidores (seja a coleta, o armazenamento e/ou a disseminação das informações) nesse contexto, incluem-se, também, as informações positivas.

A temática sobre banco de dados de proteção ao crédito é tratada no CDC de forma ampla<sup>12</sup>, ou seja, abrange todas as pessoas que estão expostas às atividades desenvolvidas pelos bancos de dados (BESSA, 2008, p.26).

---

<sup>11</sup> “Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; (...) XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”;

<sup>12</sup> “Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes. § 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos. § 2º A abertura do cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele. § 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas. § 4º Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público. § 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores. Art. 44. Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente. A divulgação indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor. § 1º É facultado o acesso às informações lá constantes para orientação e consulta por qualquer interessado. § 2º Aplicam-se a esse artigo, no que couber, as mesmas regras enunciadas no artigo anterior e as do parágrafo único do art. 22 deste código.”

Todavia, conforme os apontamentos da doutrina, o CDC não distingue as categorias (bancos de dados e cadastro positivo de consumidores). Apresentamos abaixo a formulação doutrinária exposta por Leonardo Roscoe Bessa (2008, 17), considerando a proposta de Antonio Herman Benjamin:

Em estrito rigor terminológico, a expressão “arquivo de consumo” é gênero do qual fazem parte duas grandes famílias de registros: os bancos de dados e os cadastros dos consumidores, denominação dobrada adotada na Seção VI, do Capítulo V (Das Práticas Comerciais) do CDC. A intenção do legislador foi abarcar com as duas denominações, todas as modalidades de armazenamento de informações sobre consumidores, sejam elas privadas ou públicas, de uso pessoal do fornecedor ou abertas a terceiros, informatizadas ou manuais, setoriais ou abrangentes.

Antonio Carlos Efigueira segue a mesma linha, mas esclarece que alguns autores fazem acepção ampla e não diferenciada dos cadastros e bancos de dados:

[...] observa-se o intuito do legislador em diferenciar os institutos, de onde derivam inegavelmente conceituações adversas para cada qual. Se não fosse pela intenção do legislador, não disporia de duas expressões para representar uma figura apenas, utilizando apenas aquela que significasse estritamente seus objetivos (Apud BESSA, 2008, p.17).

Apesar de o CDC continuar exercendo o papel fundamental na regulação das atividades de proteção ao crédito, foi criada no Brasil em julho de 2011 a Lei 12.414, para regulamentar a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito. Nossos comentários sobre os dispositivos do citado diploma legal, serão esboçados, posteriormente.

## **CAPÍTULO 2 CADASTRO POSITIVO**

### **2.1. Conhecendo o Instituto**

O termo “Cadastro Positivo” é utilizado para designar a formação de um banco de dados (aqui tratado como “cadastro”, com informações positivas, ou seja, aquelas cumpridas dentro do prazo), dessa forma, serão consideradas para a composição do cadastro, as informações sobre adimplemento do consumidor.

É bem verdade, que algumas questões são suscitadas na designação do termo “Cadastro Positivo”. Tais como, por exemplo, a diferença entre banco de dados e cadastro. Todavia, é importante esclarecer que o objetivo central do instituto (independentemente de sua designação) é a reunião das informações relativas ao comportamento do consumidor, quando se trata do adimplemento das suas obrigações.

### **2.2. Tendência Atual: a valorização do controle das informações positivas**

Mesmo antes da criação da Lei 12.414/11, o Brasil já demonstrava a necessidade de ampliar a quantidade de informações a serem tratadas pelo banco de dados de proteção ao crédito. Além dos inúmeros projetos de lei formulados com esse objeto, algumas entidades já tinham iniciativas nesse sentido, a Câmara dos Dirigentes Lojistas é um exemplo.

Com o aumento da concessão ao crédito e o aumento substancial da classe “C” em nosso país, as entidades de proteção ao crédito começaram a reanalisar sua forma de atuação.

Por esse motivo, desde promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), várias propostas e projetos de lei foram apresentados considerando a necessidade de modificação do diploma consumerista no que concerne às atividades desenvolvidas pelos bancos de dados de proteção ao crédito. Nesse período, mesmo antes da edição da Lei 12.414/11 que efetivamente instituiu o cadastro positivo, o setor privado ampliou, de forma significativa, nos

últimos anos a quantidade de informações tratadas pelos bancos de dados de proteção ao crédito.

O argumento que era utilizado na apresentação das propostas era justamente a necessidade aperfeiçoamento no que se refere à análise dos riscos da concessão de crédito ao consumidor, ou seja, quanto maior o número de informações sobre o consumidor, menos risco ele representaria como tomador de empréstimo, e poderia, inclusive, ter a seu favor uma redução nas taxas de juros.

Por meio de estudos e considerando que o funcionamento desse tipo de ferramenta (banco de dados com informações sobre consumidores) foi disseminado em diversos países, verificou-se que o tratamento das informações positivas, pelas entidades de proteção ao crédito é, de fato, uma das condições a auxiliar no afastamento da assimetria das informações e, conseqüentemente, na redução das taxas de juros. Isso porque, a precariedade das informações (quando se restringem apenas as dívidas vencidas e não pagas) não permite a distinção entre o bom pagador, daquele que não cumpre suas obrigações. Essa inviabilidade de distinção gera um custo, aqui chamado de custo da inadimplência, que é repassada para todos os consumidores indistintamente.

Por outro lado, quando há a verificação do risco de forma a individualizar o comportamento do tomador do empréstimo em relação aos demais consumidores, é possível cobrar dele, juros compatíveis com o “seu” nível de inadimplência, uma vez que se conhece o seu histórico.

Nesse sentido, Tullio Jappelli e Marco Pagano (2002, p. 2018), em artigo sobre o tema apresentam o tríplice efeito da troca de informações dos credores sobre os mutuários: (i) as agências melhoram os bancos de dados, no que se refere ao “conhecimento dos candidatos” e permitem uma previsão mais próxima da probabilidade de pagamento. Isso permite que os credores organizem os preços de seus empréstimos, reduzindo os problemas ocasionados pela seleção adversa; (ii) as agências de crédito reduzem as rendas informacionais que os bancos poderiam extrair dos seus clientes; (iii) o trabalho das agências de crédito como uma forma de dispositivo da disciplina do mutuário: cada mutuário sabe que se ele ficar devendo, a sua reputação com todos os outros credores em potencial, será arruinado, impedindo-o de ter crédito ou tornando-o mais caro.

### 2.3. A Europa – Diretiva 95/46

O documento que melhor representa o modelo europeu de proteção de dados pessoais é a Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à proteção das pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. Diretamente influenciada pela discussão acerca da necessidade de proteção de dados pessoais, pela legislação de diversos países europeus e, principalmente, pela Convenção da Europa em relação ao processamento automatizado de dados de caráter pessoal. A Diretiva foi aprovada em 24 de outubro de 1995.

Antes da edição da citada diretiva, já existia uma preocupação acerca da privacidade e fluxo internacional de dados pessoais da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conforme aponta Leonardo Roscoe Bessa:

A preocupação da OCDE relativa aos riscos da informática remonta ao final dos anos 60. Em 1969, um grupo de especialistas (Data Bank Panel) realizou análises e estudos sobre os diferentes aspectos da privacidade em relação com a informação digital, administração pública, fluxo de dados entre países e implicações políticas. Em 1977, o grupo organizou um simpósio em Viena, com a participação de 18 países, ensejando relevante intercâmbio de opiniões e experiências de setores diversos (governo, indústria, usuários de rede internacional de informações e organizações internacionais). Nesse colóquio, já surgiram algumas diferenças entre americanos e europeus quanto ao grau de importância e forma ideal de proteção da privacidade. (2011, p. 60).

Em 1980 editaram-se as Diretrizes para proteção da Privacidade e dos Fluxos Transfronteiriços de Dados Pessoais, nesse documento havia recomendação para que os Estados-membros adotassem legislação nacional considerando a convergência com os princípios estabelecidos pelas diretrizes.

Embora, num primeiro momento, se considere que as Diretrizes referiam-se somente aos interesses da OCDE (primeiramente possibilitando a circulação de dados e apenas secundariamente preocupando-se com a privacidade) é sabido, que nelas foram enumerados uma série de princípios importantes relacionados à proteção de dados pessoais, tais como: princípio da finalidade, da qualidade dos dados, limitação da coleta e utilização dos dados; além dos direitos de comunicação de registros de dados e do acesso e da retificação das informações.

Da colaboração dos governos europeus, com a OCDE e com a Comunidade Económica Europeia surgiu a Convenção para Proteção dos Indivíduos em relação ao Processamento Automatizado dos Dados de Caráter Pessoal (Convenção de Strasbourg) adotada pela Assembleia Parlamentar em 1980, aberta para retificação a partir de janeiro de 1981.

O principal objetivo da citada convenção era determinar os princípios gerais fundamentais (*common core principles*) aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, facultando aos Estados-membros signatários decidir a melhor maneira de inseri-los internamente. Não havia a pretensão de indicar a redação ou qualquer outro aspecto da futura legislação, apenas se pretendia fornecer os princípios norteadores a serem adotados (BESSA, 2011, p.61).

A Convenção e as Diretrizes da OCDE são semelhantes na estrutura e nos princípios adotados, sendo certo que a primeira possui força vinculante consubstanciada em um tratado internacional, e da disciplina especial conferida aos dados sensíveis.

Em julho de 1990, a União Europeia publicou o projeto de Diretiva para proteção dos indivíduos em relação ao tratamento e compartilhamento dos dados pessoais, tal projeto tinha por objetivo uniformizar a disciplina. A Diretiva 95/46-CE do Parlamento Europeu e do Conselho foi aprovada em 1995 e determinava “[...] proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados”, conferindo-se o prazo máximo de três anos para que os Estados-membros se adaptassem.

De forma resumida, podemos dizer que os principais pontos que merecem destaques, na referida diretiva, são:<sup>13</sup>

(i) O reforço dado a Convenção de Strasbourg no sentido de reconhecer que a proteção de dados pessoais integra os direitos fundamentais do cidadão, fazendo referência ao Art. 8º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e do Cidadão.

---

<sup>13</sup>(BESSA, 2011, p. 60 a 65).

(ii) A ideia de que o tratamento de dados deve, ao mesmo tempo, permitir o progresso econômico, o desenvolvimento do comércio e promover o bem estar do homem;

(iii) A confirmação dos princípios sedimentados nas Diretrizes da OCDE e na Convenção de Strasbourg e o melhor detalhamento desses princípios;

(iv) A preocupação em definir alguns conceitos como, por exemplo: tratamento de dados pessoais, Art. 2,b.

(v) A aplicação da Diretiva ao tratamento de dados tanto por meios automatizados como para os meios não automatizados.

(vi) A definição dos aspectos necessários à qualidade dos dados, pois conforme prevê o Art. 6º, *in verbis*: “os dados devem ser objeto de um tratamento leal e lícito, recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, e que não serão posteriormente tratados de forma incompatível com essas finalidades”.

(vii) O cuidado quanto ao dever de informar ao titular dos dados sobre a finalidade do tratamento, identidade do controlador do banco de dados e direitos do titular;

(viii) O direito de exigir bloqueio e retificação dos dados, Art. 12.

(ix) A imposição de medidas de segurança para proteger os dados contra destruição ou perda acidental, difusão ou acesso não autorizado, Art. 17.

(x) A garantia do acesso dos dados pelo seu titular, para confirmação das informações que lhe digam respeito, das categorias da qual faz parte, bem como de seus destinatários.

(xi) A determinação do prazo de armazenamento, Art. 6º.

(xii) A necessidade de consentimento do interessado para realização de qualquer forma de tratamento de dados pessoais.

(xiii) A forma de tratamento aos chamados “dados sensíveis”, ou seja, aqueles que revelam origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, filiação sindical, estado de saúde ou opções sexuais.

(xiv) A restrição das possibilidades de julgamentos com base em perfil digital, ou seja, os Estados-membros deverão garantir o direito à pessoa, art. 15, *in verbis* “[...] de não ficar sujeita a uma decisão que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que a afete de modo significativo, tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado de dados destinados a avaliar determinados aspectos da

sua personalidade, como por exemplo, a sua capacidade profissional, o seu crédito, confiança de que é merecedora.”

(xv) A exigência de os Estados-membros instituírem órgão público para fiscalizar a aplicação das leis nacionais de proteção aos dados pessoais, Art. 28.

(xvi) A possibilidade de qualquer pessoa ou associado formular representações para a autoridade de controle em face da infração às leis nacionais protetoras de dados pessoais.

(xvii) A responsabilidade civil das entidades arquivistas.

(xviii) A forma de transferência (quando for o caso) de dados pessoais para países que não são abrangidos pela diretiva.

## **2.4 Os Estados Unidos: *Fair Credit Reporting Act* (1970)**

As atividades desenvolvidas pelas agências de proteção ao crédito nos Estados Unidos começaram a se intensificar a partir do século XIX. A primeira agência de proteção ao crédito (*Retail Credit Co.*) iniciou sua atuação no ano de 1899.

Atualmente, nos Estados Unidos esse é considerado um mercado relevante e é dominado, basicamente, por três grandes empresas: *Equifax Credit Information Services, Inc.*, *Trans Union LLC* e *Experian Information Solutions, Inc.*

Os norte-americanos foram provavelmente o país em que as agências reguladoras de proteção ao crédito disponibilizaram o maior número de informações sobre consumidores interessados na obtenção do crédito, tais como: nome, endereço, número da previdência social, todas as linhas de crédito em uso e abertas, inclusive, com indicação dos limites de crédito, registros públicos relacionados com o crédito, como falências, débito com o Estado, garantias legais e solicitações feitas aos bancos de dados nos últimos dois anos (BESSA, 2011, p. 66).

Apesar de terem sido enviados ao Congresso norte-americano, diversos projetos de lei acerca da privacidade, apenas duas proposições foram aprovadas: a lei que limitava o uso de escutas telefônicas (*Omnibus Crime Control and Safe Streets Act*) e a lei que regulava as agências de proteção ao crédito (*Fair Credit Reporting Act* “FCRA”).



Vale ressaltar que a aprovação do FCRA ocorreu após um grande número de reclamações relativas aos relatórios que eram produzidos pelas agências, pelo elevado número de informações subjetivas que neles continham (ex: estilo de vida), incompletas, inexatas e coletadas de forma ilícita (BESSA, 2011, p. 67).

O FCRA sofreu duas alterações e, atualmente, possui 29 seções abrangendo disciplinas de informações para concessão de crédito e áreas de informação para obtenção de emprego e contratação de seguro.

Em relação ao FCRA, resumidamente, destacamos os seguintes pontos:

- (i) A necessidade de informações corretas e adequadas para que haja o bom funcionamento do sistema bancário, § 602.
- (ii) A necessidade de assegurar que as agências exercitem suas graves responsabilidades com justiça, imparcialidade, e respeito ao direito à privacidade do consumidor.
- (iii) A observação da razoabilidade na adoção dos procedimentos pelas agências, respeitando a confidencialidade, exatidão e utilização adequada dos dados.
- (iv) A definição de alguns conceitos como, por exemplo, (*consumer report*), evidenciando o grande número de informações que poder ser obtidas pelas entidades de proteção ao crédito, § 603.
- (v) A necessidade de que haja finalidade específica para o fornecimento das informações pelas agências § 604.
- (vi) A expressa proibição de algumas informações e o estabelecimento do limite temporal de sete anos para informações negativas constantes no (*consumer report*).
- (vii) O direito de acesso aos dados pelo seu titular, incluindo as informações e as respectivas fontes, bem como a qualificação das pessoas que tiveram acesso aos dados no período de um ano.
- (viii) Permite-se, expressamente, a cobrança de até oito dólares pelo acesso às informações. Entretanto, em hipótese de suspeita quanto à veracidade das informações, o acesso pode ocorrer de forma gratuita, § 612, c, 3.
- (ix) Que seja fornecido ao titular, juntamente com as informações concedidas, um resumo escrito dos seus principais direitos assegurados pelo FCRA, § 605.

- (x) A possibilidade de o consumidor obter, gratuitamente, uma vez por ano, acesso as suas informações pessoais em todas as agências, bastando para tanto, o envio de um requerimento para uma fonte centralizada.
- (xi) A possibilidade de questionamento em relação à exatidão das informações arquivadas. Nesse caso, a agência é obrigada a investigar, novamente, sem qualquer ônus para o titular da informação. Além disso, deve registrar em sua base de dados e deixar claro que a informação está sob questionamento, § 611.
- (xii) Os deveres relativos aos fornecedores que tomam decisões desfavoráveis ao consumidor, baseando-se em informações oriundas das agências de proteção ao crédito.
- (xiii) A responsabilidade civil de qualquer pessoa que descumprir por culpa ou dolo as obrigações impostas pelo FCRA.

Embora o FCRA não tenha instituído uma autoridade para controle e fiscalização da atuação das agências de proteção ao crédito, diferente do que ocorre no modelo europeu, no § 621 está estabelecido que a *Federal Trade Commission* – órgão federal americano de proteção ao consumidor e de defesa da livre concorrência –, que em caso de violação a qualquer dispositivo ou obrigação imposta pelo FCRA, poderá haver aplicação de multas a partir do valor de U\$ 2.500,00.

## **2.5. Os principais pontos do sistema europeu e americano**

Conforme destacado nos tópicos anteriores, as primeiras leis de proteção de dados pessoais surgiram na década de 70, e tanto nos Estados Unidos como na Europa, o tema é tratado com algumas especificidades. Entretanto, considerando a importância e a influência dos sistemas adotados nesses lugares, trataremos aqui de forma breve, sobre os aspectos mais relevantes de ambos os sistemas. Nosso objetivo, com isso, é identificar como alguns pontos influenciaram o legislador nacional na concepção da Lei do Cadastro Positivo.

Nos Estados Unidos a proteção da privacidade em relação aos dados pessoais dos indivíduos é feita por leis (separadamente). Não existe uma autoridade

específica do governo para controlar e fiscalizar as instituições que realizam a busca, o armazenamento e o compartilhamento das informações sobre os indivíduos. Além de existir uma separação entre o setor público e privado no que concerne à autorização para o tratamento das informações<sup>14</sup>.

Na Europa, em contrapartida, o tema é disciplinado de forma mais sistemática, a Diretiva 95/46, tem por objetivo estabelecer o funcionamento de toda forma – pública e privada – de tratamento de dados, abrangendo diversas espécies de bancos de dados (inclusive os de proteção de crédito).

Nesse contexto e diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos existe uma autoridade autônoma para controle e fiscalização das instituições encarregadas do tratamento de dados e cada Estado deve possuir uma ou mais de uma autoridade, com independência para realizar a fiscalização e aplicação da Diretiva.

Apesar de algumas diferenças entre o sistema americano e europeu, é possível identificar algumas semelhanças no que concerne a definição de alguns direitos e limites no tratamento de dados pessoais. Senão vejamos:

- a) Direito de acesso às informações pessoais;
- b) A possibilidade de se exigir a retificação dos dados inexatos;
- c) A ideia de que os dados devem ser colhidos e utilizados para finalidades legítimas e, previamente, identificados;
- d) A exigência de relevância, veracidade, atualização e objetividade dos dados;
- e) A observação dos limites temporais ao tratamento dos dados;
- f) A adoção de medidas de segurança para impedir o acesso não autorizado aos dados.

Vale ressaltar, que as medidas convergentes nos dois sistemas ocorrem não apenas por uma coincidência. As políticas de proteção de dados, também, são oriundas da força exercida pelo comércio exterior e pelas relações internacionais

---

<sup>14</sup> No Brasil, apesar de, ainda, não existir um órgão público que tenha a função específica de buscar, armazenar e compartilhar informações sobre o comportamento do consumidor adimplente; há previsão legal para tanto, conforme prevê o parágrafo único da L. 12.414-11.

estabelecidas e intensificadas pela globalização, o que faz com que os países adotem um padrão mínimo no que se refere à proteção de dados. Além disso, não há como negar os avanços tecnológicos e a consequente modificação na própria estrutura das relações dos indivíduos (seja no âmbito social, econômico e político).

Leonardo e Bessa observam que mesmo sem uma opção direta por qualquer um dos modelos citados, os parâmetros acima mencionados foram absorvidos pelo legislador brasileiro<sup>15</sup>, ao menos no que concerne ao tratamento das informações pelos bancos de dados de proteção ao crédito, cuja regulamentação se dá a partir do diálogo necessário entre o Código de Defesa do Consumidor (L. 8.078-90) e a Lei 12.414-11(2011, p. 59).

## **2.6. O Brasil e o Cadastro Positivo – Breve Análise da Lei 12.414/11**

O objetivo desse tópico é tratar dos principais pontos trazidos pela Lei 12.414/11. Para tanto, faremos um breve comentário de artigo por artigo. A literatura utilizada para o tratamento dessa matéria no Brasil, ainda, é escassa, não por outra razão, utilizamos como base o único livro editado sobre o tema até a época da conclusão do presente trabalho: Cadastro Positivo – Comentários à Lei 12.414/11 de Leonardo Roscoe Bessa, além de pontuais observações doutrinárias e jurisprudenciais.

---

<sup>15</sup> Sobre a importação pelo sistema brasileiro de legislações alienígenas vale as considerações de Ana Lúcia de Lyra Tavares (1990, p. 57): “No quadro das causas de ordem sócio cultural, deve-se ter presente, de um modo geral, que nossas elites intelectuais e políticas mantiveram-se, por longo tempo, voltadas para o que se passava na Europa e nos EUA, estimulando importações jurídicas que, frequentemente, não atendiam às necessidades locais, o que resultava na distorção dos modelos transplantados e na obtenção de efeitos diversos daqueles alcançados nos países-fontes”. Nesse sentido, vale ressaltar a dificuldade de aplicação e interpretação do texto constitucional, repleto de “dificuldades intrínsecas, (contradições, disposições irrealistas, detalhamento excessivo)”. A autora afirma ainda que “é inegável, porém, que a Constituição vigente traz em si certos óbices para sua implementação, que, entretanto, não lhe retiram os méritos de instrumento redemocratizador e de justiça social e que, por isso mesmo, merece ser viabilizado” (TAVARES, 1990, p.66). Tais críticas servem para nos auxiliar na análise de leis que tiveram como inspiração modelos estrangeiros, como ocorre, hoje, com a Lei do Cadastro Positivo.

Apesar de utilizarmos diversos entendimentos esboçados pelo renomado autor para explicar os dispositivos, acrescentamos alguns comentários e ousamos, em poucas ocasiões, sugerir novas reflexões acerca do tema.

### **Artigo 1º<sup>16</sup>**

O dispositivo abarca, basicamente, quatro importantes aspectos: (i) diálogo das fontes, (ii) a definição entre banco de dados e cadastro de consumidores; (iii) a aplicação da lei tanto para as pessoas naturais como para as pessoas jurídicas; e (iv) os bancos de dados públicos.

A lei reforçou o que a doutrina denomina por diálogo das fontes, isto é, a necessidade de interpretação e análise conjunta dos diversos diplomas legais que incidem sobre o mesmo tema. Tal postura revela uma evolução doutrinária no sentido de, primeiramente, tentar conciliar ao invés de optar pela revogação da lei.

Os diplomas legais a serem considerados nesse diálogo são: o Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) e a lei ora em análise, que em seu 1º artigo foi explícito nesse sentido. A partir daí, quanto ao ponto podemos citar as seguintes conclusões: a) a L. 12.414/11 não revoga o CDC; b) todos os princípios adotados pelo CDC são aplicáveis e aproveitados pela referida lei; c) a eventual omissão de uma norma deve ser suprida pela outra; e d) o eventual conflito entre os diplomas legais deve ser resolvido com base na CR/88.

Sobre a definição dos termos “banco de dados” e “cadastro de consumidores” foi adotado pela lei “banco de dados com informações de adimplemento”. Dessa forma, embora a mídia trate o instituto como “Cadastro Positivo” esse não seria o termo mais adequado. Todavia, em nosso entendimento a distinção não traz nenhuma influência para aplicação da lei. Por essa razão, o presente trabalho, por vezes, utiliza o termo “Cadastro Positivo”<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Art. 1º: Esta Lei disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, sem prejuízo do disposto na Lei 8078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Parágrafo único. Os bancos de dados instituídos ou mantidos por pessoas jurídicas de direito público interno serão regidos por legislação específica.

<sup>17</sup> Apenas para que fique clara a correta distinção entre os institutos, utilizamos, uma vez mais, as lições de Leonardo Roscoe Bessa: “De modo simplificado, a distinção entre bancos de dados e cadastro de consumo se faz a partir da fonte e do destino da

Outra questão é a menção da lei à aplicação do seu conteúdo tanto para as pessoas naturais como para as pessoas jurídicas. Ora, em relação às pessoas jurídicas a doutrina sustenta que a aplicação do CDC deve observar a vulnerabilidade. Todavia, tal análise não se sustenta para a aplicação direta da lei do Cadastro Positivo. Isso porque, para essa finalidade, a vulnerabilidade é evidente e pode ser verificada na condição de superioridade decorrente da existência de um banco de dados nas mãos de alguém, com possibilidade de disseminar, em poucos segundos, informações privadas. Como podemos observar a questão da superioridade aqui não se trata do ponto de vista econômico ou técnico, mas da detenção dos meios que podem ser potencialmente ofensivos para disseminação das informações.

O último relevante a ser considerado no Art. 1º é a questão da existência dos bancos de dados públicos. A lei diz que esses bancos serão regidos por legislação específica. Todavia a inexistência até o momento de uma lei específica não se constitui em um entrave, isto porque a forma de atuação dos bancos de dados (sejam públicos ou privados) é semelhante e objetivam o tratamento de dados pessoais para permissão de uma futura análise de risco na concessão do crédito. Da mesma forma que o cuidado no tratamento desses dados deve ser observado considerando a tutela dos direitos da personalidade, pouco importando o caráter público ou privado da instituição<sup>18</sup>.

## **O Art. 2º<sup>19</sup>**

---

informação. Os bancos de dados, em regra, coletam informações do mercado para oferecê-las ao próprio mercado (fornecedores). No cadastro, a informação é obtida diretamente do consumidor para uso de um fornecedor específico, a exemplo do que ocorre em diversos estabelecimentos comerciais quando se solicitam dados pessoais (nome, endereços, postal e eletrônico, telefone, data de aniversário, entre outros), independentemente de a compra ser à vista ou mediante crediário. No cadastro, objetiva-se estreitar o vínculo com alguns consumidores, intensificando a comunicação sobre ofertas, promoções e outras vantagens, de modo a fidelizá-los a uma marca ou estabelecimento. Nos bancos de dados, além de não serem obtidas do consumidor, não se destinam ao uso próprio da entidade arquivista. Os dados são coletados para posterior disseminação entre inúmeros fornecedores com vistas a alguma necessidade de mercado” (BESSA, 2011, p. 77-78).

<sup>18</sup> Na Europa, a Diretiva 95/46 aplica-se, igualmente, aos entes públicos e privados.

<sup>19</sup> Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se: I - banco de dados: conjunto de dados relativo à pessoa natural ou jurídica armazenados com a finalidade de subsidiar a concessão de crédito, a realização de venda a prazo ou de outras transações comerciais e

O dispositivo em comento cuida dos conceitos sobre as pessoas e as atividades abrangidas pela lei. Seus objetivos são o de auxiliar a interpretação da norma e definir de forma mais clara o seu âmbito de aplicação.

Resumidamente, os conceitos definidos foram:

- a) Banco de dados: o arquivo em si, cujo conteúdo é formado por informações que servirão a consulta posterior para análise de concessão do crédito;  
Importante observar que a lei estabeleceu uma finalidade para esses bancos de informações que deverão ter propósitos específicos para que sua atividade seja legitimada, sob pena de constituírem violação ao direito de privacidade.
- b) Gestor: é quem coleta, armazena e compartilha os dados. É o sujeito responsável pela gestão do banco de dados; no Brasil temos diversos gestores: a Serasa *Experian* (sociedade anônima), as Câmaras de Dirigentes Lojistas (associações civis) e o Banco Central (autarquia federal).
- c) Cadastrado: o cadastrado é o consumidor cujas informações serão coletadas, armazenadas e compartilhadas pelo gestor;
- d) Fonte: é a pessoa natural ou jurídica que pode conceder crédito ou realizar venda a prazo, ou que exerce atividade que implique em risco financeiro<sup>20</sup>.
- e) Consulente: é o sujeito que consulta os bancos de dados.

---

empresariais que impliquem risco financeiro; II - gestor: pessoa jurídica responsável pela administração de banco de dados, bem como pela coleta, armazenamento, análise e acesso de terceiros aos dados armazenados; III - cadastrado: pessoa natural ou jurídica que tenha autorizado inclusão de suas informações no banco de dados; IV - fonte: pessoa natural ou jurídica que conceda crédito ou realize venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que lhe impliquem risco financeiro; V - consulente: pessoa natural ou jurídica que acesse informações em bancos de dados para qualquer finalidade permitida por esta Lei; VI - anotação: ação ou efeito de anotar, assinalar, averbar, incluir, inscrever ou registrar informação relativa ao histórico de crédito em banco de dados; e VII - histórico de crédito: conjunto de dados financeiros e de pagamentos relativos às operações de crédito e obrigações de pagamento adimplidas ou em andamento por pessoa natural ou jurídica.

<sup>20</sup> Sobre o ponto, vale a crítica feita por Leonardo Roscoe Bessa: “A redação do dispositivo não foi feliz. Fonte é de onde surge algo. No caso, trata-se da origem da informação que será posteriormente arquivada nos bancos de dados. Por ‘fonte’ a lei quis se referir às pessoas que atuam profissionalmente no mercado e que, em tese, podem realizar vendas a prazo ou conceder crédito, ou seja, estabelecimentos comerciais, instituições financeiras, empresários. Tais pessoas também alimentam os bancos de dados com informações sobre consumidores, atuando, neste caso, como verdadeiras fontes” (2011, p. 83).

f) Anotação: é a inclusão de informações dos consumidores nos bancos de dados.

Nesse ponto é importante destacar a diferença entre anotação e informação negativa. Essa última não constitui, simplesmente, uma informação relativa ao histórico de crédito, não podendo ser considerada, portanto, uma anotação.

g) Histórico de crédito: é o agrupamento das informações financeiras relativas aos pagamentos de operações de crédito, bem como das obrigações em andamento que foram assumidas pelo consumidor. São os dados, propriamente ditos, que permitirão ao consulente verificar os aspectos financeiros relativos à obrigação assumida. Tais como: valor emprestado, parcelas vincendas e saldo devedor, sendo certo que esse último ponto permite que sejam evitadas situações de superendividamento do consumidor.

### **Art. 3º<sup>21</sup>**

O dispositivo acima mencionado disciplina a possibilidade dos bancos de dados conterem informações sobre adimplemento e estabelece quais serão as condições para tanto. Por informações de inadimplemento compreendem-se tanto os pagamentos realizados até a data do vencimento como os pagamentos, ainda, em atraso (mora).

Aqui é importante retomar o ponto acerca da diferença entre anotação e informação negativa, isto porque, uma anotação é considerada uma informação de inadimplemento, enquanto uma informação negativa não. Mas a diferença principal é

---

<sup>21</sup>Art. 3º Os bancos de dados poderão conter informações de inadimplemento do cadastrado, para a formação do histórico de crédito, nas condições estabelecidas nesta Lei. § 1º Para a formação do banco de dados, somente poderão ser armazenadas informações objetivas, claras, verdadeiras e de fácil compreensão, que sejam necessárias para avaliar a situação econômica do cadastrado. § 2º Para os fins do disposto no § 1º, consideram-se informações: I - objetivas: aquelas descritivas dos fatos e que não envolvam juízo de valor; II - claras: aquelas que possibilitem o imediato entendimento do cadastrado independentemente de remissão a anexos, fórmulas, siglas, símbolos, termos técnicos ou nomenclatura específica; III - verdadeiras: aquelas exatas, completas e sujeitas à comprovação nos termos desta Lei; e IV - de fácil compreensão: aquelas em sentido comum que assegurem ao cadastrado o pleno conhecimento do conteúdo, do sentido e do alcance dos dados sobre ele anotados. § 3º Ficam proibidas as anotações de: I - informações excessivas, assim consideradas aquelas que não estiverem vinculadas à análise de risco de crédito ao consumidor; e II - informações sensíveis, assim consideradas aquelas pertinentes à origem social e étnica, à saúde, à informação genética, à orientação sexual e às convicções políticas, religiosas e filosóficas.



que deve ser observada é a questão do consentimento do consumidor. Na anotação (informação de adimplemento com atraso) basta o consentimento informado do consumidor, o mesmo raciocínio não é aplicável às informações negativas<sup>22</sup> (dívida vencida e não paga) aonde, ainda que haja o consentimento do consumidor, é necessário o envio da comunicação por escrito.

O artigo 3º traz, também, uma importante reflexão acerca da mudança de paradigma ocasionada pela edição da lei, pois inicia uma nova fase sobre o regramento em relação aos bancos de dados de proteção ao crédito no Brasil. Esse movimento pode contribuir e muito para o desenvolvimento do acesso ao crédito no nosso país.

Todavia, a nova lei se depara com alguns entraves, o principal deles talvez seja a questão cultural<sup>23</sup>, pois infelizmente quando se trata de anotação nominal em

<sup>22</sup> É importante observar que, o dever de informar (por escrito) sobre a inclusão do nome no banco de dados de proteção ao crédito no caso da informação negativa se dá por seu maior potencial ofensivo.

<sup>23</sup> “A ideia de “cultura” foi cunhada e nomeada no terceiro quarto do século XVIII, como um signo para a administração do pensamento e comportamento humanos. O conceito de cultura nasceu com um protocolo de intenções. Seu uso atual como termo descritivo, um nome genérico para as já alcançadas, observadas e registradas regularidades de conduta de toda uma população, surgiu cerca de um século mais tarde – quando os administradores da cultura olharam para trás, para o que já tinham observado como uma produção e, como que seguindo exemplo dado por Deus nos seis dias de criação, declararam que aquilo era “bom”.

Desde então, o termo “cultura” passou a indicar, em seu uso mais corriqueiro, o modo como uma espécie de conduta humana “normativamente regulada” difere da outra espécie sob diferente administração. Permitam-me repetir, porém: o termo “cultura” entrou vocabulário como o nome de uma atividade propositada. No limiar da Era Moderna, os homens e as mulheres – vistos até então como os “fatos brutos”, inegociáveis e não envolvidos na cadeia da criação divina, considerados indispensáveis mesmo quando medíocres, *vis* e deixando muito a desejar – começaram a ser vistos como maleáveis: passíveis e necessitados de reparos e melhoramentos.

O termo “cultura” foi concebido no interior de uma família semântica de conceitos que incluía palavras como “cultivo”, criação, “adestramento” – todos denotando melhoria, prevenção de danos e de deterioração. Aquilo que fazendeiro faz com a semente, durante todo o curso da plantação, da semente à colheita, com um cuidado constante e atento – poderia e deveria ser feito com os incipientes seres humanos, por efeito da educação e do treinamento (obviamente realizados por educadores e treinadores). “Ser humano” já não era mais encarado com um fato em si, um presente de Deus ou da natureza, mas como uma tarefa, explicitamente humana – tarefa que precisava ser supervisionada e monitorada para ser cumprida. Os homens não eram nascidos, e sim produzidos. Os recém-nascidos, ainda, tinham de se tornar humanos e, no curso desse processo, deviam ser guiados pelos homens já consumados, que tinham sido devidamente educados e treinados na arte de educar e treinar os outros seres humanos” (BAUMAN, 2011, p 199).

bancos de dados de proteção ao crédito, não importa o valor da dívida, nem o tempo de seu vencimento, há uma tendência de negação do crédito por parte do fornecedor, tornando a ideia do registro, no mínimo, depreciativa. Nesse diapasão, esforços deverão ser empreendidos no sentido de permitir que o avanço trazido pela legislação ultrapasse os entraves impostos pela cultura, aqui considerada como:

[...] mecanismo estabilizador, um instrumento de inércia – e de modo algum um instrumento de efervescência, evitando que a realidade social se paralise e forçando uma perpétua autotranscedência, como insistiam Adorno e Hannah Arendt (BAUMAN, 2011, p. 205).

A relativização da informação negativa é outro ponto tratado pelo autor. Isso porque, como na análise do histórico de crédito o importante é verificar o comportamento do consumidor ao longo de um período determinado, uma inadimplência pontual ou atraso no cumprimento da obrigação, será considerado como uma impontualidade accidental, fato que não necessariamente será capaz de provocar a negação do crédito.

Por outro lado, mesmo que o consumidor tenha um histórico favorável, o crédito poderá ser negado com base na análise de seu orçamento (fator que contribui para evitar o endividamento do consumidor).

Ainda, sobre o Art. 3º temos a questão da qualidade da informação. O §1º do Art. 3º estabelece alguns critérios, em perfeita sintonia com o CDC, que no §1º do Art. 43 determina que os dados sejam objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão. Observa-se, portanto, que o legislador brasileiro cuidou de estabelecer regras que garantam a proteção da privacidade do consumidor, tal como feito na União Europeia com a Diretiva 95/46, Art. 6º.

Destaca-se, ainda, em relação ao Art. 3º, a questão das informações objetivas. A lei dispõe que são informações objetivas “[...] aquelas descritivas de fatos e que não envolvam juízo de valor”. Ora, apesar de se reconhecer que a função precípua do banco de dados é oferecer informações para o consulente avalie, não podemos deixar de considerar, que em tempos de modernização e avanços tecnológicos, os bancos de dados possuem ferramentas capazes de fornecer algo mais do que a simples informação, que é a análise do risco. Em nosso modesto entendimento tal atividade não constituiria, por si só, em uma violação ao

direito de privacidade. Tanto é assim que a própria lei estabelece a análise de risco como uma exceção, Art. 5º, IV.

A veracidade das informações é outro aspecto determinado pelo dispositivo do Art. 3º. Importante nesse ponto é que fique claro que a veracidade tem um entendimento mais amplo e não está sujeita a comprovação no momento da inclusão da informação no banco de dados. Aqui ocorre uma presunção da veracidade, devendo (tanto o arquivista quanto fornecedor) saberem que o tratamento de informações inexatas acarreta sanções. Ou seja, ambos devem agir com lealdade considerando a boa-fé objetiva quando se trata de fornecimento e armazenamento das informações.

Seguindo a linha da Diretiva 95/46 a lei do Cadastro Positivo determina que as informações sejam de fácil compreensão, isto é, que garantam ao cadastrado o pleno conhecimento do conteúdo dos dados sobre ele anotados. O objetivo da regra é garantir o acesso pelo consumidor aos dados sobre ele armazenados. Além de permitir seu conhecimento sobre as razões da redução ou não da taxa de juros e da concessão ou não do empréstimo.

O parágrafo 3º do Art. 3º estabelece as vedações, ou seja, as informações que não devem ser disponibilizadas nos bancos de dados são elas:

- a) As informações excessivas: consideradas como aquelas que não se vinculam à análise de risco de crédito ao consumidor.
- b) As informações sensíveis<sup>24</sup>: consideradas como informações relativas à origem social e étnica, à saúde, à informação genética, à orientação sexual e às convicções política.

---

<sup>24</sup> Leonardo Roscoe Bessa, citando Danilo Doneda destaca: “[...] o regime de dados sensíveis varia de acordo com as concepções a este respeito em cada ordenamento” e continua o raciocínio “[...] mas é certo que, em todos os casos objetiva-se atender a uma necessidade de estabelecer uma área na qual a probabilidade de utilização discriminatória de informação é potencialmente maior”. (2011, p. 96).

**O Art. 4º<sup>25</sup>**

O artigo em comento trata de um aspecto importantíssimo e que durante muito tempo foi argumento utilizado pelos que defendem de forma fervorosa, o direito dos consumidores: o consentimento informado.

O dispositivo deve ser considerado extremamente relevante para o consumidor (potencial cadastrado), uma vez que tem relação direta com proteção dos direitos da personalidade. É a regra que determina a obrigatoriedade do consentimento informado do consumidor para que ocorra a formação do histórico do crédito.

A doutrina discute acerca da disponibilidade do direito à privacidade, isto porque, embora não haja dúvida sobre alguns direitos da personalidade (como a vida, por exemplo), o mesmo raciocínio, em alguns casos, pode não ser aplicável a valores como a privacidade e consequentemente, sobre a proteção de dados pessoais.

Sobre esse ponto, entendemos necessário o desdobramento de dois entendimentos. O primeiro no sentido de que a proteção dos dados pessoais pode ser considerada uma projeção da dignidade da pessoa humana e que, por essa razão possui *status* de direito fundamental e o segundo no sentido de que o direito à privacidade deve servir, acima de tudo para promover a personalidade humana, privilegiando, assim, escolhas e decisões individuais, sob pena de se constituir em um verdadeiro dever de privacidade (BESSA, 2011, p. 98).

Como se pode notar há nesse aspecto, uma espécie de inversão de objetivos quanto à aplicação do direito à privacidade, uma vez que, ele serve, sobretudo, para proteção das decisões individuais e não para a sobreposição da concepção acerca desse direito, ainda mais se considerarmos o fato de que a sociedade é formada por indivíduos com concepções diferentes e, por muitas vezes, até antagônicas acerca

---

<sup>25</sup>Art. 4º A abertura de cadastro requer autorização prévia do potencial cadastrado mediante consentimento informado por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada. § 1º Após a abertura do cadastro, a anotação de informação em banco de dados independe de autorização e de comunicação ao cadastrado. § 2º Atendido o disposto no caput, as fontes ficam autorizadas, nas condições estabelecidas nesta Lei, a fornecer aos bancos de dados as informações necessárias à formação do histórico das pessoas cadastradas. § 3º (VETADO).

do mesmo bem, razão pela qual, não é razoável que se imponha a todos uma única concepção de privacidade.

Dessa forma, num ambiente propício de informação adequada, o consumidor deve ter o pleno direito de escolha para decidir o que lhe é mais conveniente e adequado.

Ainda, no Art. 4º, a lei cuida da forma do consentimento, dividindo-as em duas possibilidades: “[...] por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada”. O objetivo aqui foi evitar os chamados “contratos de adesão”, fazendo com que o consumidor tenha mais segurança no processo de cadastramento.

Concordamos com o Leonardo Roscoe Bessa sobre a aplicação simultânea do disposto nos Arts. 46<sup>26</sup> e 54 § 3º<sup>27</sup> do CDC, que exigem que os contratos de consumo sejam escritos em termos claros, legíveis, fonte não inferior ao corpo 12, tudo para que haja completa compreensão do consumidor.

O consentimento informado possui algumas características, que no nosso entendimento serve como garantia para o consumidor cadastrado, senão vejamos:

- a) O consentimento é informado, ou seja, o consumidor precisa ser munido do maior número possível de informações por ocasião do consentimento. A lei expressou nesse dispositivo a necessidade da boa-fé objetiva.
- b) A proteção dos dados pessoais passa ser vista como direito fundamental e a importância desse entendimento está no fato de que, a transferência dos dados pessoais bem como a manifestação da vontade não se configura como prestação de eventual contrato firmado no momento da obtenção do consentimento, não tendo, portanto, caráter de contraprestação. Concluindo-se, quanto ao ponto que

---

<sup>26</sup>Art. 46. “Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigam os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance”.

<sup>27</sup>Art. 54. “Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (...) § 3º Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. (Redação dada pela nº 11.785, de 2008)”.

não há interesse econômico imediato em negociar o consentimento do consumidor, vinculando-o a alguma vantagem imediata ou contraprestação (BESSA, 2011, p. 102).

c) A manifestação da vontade do consumidor pode ser por ele revogada a qualquer tempo. Tal característica decorre da consideração de que a tutela dos dados pessoais constitui parte da personalidade humana. Não por outra razão, a lei previu no Art. 5º da Lei do Cadastro Positivo a possibilidade de cancelamento do cadastro pelo consumidor.

Quanto à questão da revogabilidade, é importante ressaltar que seu exercício não apresenta qualquer efeito negativo, ou seja, não deve ser vista como ato que possa causar dano a uma das partes ou a terceiros. Trata-se da liberdade de escolha. Todavia, em médio prazo, poderá significar a impossibilidade do consumidor de obter taxas de juros mais favoráveis do que aquele que disponibiliza os seus dados.

Com relação à formação do histórico do crédito, o dispositivo art. 4º da Lei do Cadastro Positivo afirma: “[...] após abertura do cadastro, a anotação de informação em banco de dados independe de autorização e de comunicação ao cadastrado”. Em termos práticos isso significa que para cada empréstimo será exigida uma única manifestação de vontade do consumidor, independente do número de prestações. Concordamos com a medida estipulada, porque caso contrário, a alimentação dos bancos de dados seria inviável se o consumidor tiver que consentir ao vencimento de cada prestação.

O destinatário do consentimento (ou a quem ele se dirige), também, é aspecto de fundamental relevância. Nesse ponto, a lei fez bem em não determinar um destinatário específico da informação, pois todos os atores envolvidos têm interesse em saber se há consentimento informado do consumidor.

O consentimento, bem como sua revogação abrange todos os empréstimos realizados pelo consumidor. Isto é, não há que se falar em consentimento específico para um determinado contrato de crédito. Quando se trata de informação relacionada à formulação ou reformulação de histórico de crédito, todos os contratos de créditos envolvidos são obrigatoriamente abrangidos. Dessa forma, não poderá o consumidor escolher quais empréstimos servirão para alimentar os bancos de

dados. Tal medida visa à preservação da completude da informação, aspecto essencial para que se alcance o retrato da realidade financeira do consumidor.

#### **Art. 5º<sup>28</sup>**

O dispositivo em questão apresenta um verdadeiro rol sobre os direitos do cadastrado, senão vejamos:

- a) Cancelamento do Cadastro – a própria lei assegura, a qualquer tempo, ao consumidor a revogação do seu consentimento.

Embora a lei não estabeleça a forma da manifestação de vontade do cancelamento por parte do consumidor, é recomendável que o aviso se dê por escrito e com comprovação de entrega. O destinatário do aviso são aqueles que receberam o consentimento informado (gestores, consultentes e fontes). Não por outra razão é que esses agentes devem criar mecanismos de difusão dessas informações, garantindo que as manifestações de vontades do consumidor sejam para consentimento, sejam para sua respectiva revogação possam ser disseminados entre eles.

Ora, da mesma forma que o consentimento abrange todos os contratos, o mesmo ocorrerá com a sua revogação, não podendo, em nenhuma hipótese, ocorrer de forma parcial.

Aparente problema pode ocorrer quando, de um lado aparece o consentimento informado do consumidor autorizando para determinado fornecedor o

---

<sup>28</sup>Art. 5º São direitos do cadastrado: I - obter o cancelamento do cadastro quando solicitado; II - acessar gratuitamente as informações sobre ele existentes no banco de dados, inclusive o seu histórico, cabendo ao gestor manter sistemas seguros, por telefone ou por meio eletrônico, de consulta para informar as informações de adimplemento; III - solicitar impugnação de qualquer informação sobre ele erroneamente anotada em banco de dados e ter, em até 7 (sete) dias, sua correção ou cancelamento e comunicação aos bancos de dados com os quais ele compartilhou a informação; IV - conhecer os principais elementos e critérios considerados para a análise de risco, resguardado o segredo empresarial; V - ser informado previamente sobre o armazenamento, a identidade do gestor do banco de dados, o objetivo do tratamento dos dados pessoais e os destinatários dos dados em caso de compartilhamento; VI - solicitar ao consultente a revisão de decisão realizada exclusivamente por meios automatizados; e VII - ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados. § 1º (VETADO). § 2º (VETADO).

oferecimento das informações positivas, enquanto que para o banco de dados foi enviada uma manifestação de revogação desse consentimento. Em casos assim, deverá prevalecer à última manifestação de vontade do consumidor.

Os efeitos da revogação são: os credores não irão mais alimentar os bancos de dados; e os bancos de dados deixarão de fornecer informações para terceiros (apagando os respectivos arquivos sobre o consumidor).

b) O acesso – o consumidor poderá acessar seus registros pessoais e verificar alguma falha pontual no fluxo de informações, podendo, nesse caso, com base no Art. 5º, III da lei em discussão, suprir a omissão.

A existência de arquivos secretos, de uma forma geral, não é mais concebida na maioria dos Ordenamentos Jurídicos. O direito de acesso às informações pessoais constantes em bancos de dados está hoje assegurado nos mais diversos países.

No Brasil, o Art. 72 do CDC, inclusive define como informação penal, *in verbis*: “impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros”.

c) A gratuidade do acesso – o direito do acesso é gratuito e atemporal, determina o Art. 5º, II da lei ora em exame.

Apesar da lei do Cadastro Positivo não ter sido clara em relação à emissão de documentos escritos a serem entregues ao consumidor, devemos observar aqui, a possível analogia com a Constituição Federal e com a lei do *Habeas Data*, que garantem ao cidadão o direito de receber das entidades públicas as informações e as certidões – de modo gratuito – para defesa dos direitos e esclarecimento das situações de direito pessoal.

Ora, quanto ao ponto, devemos perceber que embora o tratamento das informações ocorra ordinariamente por uma entidade privada, tal serviço é considerado de caráter público, sendo aplicáveis às entidades responsáveis pelo serviço de proteção ao crédito todos os preceitos que são aplicáveis às entidades públicas, dada a relevância econômica do serviço para o consumidor.

Novidade trazida pela lei é a possibilidade da consulta pelo consumidor poder ser feita por telefone ou pela Internet, garantindo o acesso de forma facilitada.



d) A correção dos dados – o inciso III do dispositivo em comento permite que o interessado solicite a impugnação de qualquer informação sobre ele anotada em banco de dados e determina que em até sete dias a correção ou o cancelamento da informação seja feito. O mesmo prazo é utilizado para comunicação aos demais bancos dos dados para os quais a informação impugnada foi compartilhada.

O CDC, no Art. 73, também, definiu como penalmente punível a conduta que consiste em: “[...] deixar de corrigir imediatamente informações sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber ser inexata”.

A correção pode ser referir a todo e qualquer informação registrada, desde a mais simples, como por exemplo, número de telefone, até a informação referente a um determinado contrato.

Apesar de recomendável, a lei não exige que a correção seja acompanhada de documentos comprobatórios, isto porque, não há presunção de má fé em relação às alegações do consumidor. O que surgirá a partir daí é o dever da entidade de proteção ao crédito de investigar o registro e até que exista prova em contrário, todos os fatos afirmados pelo consumidor são considerados verdadeiros.

Se, ao final das diligências por parte da entidade de proteção ao crédito, for verificado que houve alteração das informações, tais alterações deverão ser comunicadas aos que já realizaram consulta sobre a correção. A forma de comunicação não foi estabelecida pela lei.

Por fim, não pode haver cobrança pelo pedido e pela efetiva correção do dado.

e) A possibilidade de análise de riscos pelo próprio banco de dados.

Embora a lei estabeleça que em regra a análise de risco seja realizada pelo fornecedor, que pretende a concessão do empréstimo, ou seja, do consulente, como já ressaltamos, anteriormente, nada impede que o próprio banco de dados faça uma avaliação de risco. Todavia, caso isso ocorra, é necessário que haja divulgação dos critérios utilizados para a análise, privilegiando, por óbvio, a objetividade nas informações.

f) O conhecimento do consumidor sobre a qualificação do banco de dados.

Tal informação é fundamental para que o consumidor exerça seu direito de acesso às suas informações bem como realize eventuais retificações, sobretudo num país como o nosso, onde existem diferentes entidades de proteção ao crédito. Mais do que nunca, o consumidor precisa saber para qual entidade os seus dados serão remetidos.

g) O direito à revisão das decisões que foram automatizadas

Atualmente, a automação em muitos ramos da vida em sociedade, constitui em facilidade para o homem. Todavia em algumas situações é possível verificar a substituição do trabalho humano pela atuação das máquinas.

No dispositivo em comento, Art. 5º, VI, a lei do cadastro positivo buscou garantir ao consumidor a certeza de que as decisões que produzirão efeitos na sua esfera jurídica ou econômica, quando tomadas por vias automatizadas possam ser revistas pelo homem. Para que tal direito seja exercido, é necessário que o consumidor tenha conhecimento sobre a origem da denegação do seu empréstimo, para que, caso tenha sido uma decisão automatizada, ele exija sua revisão.

Tal dispositivo foi diretamente influenciado pelo Art. 15 da Diretiva 95/46 da União Europeia.

h) A exigência de finalidade na utilização dos dados

Os dados do consumidor só serão utilizados considerando a finalidade para a qual eles foram coletados, ou seja, deve estar vinculada à análise de risco da concessão de crédito. Tal medida constitui meio de proteção à privacidade da pessoa.

**Art. 6º**

O dispositivo ora analisado trata das obrigações atinentes aos gestores quando há informações solicitadas pelo cadastrado.

O banco de dados, diante da solicitação do consumidor, o responsável pelo banco de dados é obrigado a fornecer todas as informações. Nesse ponto, vale ressaltar, não se admite acesso parcial às informações. O consumidor precisa ter

acesso ao conjunto completo de informações a seu respeito. Repise-se, ainda, que o acesso é totalmente gratuito.<sup>29</sup>

O citado artigo, também, determina que seja enviada ao consumidor a qualificação de todas as pessoas jurídicas que compartilharam dados ao seu respeito, tal garantia possibilita ao consumidor, a correção dos seus dados ou, se for o caso, o ajuizamento de ação em face desses entes.

Para que o consumidor tenha maior controle sobre os seus dados, a lei determina que os bancos de dados informem todas as pessoas que realizaram consulta sobre determinado consumidor, nos últimos seis meses. Por meio dessa medida, o consumidor verificará se as consultas realizadas ao seu respeito obedeceram à finalidade estabelecida pela lei e, caso contrário, verificado o desvirtuamento, proceda com o ajuizamento de ação indenizatória por ofensa à sua privacidade.

Considerando a fragilidade que a existência dos bancos de dados coloca o consumidor a lei determina, ainda, o dever de informar por parte dos agentes que atuam no mercado com os dados dos consumidores. Para isso, estabelece que o consumidor receba documento escrito indicando seus direitos em relação aos bancos de dados bem como a relação dos órgãos públicos para os quais o consumidor deve se dirigir, caso se sinta lesado.

Bessa resume o conteúdo mínimo do texto a ser enviado ao consumidor:

- 1) direito de revogar o consentimento para tratamento de informações positivas a qualquer tempo; 2) direito de acesso; 3) direito de exigir a correção; 4) direito de conhecer a qualificação dos bancos de dados, consulentes e fontes; 5) limite temporal das informações negativas e

---

<sup>29</sup>Art. 6º: “Ficam os gestores de bancos de dados obrigados, quando solicitados, a fornecer ao cadastrado: I - todas as informações sobre ele constantes de seus arquivos, no momento da solicitação; II - indicação das fontes relativas às informações de que trata o inciso I, incluindo endereço e telefone para contato; III - indicação dos gestores de bancos de dados com os quais as informações foram compartilhadas; IV - indicação de todos os consulentes que tiveram acesso a qualquer informação sobre ele nos 6 (seis) meses anteriores à solicitação; e V - cópia de texto contendo sumário dos seus direitos, definidos em lei ou em normas infralegais pertinentes à sua relação com bancos de dados, bem como a lista dos órgãos governamentais aos quais poderá ele recorrer, caso considere que esses direitos foram infringidos. § 1º É vedado aos gestores de bancos de dados estabelecerem políticas ou realizarem operações que impeçam, limitem ou dificultem o acesso do cadastrado previsto no inciso II do art. 5º. § 2º O prazo para atendimento das informações estabelecidas nos incisos II, III, IV e V deste artigo será de 7 (sete) dias.”

positivas; 6) direito a ser comunicado por escrito do registro de informação negativa; 7) direito de ser indenizado pelo banco de dados e fornecedor, em caso de tratamento irregular dos seus dados; 8) direito a reclamar perante órgão de defesa do consumidor (Procon) (BESSA, 2011, p. 121).

O §1º do Art. 6º veda aos gestores estabelecimento de políticas ou a realização de operações, que de alguma forma, impeçam, limitem ou dificultem o acesso do consumidor aos dados cadastrados. Como se pode notar, em diversos momentos a lei destaca a importância do direito ao acesso, intensificando sua relação com os preceitos propugnados no CDC<sup>30</sup>.

O prazo estabelecido para o oferecimento das informações sobre qualificação dos credores e dos bancos de dados com os quais as informações foram compartilhadas, dos consulentes que tiveram acesso aos arquivos nos últimos seis meses e cópia do texto com os direitos do consumidor é de até sete dias.

#### **Art. 7º<sup>31</sup>**

O presente dispositivo tem por objetivo limitar o acesso e o compartilhamento dos dados à análise de risco de crédito ou financeiro. Isso é: a utilização de informação para qualquer outro fim como, por exemplo, a contratação de emprego, é absolutamente ilegítima e ilegal, sujeitando ao infrator a responder por danos morais por ofensa ao direito à privacidade.

#### **Art. 8º**

O citado artigo trata das obrigações das fontes, sendo elas: <sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Art. 72 CDC: “Art. 72. Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros: Pena Detenção de seis meses a um ano ou multa”.

<sup>31</sup> Art. 7º As informações disponibilizadas nos bancos de dados somente poderão ser utilizadas para: I - realização de análise de risco de crédito do cadastrado; ou II - subsidiar a concessão ou extensão de crédito e a realização de venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro ao consulente. Parágrafo único. Cabe ao gestor manter sistemas seguros, por telefone ou por meio eletrônico, de consulta para informar aos consulentes as informações de adimplemento do cadastrado.

<sup>32</sup> Art. 8º São obrigações das fontes: I - manter os registros adequados para demonstrar que a pessoa natural ou jurídica autorizou o envio e a anotação de informações em bancos de dados; II - comunicar os gestores de bancos de dados acerca de eventual exclusão ou revogação de autorização do cadastrado; III - verificar e confirmar, ou corrigir, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, informação impugnada, sempre que solicitado por gestor de banco de dados ou diretamente pelo cadastrado; IV - atualizar e corrigir informações

- a) A manutenção adequada dos registros e do consentimento informado do consumidor (tendo em vista que tal documento precisa ser divulgado para todos os atores envolvidos nos sistemas de proteção ao crédito);
- b) A exclusão ou revogação do consentimento, devendo, tal como o consentimento informado, ser divulgado;
- c) O cuidado de verificação, confirmação e correção interna da informação impugnada pelo consumidor, em até dois dias úteis. Nesse caso é importante notar que o direito do consumidor de exigir a correção de informação, pode ser dirigido ao credor (fonte) ou ao banco de dados;
- d) A atualização e a correção das informações enviadas aos gestores de bancos de dados não podem ultrapassar o prazo de até sete dias. A norma, também, veda o dever de exclusividade entre fonte e banco de dados;
- e) A vedação às fontes de estabelecerem políticas, que de alguma forma, constituam limitação ao fluxo de informações para o histórico do crédito do consumidor. Tal medida existe para evitar a frustração da expectativa do consumidor no sentido de que o credor alimentará corretamente e sem restrições (uma vez que ele possui seu consentimento informado) os bancos de dados para posterior benefício em relação à taxa de juros.

#### **Art. 9º**

O presente artigo cuida do compartilhamento das informações e sua forma de efetivação.<sup>33</sup>

---

enviadas aos gestores de bancos de dados, em prazo não superior a 7 (sete) dias; V - manter os registros adequados para verificar informações enviadas aos gestores de bancos de dados; e VI - fornecer informações sobre o cadastrado, em bases não discriminatórias, a todos os gestores de bancos de dados que as solicitarem, no mesmo formato e contendo as mesmas informações fornecidas a outros bancos de dados. Parágrafo único. É vedado às fontes estabelecerem políticas ou realizarem operações que impeçam, limitem ou dificultem a transmissão a banco de dados de informações de cadastrados que tenham autorizado a anotação de seus dados em bancos de dados.

<sup>33</sup>Art. 9º O compartilhamento de informação de adimplemento só é permitido se autorizado expressamente pelo cadastrado, por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada. § 1º O gestor que receber informações por meio de compartilhamento equipara-se, para todos os efeitos desta Lei, ao gestor que anotou originariamente a informação, inclusive quanto à responsabilidade solidária por eventuais prejuízos causados e ao dever de receber e processar impugnação e realizar retificações. § 2º O gestor

A lei atenta ao fato de que a transferência ou permuta ocorreria sem qualquer comunicação ao consumidor, estabeleceu um regramento mínimo para a realização da transferência. Diz o *caput* do artigo em comento que o compartilhamento só é permitido quando autorizado expressamente pelo consumidor, por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada.

A redação do artigo 9º em muito se assemelha ao conteúdo do artigo 4º que trata do consentimento informado. Todavia são coisas diferentes, uma coisa é a autorização dada pelo consumidor objetivando fazer parte de um banco de dados, outra é a possibilidade de compartilhamento das suas informações com outros bancos de dados. Considerando que a lei estabeleceu em dispositivos diversos a necessidade de consentimento e posterior autorização do consumidor, para a realização do compartilhamento tal medida também se faz necessária, tudo visando proteger a privacidade do consumidor.

A responsabilidade solidária dos gestores dos bancos de dados começa a ser vislumbrada na lei do Cadastro Positivo no § 1º do Art. 9º, na medida em que há o compartilhamento de informações, o gestor que recebe a informação equipara-se àquele que a encaminha. Nesse diapasão, não cabe a alegação de que a responsabilidade é apenas do banco de dados que gera a informação inexata, pois uma vez que há a disseminação da informação, haverá também a corresponsabilidade pelo compartilhamento, cabendo, apenas num segundo momento, o ajuizamento da ação regressiva em face do que gerou a informação incorreta.

Embora o § 2º do citado dispositivo destaque a responsabilidade do gestor originário, a regra não constitui uma mitigação da responsabilidade solidária antes estabelecida.

---

originário é responsável por manter atualizadas as informações cadastrais nos demais bancos de dados com os quais compartilhou informações, bem como por informar a solicitação de cancelamento do cadastro, sem quaisquer ônus para o cadastrado. § 3º O cancelamento do cadastro pelo gestor originário implica o cancelamento do cadastro em todos os bancos de dados que compartilharam informações, que ficam obrigados a proceder, individualmente, ao respectivo cancelamento nos termos desta Lei. § 4º O gestor deverá assegurar, sob pena de responsabilidade, a identificação da pessoa que promover qualquer inscrição ou atualização de dados relacionados com o cadastrado, registrando a data desta ocorrência, bem como a identificação exata da fonte, do nome do agente que a efetuou e do equipamento ou terminal a partir do qual foi processada tal ocorrência.

O § 3º estabelece a divulgação da revogação do consentimento (cancelamento). A revogação gera duas providências para os bancos de dados: (i) apagar todos os dados relativos ao histórico de crédito do consumidor; e (ii) cessar a alimentação dos bancos de dados.

O § 4º deve ser considerado uma inovação, pois determina a identificação da pessoa física que promoveu a inscrição e/ou atualização das informações pelos operadores dos bancos de dados. E não foi só, a lei estabeleceu, ainda, o detalhamento da identificação, por meio do registro da data da ocorrência, a identificação exata da fonte, do nome do agente que a efetuou e do equipamento ou terminal que foi processada a ocorrência.

A ausência de cumprimento dessa norma por parte do gestor gera sua responsabilidade e, conseqüentemente, a possibilidade de incidência das sanções administrativas pelo Procon.

#### **Art. 10<sup>34</sup>**

Não há que se falar em exclusividade sobre as informações. É o que determina o dispositivo vedando expressamente ao gestor o direito a tal exigência.

Conforme já dito, anteriormente, no Brasil existem diversas empresas que exploram economicamente o setor de informações ao crédito. É bem verdade que o controle por parte do Poder Público, seria muito mais fácil se houvesse apenas um órgão responsável, todavia essa não é a nossa realidade. Por conta disso, a Lei preocupou-se em garantir a livre concorrência entre os diversos bancos de dados existentes e essa é a própria razão de existir do Art. 10.

#### **Art. 11**

O dispositivo trata das informações que são passíveis de registro e determina que toda e qualquer dívida privada (água, esgoto, gás e telecomunicações), inclusive quando não for contraída em decorrência de uma relação de consumo,

---

<sup>34</sup>Art. 10. É proibido ao gestor exigir exclusividade das fontes de informações.

como por exemplo, dívida de condomínio, poderá ser anotada nos arquivos de consumo.<sup>35</sup>

Em nossa opinião, tal medida traz benefícios. O primeiro é o fato de que um consumidor de baixa renda e que paga suas contas de água e eletricidade em dia, terá a oportunidade de formar um histórico de crédito e se beneficiar desse histórico futuramente (algo que não era possível sem que houvesse anterior obtenção de financiamento); Outro ponto positivo é a possibilidade de os bancos de dados retratarem a fiel situação financeira do consumidor, o que para o mercado é algo bom, tendo em vista que o crédito não deve ser concedido, ao menos em princípio, para pessoa que não consegue, por exemplo, pagar suas contas de água ou luz. Tal preocupação deve ser considerada, sobre tudo nos dias de hoje, quando sabemos que uma das causas do endividamento é a concessão irresponsável do crédito.

O Art. 11 determina que a inclusão nos bancos de dados de proteção ao crédito, das dívidas oriundas dos serviços acima mencionados, está condicionada à vontade do consumidor, excetuadas as dívidas oriundas de telefonia móvel na modalidade pós-paga. Quanto ao ponto, verifica-se que a lei se rendeu à dura realidade do setor de telefonia móvel no país. Isso porque, tendo em vista os altos índices de desrespeito ao consumidor, inclusive com a cobrança dos valores indevidos e de inúmeras ações judiciais discutindo tais valores, permitir a inclusão desse tipo de informação seria, admitir um enorme número de registros baseados em informações inexatas, configurando verdadeira ofensa aos direitos da personalidade do consumidor.

## **Art. 12**

O citado dispositivo permite que o consumidor autorize registros de históricos de créditos pretéritos.<sup>36</sup> Nesse caso o legislador, preocupado em não frustrar a

---

<sup>35</sup>Art. 11. Desde que autorizados pelo cadastrado, os prestadores de serviços continuados de água, esgoto, eletricidade, gás e telecomunicações dentre outros, poderão fornecer aos bancos de dados indicados, na forma do regulamento, informação sobre o adimplemento das obrigações financeiras do cadastrado. Parágrafo único. É vedada a anotação de informação sobre serviço de telefonia móvel na modalidade pós-paga.



expectativa do consumidor de poder se beneficiar de taxas de juros mais baixas permitiu a inclusão dos registros anteriores ao consentimento informado. Para tanto, basta que o consumidor autorize as instituições financeiras a repassarem as informações para os arquivos de consumo. A lei não estabeleceu forma específica para autorização.

O § 2º do Art. 12 proíbe expressamente que sejam estabelecidas políticas o operações, que de alguma forma, dificultem a transmissão das informações bancárias do seu cliente a banco de dados, quando previamente autorizadas pelo titular.

Apesar do § 3º do Art. 12 prevê que a regulamentação da matéria ocorra por meio de normas complementares do Conselho Monetário Nacional, não achamos que há necessidade de aguardar a edição de tal regulamentação para que ocorra o registro de operações pretéritas de crédito, tendo em vista que a Lei 12.404/11 é suficientemente detalhada de modo a disciplinar a matéria de forma satisfatória.

### **Art. 13<sup>37</sup>**

A regra em questão prevê a regulamentação da lei pelo Poder Executivo. A norma é fundamentada no Art. 84, IV, da Constituição Federal que confere competência privativa ao Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução da lei.

Como é sabido, considerando o princípio constitucional da legalidade<sup>38</sup>, não pode o decreto inovar no mundo jurídico. Logo, para que uma lei gere uma

<sup>36</sup>Art. 12. Quando solicitado pelo cliente, as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil fornecerão aos bancos de dados indicados as informações relativas às suas operações de crédito. § 1º As informações referidas no caput devem compreender somente o histórico das operações de empréstimo e de financiamento realizadas pelo cliente. § 2º É proibido às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil estabelecer políticas ou realizar operações que impeçam, limitem ou dificultem a transmissão das informações bancárias de seu cliente a bancos de dados, quando por este autorizadas. § 3º O Conselho Monetário Nacional adotará as medidas e normas complementares necessárias para a aplicação do disposto neste artigo.

<sup>37</sup>Art. 13. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, em especial quanto ao uso, guarda escopo e compartilhamento das informações recebidas por bancos de dados e quanto ao disposto no art. 5º.

<sup>38</sup>Art. 5º, II CF/88 "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

obrigação de fazer ou não fazer, é necessário que a mesma tenha passado por todo processo legislativo<sup>39</sup>, o que, por óbvio, não ocorre com o decreto legislativo. Não se admitindo, portanto, a instituição de novos direitos e deveres por meio de decreto regulamentador.

Todavia, embora a doutrina e a jurisprudência sejam ressonantes nesse sentido, a realidade em nosso país é diversa, e na prática convive-se com inúmeros decretos que vão muito além da regulamentação.

#### **Art. 14<sup>40</sup>**

O dispositivo em questão estabelece o limite temporal de 15 anos para armazenamento das informações positivas (dos históricos de crédito).

Apesar de seguir os mesmos propósitos do CDC (que em seu Art. 43 estabelece limite de cinco anos para os cadastros que tratam de informações negativas de consumidores) a lei do Cadastro Positivo aumentou o limite para as informações positivas para 15 anos.

Em nossa opinião a opção do legislador foi acertada, sobretudo se considerarmos, que atualmente os contratos e empréstimos realizados, principalmente para a classe “c”, são de períodos superiores há cinco anos, razão pela qual, um período maior servirá de forma mais eficiente à formação do histórico de crédito do consumidor. É possível visualizar aqui a atuação do princípio econômico de que, em relação aos históricos de crédito “*more is better*”.

#### **Art. 15**

A ideia contida no dispositivo é a de limitação do acesso aos bancos de dados.<sup>41</sup> Observa-se que o legislador repetiu o comando exposto no Art. 7º dessa

(...) II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;”

<sup>39</sup>Art. 59 CR/88 “O processo legislativo compreende a elaboração de: I - emendas à Constituição; II - leis complementares; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V - medidas provisórias; VI - decretos legislativos; VII - resoluções. Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.”

<sup>40</sup>Art. 14. As informações de adimplemento não poderão constar de bancos de dados por período superior a 15 (quinze) anos.

lei, na medida em que frisou que a consulta aos arquivos de consumo só será possível se houver interesse de análise de risco de crédito. Conforme dito, anteriormente, a vinculação é condição indispensável ao acesso e utilização dos dados disponíveis em bancos de dados de proteção ao crédito. Caso a consulta ou utilização não observe tal vinculação estará constituída ofensa à privacidade e poderá ensejar indenização por danos morais.

#### **Art. 16<sup>42</sup>**

Com importante função na lei do Cadastro Positivo, o Art. 16, em inteira consonância com o CDC, estabelece a responsabilidade solidária (do fornecedor e da entidade de proteção ao crédito) pelos danos materiais e morais sofridos pelo consumidor no tratamento indevido das informações positivas.

Dessa forma, o consumidor que tiver seus direitos violados no que tange à proteção dos dados pessoais poderá requerer, cumulativamente, indenização por danos morais e materiais. Tal entendimento é amplamente aceito na jurisprudência, cabendo, inclusive a aplicação da Súmula 37 do STJ<sup>43</sup>.

Apesar da concepção do dano moral (no que tange a sua vinculação ou não à dor psíquica) ser questão polêmica na doutrina, o Superior Tribunal de Justiça, sobretudo quando se trata de entidades de proteção ao crédito, entende que, para o deferimento de indenização por dano moral, basta o interessado demonstrar que o registro foi irregular (não há necessidade de demonstrar que houve afetação ou constrangimento gerado pela inscrição), o registro irregular basta. Diferentemente, da arguição de dano material onde é necessária a prova do prejuízo, que deve ser formulada em processo de conhecimento.

Outra hipótese levantada pelo dispositivo é a possibilidade da pessoa jurídica ser vítima de dano moral, considerando que tal dano decorre da ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana.

---

<sup>41</sup> Art. 15. As informações sobre o cadastrado constantes dos bancos de dados somente poderão ser acessadas por consulentes que com ele mantiverem ou pretenderem manter relação comercial ou creditícia.

<sup>42</sup> Art. 16. O banco de dados, a fonte e o consulente são responsáveis objetiva e solidariamente pelos danos materiais e morais que causarem ao cadastrado.

<sup>43</sup> Súmula 37 do STJ: “São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato”.

O STJ já se manifestou expressamente (Súmula 227) no sentido de que é possível que a pessoa jurídica seja vítima de dano moral.

Em relação aos danos materiais, vale a regra do Art. 402 CC que estabelece que os danos materiais abrangem o que a vítima efetivamente perdeu e o que razoavelmente deixou de lucrar. Ou seja, ao contrário dos danos morais, aqui há necessidade de prova específica relativa ao prejuízo material sofrido pela vítima em decorrência da inscrição e/ou do compartilhamento ilícito das informações.

O Art. 16 estabelece que a responsabilidade civil por tratamento irregular de dados é objetiva, ou seja, considerando o Art. 927 do CC “[...] haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade, normalmente desenvolvida pelo autor de dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

Dessa forma, quando a coleta, armazenamento e/ou compartilhamento das informações positivas extrapolarem as exigências e pressupostos estabelecidos pelo ordenamento jurídico (seja a lei do Cadastro Positivo, seja o CDC), caberá indenização por danos morais e materiais em relação a pessoas físicas e, por danos materiais em relação a pessoas jurídicas.

Além de destacar a responsabilidade objetiva, o dispositivo aponta a solidariedade legal, que traz como consequência o dever do banco de dados, de indenizar integralmente o consumidor em qualquer hipótese de tratamento irregular e danos causados.

Em 2008, o STJ editou a Súmula 359: “Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição”. Para a Corte, portanto, se o registro indevido se baseia unicamente na ausência de comunicação ao consumidor, a ação deve se dirigir unicamente à entidade de proteção ao crédito, restringindo nessa hipótese a solidariedade (BESSA, 2011, p. 147). Todavia, tendo em vista a expressa previsão de solidariedade estabelecida neste Art. 16, é possível que a matéria tome novos contornos.

**Art. 17<sup>44</sup>**

A lei ora analisada, no seu primeiro dispositivo, determina que sua aplicação abranja tanto às pessoas naturais, quanto às jurídicas. Os demais dispositivos definem “cadastrado” como a pessoa que está sujeita às atividades de proteção ao crédito. Todavia, no início do presente Art. 17, faz uma aparente diferenciação entre cadastrado e consumidor, criando uma suposta dúvida sobre a abrangência da sua aplicação.

Para evitar maiores confusões, Leonardo Roscoe Bessa (2011, p. 148) esclarece:

[...] todo cadastrado ou potencial cadastrado é considerado em face do CDC. Como se sabe a Lei. 8078/90, no que diz respeito ao seu âmbito de aplicação, é expressa no sentido de que o consumidor pode ser tanto pessoa natural quanto jurídica (...). Doutrina e Jurisprudência apenas destacam a necessidade de se verificar a vulnerabilidade em concreto para considerar a pessoa jurídica como consumidora.

Ora, conforme salientamos anteriormente, no caso do cadastramento de informações em bancos de dados de proteção ao crédito, a vulnerabilidade da pessoa jurídica é evidente, pois se consubstancia na situação de superioridade decorrente do fato de um sujeito/ator possuir um banco de dados, capaz de disseminar informações privadas acerca de alguém/de uma empresa com grande potencial danoso. O que podemos observar, portanto, é que a superioridade que é considerada para efeitos de tratamento de informações nos bancos de dados de proteção ao crédito, não é econômica.

Dessa forma, embora o dispositivo em comento sugira uma interpretação diversa, para fins de aplicação da Lei do Cadastro Positivo, o melhor entendimento é

---

<sup>44</sup>Art. 17. Nas situações em que o cadastrado for consumidor, caracterizado conforme a Lei 8078 de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, aplicam-se as sanções e penas nela previstas e o disposto no § 2º. § 1º Nos casos previstos no *caput*, a fiscalização e a aplicação das sanções serão exercidas concorrentemente pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação administrativa. § 2º Sem prejuízo do disposto no *caput* e no § 1º, os órgãos de proteção e defesa do consumidor poderão aplicar medidas corretivas, estabelecendo aos bancos de dados que descumprirem o previsto nesta Lei obrigações de fazer com que sejam excluídas do cadastro, no prazo de 7 (sete) dias, informações incorretas, bem como cancelados cadastros de pessoas que não autorizaram a abertura.

de que em toda e qualquer situação o cadastrado ou o potencial cadastrado é um consumidor<sup>45</sup>.

O §1º do Art. 17 reforça a possibilidade de aplicação das sanções administrativas para o caso de infração às normas que limitam as atividades dos arquivos de consumo<sup>46</sup>. Todavia, quando há possibilidade de aplicação concorrente das sanções e penalidades (nesse caso, tanto o Procon estadual quanto o municipal têm poderes para tanto) é necessária uma perfeita articulação entre os órgãos para que não haja conflito.

O §2º do Art. 17 estabelece a possibilidade de aplicação das medidas corretivas. Tais medidas podem ser aplicadas, simultaneamente, com outras sanções (conforme dispõe o Art. 16), sendo certo que a nova sanção será dirigida apenas aos bancos de dados, como deixa claro o próprio dispositivo. O conteúdo da medida, também, é indicado pela norma.

#### **Art. 18<sup>47</sup>**

O dispositivo cuida da vigência da lei, de acordo com ele não há que se falar em *vacatio legis* (lapso temporal entre a existência e a validade da norma), pois determinou que a vigência da norma coincidisse com a data da sua publicação no Diário Oficial da União.

---

<sup>45</sup> Art. 29 CDC: “Para os fins deste Capítulo e do seguinte, equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas.”

<sup>46</sup> Ressalta-se que, mais uma vez, o legislador demonstrou preocupação em trabalhar em consonância com a aplicação do CDC.

<sup>47</sup> Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **CAPÍTULO 3 A PRIVACIDADE**

### **3.1. Introdução**

Antes de explicar as inúmeras nuances oriundas do tema “privacidade”, é necessário justificar a razão por dedicarmos um capítulo inteiro ao instituto.

Desde que o acesso ao crédito começou a se efetivar por meio da formação de bancos de dados com informações pessoais aos consumidores, o tema privacidade (nesse particular), vem sido amplamente debatido na doutrina de diversos países.

Conforme demonstramos em capítulo anterior, na medida em que houve o incentivo para formação dos históricos de crédito, com vistas à análise de risco financeiro, a preservação da privacidade passou a ser vista como um grande desafio, muitas vezes incompatibilizável com o desenvolvimento tecnológico desses bancos de dados.

Neste capítulo, não temos a pretensão de encerrar o debate, muitas vezes nossas reflexões apenas demonstrarão que esforços ainda maiores são necessários no exercício de compatibilização entre os meios de formação do histórico de crédito e a preservação da privacidade do consumidor. Todavia, temos como objetivos apontar “novos” caminhos para reflexão do tema, uma vez que entendemos ser fundamental a concepção da privacidade como direito e não como dever.

### **3.2 Um histórico sobre a privacidade e o universo dos bancos de dados informatizados**

O marco da doutrina sobre privacidade foi estabelecido a partir do estudo de Brandeis e Warren que deu origem ao artigo “*The right to privacy*” e que tinha como fundamento afirmações como “*right to be alone*”, o direito de ser deixado em paz.

Os juristas americanos consideravam o direito à privacidade “o mais abrangente dos direitos do homem”. Embora ousemos discordar de tão incisiva afirmação, é fato que o direito à privacidade vem sendo discutido sobre os mais

diversos primas (seja pela sua definição ou pela dificuldade de delimitar o seu âmbito de atuação), o tema tem causado discussões calorosas no mundo jurídico.

Danilo Doneda, remontando o caminho percorrido pelo instituto lembra, que:

Na Inglaterra do século XVII estabeleceu-se o princípio da inviolabilidade do domicílio - *man's house is his castle*, que iria dar origem à tutela de alguns aspectos da vida privada relacionados com o respeito ao *domus*, ao espaço físico privado do homem. Ainda, na época feudal a casa da família passou a representar um espaço de intimidade, proporcionando a separação da vida da comuna e indo ao encontro de interesses pessoais - a intimidade do sono, do almoço, do ritual religioso, talvez até do pensamento; e com a família burguesa a ideia do ensimesmamento em casa e de cada indivíduo em seu quarto passou a ser vista como condição de habitabilidade (DONEDA, 2000, p.2).

Após esse período, surge a Idade Média e sua burguesia carente de isolamento, momento em que se desenvolve não só a ideia de propriedade privada, mas também a ideia de vida privada.

Dessa forma, importante aspecto relativo ao direito à privacidade era o de que sua concepção não vinha de uma necessidade humana, mas sim dos anseios e objetivos propugnados por uma classe, a burguesia (DONEDA, 2000).

O enfoque do artigo de Brandeis e Warren era justamente o desenvolvimento da tecnologia como um dos meios a promover a publicização de assuntos eminentemente privados.

Em 1890, Herman Hollerith, proprietário da empresa *Tabulating Machine Company*, hoje conhecida como IBM, por meio da criação da máquina eletromecânica inicia o processo da mecanização dos dados pessoais (fato que na época contribuiu para realização mais eficiente do censo nos Estados Unidos).

Em 1946 surge o primeiro computador operando em lógica digital. A máquina era capaz de efetuar mais de três mil multiplicações por segundo, o que foi considerado um importante passo tecnológico à época.

O *Electronic Numerical Analyzer and Computer* (ENIAC) foi apenas o primeiro de muitos computadores digitais que foram criados, pois na medida em que o tempo foi passando e os esforços tecnológicos eram impulsionados pela demanda de novos sistemas de telecomunicações, a tecnologia e seus novos contornos seguiram adiante e permitiram ao homem uma mudança na avaliação da sua postura diante de uma sociedade automatizada.



Os dados que antes eram armazenados em pilhas e mais pilhas de papel, passaram a ser compartimentalizados em arquivos de computadores com expressiva capacidade de manipulação, de modo que até no universo político, informações obtidas por meio desses bancos de dados começaram a ser consideradas para a tomada de decisão.

Aliás, não é novidade que o Estado, em diferentes épocas e por diversas razões coletou informações sobre os cidadãos. Independente das inúmeras considerações que temos a respeito de tal postura atualmente, fato é que tal possibilidade deve ser considerada aspecto relevante para definição das estratégias de desenvolvimento estatal, uma vez que foi por meio da troca de informações que os cidadãos puderam (e, ainda, podem) obter documentos da Administração Pública, assim como, os governos tiveram a chance de visualizar melhor as necessidades da população (DONEDA, 2000).

Importantes questões surgiram a partir do momento que as formas de processamento de informações se aperfeiçoaram e o que antes era privilégio apenas dos entes públicos, passam a estar ao alcance, também, dos entes privados.

O setor comercial foi um dos primeiros a se beneficiar com o armazenamento de informações, pois por meio da formação de bancos de dados puderam reunir informações relativas à situação econômica dos seus clientes, o que permitiu a criação de uma espécie de “blindagem” capaz de afastar os maus pagadores. Nesse contexto, a informação passou a ser vista sob uma nova perspectiva: se tornara um bem, economicamente mensurável, objeto de negociação no mercado.

Conforme se observa, a questão do desenvolvimento da manipulação das informações possui pontos positivos (pesquisa de consumidores inadimplentes, relacionamento com antigos e novos clientes, informação para adoção de políticas públicas). Todavia, a utilização, por exemplo, dos “dados sensíveis” (aqueles capazes de revelar histórico clínico, orientação religiosa, política sexual etc.) que tratam de aspectos relacionados à intimidade dos indivíduos, constituem verdadeira afronta ao direito à privacidade.

Outro ponto relevante e que é frequentemente levantado pelos estudiosos do tema é que, tendo em vista a facilidade com que podem ser obtidas informações pessoais, somada ao fato de que os sistemas computadorizados são capazes de fazer o cruzamento das informações adquiridas nos mais diferentes bancos de dados, num curtíssimo espaço de tempo, é a diminuição da esfera de liberdade do

ser humano, fato que em última análise, também, atinge diretamente os direitos da personalidade.

Diante desse cenário verifica-se que a ideia propagada por Brandeis e Warren, no que se refere à privacidade, como sinônimo de isolamento, está completamente superada, cabendo novamente a utilização dos ensinamentos de Doneda ao falar de uma nova tendência de identificação dos sujeitos coletivos e minorias de diversas ordens, vistos por Stefano Rodotà como os mais prejudicados nesse novo modelo de privacidade:

Tende-se a mudar o sujeito do qual emana a demanda da defesa da privacidade e muda mesmo a qualidade dessa demanda: vindo em primeiro plano a modalidade do exercício de poder da parte dos detentores públicos e privados das informações, a evocação do direito à privacidade supera o tradicional quadro individualista e dilata-se em uma dimensão coletiva, no momento em que se considera não o interesse do indivíduo como tal, mas como integrante de um determinado grupo social (Apud DONEDA, 2000, p.7).

O autor retira a privacidade da dimensão do indivíduo e a coloca numa perspectiva coletiva, condizente com o amplo controle da circulação informações pessoais. É em torno dessa mudança de paradigma sobre o instituto da privacidade que são travadas as discussões jurídicas sobre os efeitos oriundos dessa nova concepção; uma vez que se entende necessário conferir proteção à privacidade a partir do controle das informações pessoais.

O problema de difícil resolução se instaura por definitivo quando tentamos delimitar: (i) quais informações cujo tratamento seria de fato prejudicial; (ii) quais são os critérios para a ocorrência desse tratamento; e (iii) além da investigação, sobre quais formas o dano poderia ocorrer.

O direito, mais uma vez encontra um problema a ser superado, pois é eminente a formação de regras que atendam à necessidade do progresso tecnológico na área da informação.

Outra questão que, também, foi levantada por Doneda é a falta de uma finalidade humanitária nos progressos tecnológicos da sociedade. Tal aspecto, inclusive, levou a existência da denominada primeira onda de autocrítica por parte dos empreendedores, pois embora tenham utilizado informática para incrementar seus negócios, perceberem, que a adoção de novas tecnologias não traduziu em um aumento de produtividade.

Diante desses paradoxos e na mesma época que as tecnologias informacionais promoveram uma revolução na sociedade, surgiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), seguida da Convenção Europeia de Direitos do Homem (1968), ambas com objetivo de permitir a cada homem a possibilidade de defender seus direitos essenciais contra qualquer ameaça ou arbítrio, instituíram um conjunto mínimo de direitos do homem perante o Estado.

A partir daí, a proteção dos direitos humanos começou a ser tratada em normas de direito público. Ainda, nesse momento a dicotomia entre direito público e privado era bastante visível e o direito patrimonial se constituía em verdadeiro limite dentro do direito civil (que advogava em favor dos direitos de propriedade e da autonomia da vontade = liberdade de contratar).

No Brasil, desde a promulgação da Constituição da República de 1988 (chamada por muitos de “Constituição Cidadã”), houve um redimensionamento dos limites entre o direito público e o privado. Verificou-se que as mudanças sociais, jurídicas e econômicas deram outro formato à sociedade, de forma que a dicotomia antes preconizada não era mais capaz de evitar situações de desrespeito aos direitos humanos, de forma que o Estado teve que intervir para garantir a proteção dos direitos fundamentais. Dado o escopo de interesse público dessas intervenções, o momento jurídico foi denominado como “publicização do direito privado”. (TEPEDINO, 2000).

Nessa tendência, foi promulgado o Código Civil (Lei 10. 406/02), que considerou uma série de preceitos constitucionais, sobretudo no que se refere aos princípios de direito fundamental.

Como efeito da aderência dos ordenamentos jurídicos aos preceitos contidos nas Declarações de Direitos Humanos adotando a igualdade formal como um de seus fundamentos, o direito civil começou a ser profundamente influenciado na sua função de determinar as normas sobre a capacidade de contrair direitos e obrigações.

O problema descortinado nesse ponto foi à percepção de que a igualdade formal até então assegurada, não era mais suficiente para impedir que sua autodeterminação fosse limitada por outras formas de ingerência, como o poder econômico ou o preconceito sexual ou racial (DONEDA, 2000). Por essa razão, no âmbito do direito civil houve a necessidade de se criar meios para assegurar o exercício da personalidade humana.

A partir daí, muito se discutiu acerca de qual seria a melhor classificação para os direitos de personalidade. Todavia, nos filiamos ao que se denominou de valor capaz de tutelar diversas situações existenciais de maneira integrada por todo o

ordenamento jurídico, pelos meios que nem sempre vão corresponder às formas de direito subjetivo.

Nesse raciocínio, pelo fato da proteção à privacidade ser elemento inseparável da personalidade, merece tutela integrada.

Não por outra razão, a existência das novas formas de invasão na esfera privada faz com que a tutela da privacidade esteja em constante aperfeiçoamento buscando estabelecer condições para o controle efetivo das informações, nas bases dos bancos de dados, pois se considera como esfera da vida privada, um conjunto de ações comportamentais, preferências, opiniões e comportamentos pessoais sobre os quais o interessado deseja manter um controle exclusivo, essa tutela há de basear-se em um novo “direito à autodeterminação informativa”, conforme preconizado por Stefano Rodotà, hoje identificado em diversos ordenamentos, que estabelece condições para efetivo controle das informações pessoais (DONEDA, 2000).

Dado às imensas transformações tecnológicas os ordenamentos jurídicos criaram leis para cuidar da matéria. O aperfeiçoamento dessas leis levou a um “consenso” sobre a aplicação de alguns princípios, que foram resumidos por Doneda em artigo amplamente citado<sup>48</sup>.

O ordenamento jurídico brasileiro começou a se preocupar com o tema (informações constantes em banco de dados) a partir de 1988, tanto é que a

---

<sup>48</sup> 1 - Princípio da publicidade (ou da transparência), pelo qual a existência e a utilização de qualquer banco de dados com informações pessoais deve ser de conhecimento público, seja pela exigência de autorização prévia para funcionar; da necessidade do registro público de sua existência; do envio de relatórios periódicos ao Estado ou aos interessados; ou ainda exigindo que seja dada ciência aos envolvidos que tenham dados pessoais sendo utilizados. 2 - Princípio da boa-fé (ou da finalidade), pelo qual todo procedimento ligado ao banco de dados deve ser realizado com o objetivo de realizar a finalidade proposta para o sistema, que deve ser conhecida previamente pelos titulares das informações do sistema. Dentro desse princípio estão inclusos, ainda, a limitação de coleta e armazenamento somente dos dados que tenham sido obtidos lícitamente e que tenham relação com o objetivo; ainda limita o período de tempo que esses dados poderão ficar armazenados e também equipara o fornecimento desses dados a terceiros, como violação do princípio 3 - Princípio do livre acesso, pelo qual o indivíduo tem acesso ao banco de dados onde suas informações estão armazenadas, com a consequente possibilidade de controle destes dados: as informações incorretas poderão ser corrigidas e aquelas obsoletas ou impertinentes poderão ser suprimidas. 4 - Princípio da segurança física e lógica, pelo qual o administrador do banco de dados é responsável pela sua proteção contra os riscos de seu extravio, destruição, modificação, transmissão ou acesso não autorizado (RODOTÀ; ADÉRCIO apud, DONEDA, 2000).

Constituição dedicou norma ao sigilo de dados no seu Art. 5º, XII<sup>49</sup>, além da previsão do instituto do *Habeas Data*<sup>50</sup> no inciso LXXII,<sup>51</sup> do mesmo dispositivo.

Em 1990, o Código de Defesa do Consumidor estabeleceu para o consumidor o direito de acesso e retificação de informações que componham o banco de dados de fornecedores, além de vedar a manutenção dos registros das informações negativas por período superior a cinco anos.

Embora tenham sido pioneiras, as medidas adotadas pelo CDC foram limitadas às situações onde os dados em questão eram oriundos de uma relação de consumo, o que dificultou, durante algum tempo a tutela integral dos direitos da privacidade.

Como se pode observar o ordenamento jurídico brasileiro, durante muito tempo foi carente nos mecanismos capazes de promover uma efetiva proteção dos direitos da privacidade no que concernem as informações processadas nos bancos de dados dos consumidores. Apesar disso, conforme explicado no capítulo anterior,

---

<sup>49</sup> Art. 5º, XII, *in verbis*: “XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”.

<sup>50</sup> Em relação ao conceito do presente instituto, vejamos o tratamento dado pela jurisprudência, considerando o cenário dos bancos de dados: “Processo: 3101922 MG 2.0000.00.310192-2/000(1). Relator(a): MARIA ELZA. Julgamento: 02/08/2000; Publicação:15/08/2000. EMENTA: HABEAS DATA. SERASA. SPC. ENTIDADES PRIVADAS. BANCOS DE DADOS DE CARÁTER PÚBLICO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. “O habeas data é garantia (ação) constitucional, de natureza civil, de rito especial, isento de despesas judiciais e que tem como bem juridicamente tutelado a proteção da intimidade e da privacidade do autor, no que diz respeito a informações que sobre ele possam estar contidas em bancos de dados de caráter público, sejam estes integrantes de quaisquer dos Poderes (órgãos) do Estado ou da Administração Pública Indireta, ou mesmo pertencentes à iniciativa privada. O caráter público não está no fato do banco de dados integrar ou não o aparato estatal, mas na possibilidade de ser ele um depositário de informações generalizadas ou específicas sobre as pessoas físicas ou jurídicas, colhidas de terceiros e transmitidas também a terceiros, sem o conhecimento e/ou consentimento da pessoa cuja informação diga respeito. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público (art. 43, § 4º, Código de Defesa do Consumidor)”.

<sup>51</sup> Art. 5º, LXII, *in verbis*: “conceder-se-á “*habeas-data*”: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

inúmeras modificações surgirão a partir da efetiva implementação da lei do cadastro positivo criada no ano passado.

### **3.3. A outra face da privacidade e os interesses a ela vinculados – a análise de Richard Posner**

No tópico anterior cuidamos de apresentar o tema “privacidade” sob uma perspectiva histórica, ou seja, de modo a remontar o caminho percorrido pelo instituto no seu desenvolvimento para a sociedade e, também, para o próprio direito.

Nesse tópico nosso interesse é outro, queremos demonstrar que a valorização do um direito à privacidade pode advir de diferentes razões, que nem sempre se configuram em interesses, moralmente, justificáveis e, ainda, refletir sobre qual é o real objetivo da preservação da privacidade.

Para abordar o tema, na forma acima descrita, utilizamos os argumentos da obra “A Economia da Justiça” escrita Richard Posner. Nesse livro, o autor dedicou um título inteiro ao estudo da privacidade e procurou trabalhar o instituto pelo seu viés econômico.

#### **3.3.1. Informação privada: o interesse na ocultação de dados pessoais**

O autor ao fazer uma nova leitura sobre o instituto da privacidade formula interessante questão: “Porque as pessoas têm necessidade de bisbilhotar. Será apenas por curiosidade vã ou lúbrica? Ou será possível encontrar uma explicação funcional, isso é econômica?”.

A possibilidade de uma explicação nesse sentido pode favorecer o raciocínio de que a posse sobre informações, pode muitas vezes significar, um proveito de um indivíduo (financeiro ou não) sobre outrem.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> Muitas vezes encontramos críticas no mundo jurídico direcionadas a esse tipo de análise (a eterna “picuinha” entre juristas e economistas). Todavia, em nosso modesto entendimento, tal reflexão pode de fato contribuir para criação dos direitos que tutelam a

Graças ao acesso à informação que temos sobre outras pessoas é que podemos ter uma ideia mais precisa do tipo de pessoa que queremos ter como amigos, parceiros de trabalho e até companheiros para partilhar a vida. Dessa forma, utilizamos esse conhecimento acumulado por meio das informações para o estabelecimento de nossas futuras relações sociais. Posner, para ressaltar tal argumento explica que: “[...]mesmo o maior dos altruístas, precisa ter uma noção aproximada da riqueza do outro, para poder medir o valor que a contribuição terá para ele” (POSNER, 2010, 274-275).

Do outro lado da moeda ele aponta que estudos psicológicos e sociológicos demonstram que o ser humano, em seu cotidiano recorre a apresentações “falsas” ou “enganosas” a seu respeito, tudo com objetivo de criar no outro uma expectativa positiva sobre si, ou seja, nós trabalhamos no sentido de manipular a opinião que os outros têm sobre nós.

Para afirmar seu argumento, utiliza as palavras de Sidney M. Jourard, que em sua obra *Some Psychological Aspects of Privacy* expôs: “A vontade de privacidade expressa um desejo (...) por parte da pessoa que se oculta, de controlar a percepção e a crena dos outros em relação a ela” (POSNER, 2010, p. 275).

A descrição utilizada para explicar o conceito de privacidade sob o ponto de vista da informação é, basicamente “o direito do indivíduo de controlar o fluxo de informações sobre ele”. Tal ideia, muitas vezes, por se constituir em um discurso politicamente correto (sobretudo no mundo jurídico na defesa dos direitos da personalidade), não revela sua verdadeira face, ou seja, que a razão para ocultação das informações não é apenas o desejo humano de manter em segredo sua vida e seus feitos, mas a necessidade de manter entre as informações controladas as que porventura correspondam num juízo de valor por parte da sociedade caso sejam reveladas. São elas: as informações criminosas do passado, do presente ou até mesmo os atos considerados moralmente incoerentes com os padrões morais professados pelo próprio indivíduo.

Ora, como se pode notar, muitas vezes a ocultação visa enganar as pessoas que possuem relação com o indivíduo.

Ainda, nesse ponto Posner chamou à atenção para os casos em que, embora a ocultação de uma informação privada não chegue a ser moralmente reprovável, a revelação dessa informação mostraria que o objetivo real do indivíduo era explorar o desconhecimento dos demais sobre ela.

Conforme visto até aqui, não apenas a necessidade natural da preservação da privacidade, como núcleo da personalidade humana, deve ser considerada para compreendermos as razões da escolha da sociedade como um todo pela preservação do direito à privacidade.

Antes de tudo devemos pensar que as pessoas, muitas vezes, apenas desejam manipular o mundo que existe a sua volta, escolhendo quais informações revelarão sobre si mesmas, na expectativa de (com isso) obter alguma vantagem. Ou então, embora a revelação de determinada informação possa não ter efeitos negativos ou positivos para seu titular, ou para a sociedade, por questões culturais, opta-se pelo sigilo<sup>53</sup>.

Com base em tais considerações, fato é que poucas são as pessoas que realmente nutrem um sentimento de reserva, que seja razão suficiente para fazê-las ocultar informações pessoais não desonrosas<sup>54</sup>.

Outro ponto levantado por Posner é se a ocultação das pessoas (de informações sobre si) fomenta de alguma forma, a eficiência nas transações. Para ele, na medida em que os fatos ocultados pelos indivíduos relativos à:

[...] homossexualidade, raízes étnicas, antipatias, simpatia pelo comunismo ou pelo facismo, deficiências mentais leves, pequenas passagens pela justiça, brigas conjugais (hábito de enfiar o dedo no nariz) provocam, se revelados, reações irracionais por parte de possíveis empregadores, amigos credores e assim por diante (POSNER, 2010, p. 278).

Sendo assim, não há como ignorar a influência que a ocultação exerce sobre a eficiência nas transações sociais.

---

<sup>53</sup> Nesse sentido o autor sugere que o fato de as pessoas, em sua maioria, não gostarem e de fato não ficarem nuas em público, não possui qualquer relação com a informação desonrosa que a visão de sua nudez possa revelar (POSNER, 2010, 277).

<sup>54</sup> “Quem quer que já tenha se sentado ao lado de um estranho em um avião ou ônibus sabe o prazer que as pessoas têm em contar sua vida a desconhecidos.” (POSNER, 2010, 277).



Nesse mesmo contexto, o autor destacou a ideia de “superprodução informacional” que nada mais é do que a concorrência no fornecimento das informações, ideia que também exerce influência na vida em sociedade.

O sigilo, também, mereceu maiores comentários, uma vez que se trata de uma forma institucional de ocultação de informação, aonde o produtor utiliza a informação, mas não a divulga antes de ter a chance de lucrar com a posse exclusiva dela. Sendo assim, pode ser considerado um importante instrumento social de estímulo à produção de informações (POSNER, 2010, p. 288).

Posner explica que embora a teoria econômica possa estar num universo onde toda informação constitui propriedade inviolável do seu criador, não é nesse ponto que ela implica. Isso porque, a finalidade do direito de propriedade do sigilo é incentivar os investimentos na criação das informações. Para ele, quando a informação não é produto de um investimento, faz menos sentido defender sua proteção. Tal consideração é de suma importância para a definição necessária dos limites entre a confidencialidade fraudulenta e a que é socialmente desejável<sup>55</sup>.

O autor explorou, ainda, a questão da responsabilidade civil por violação da privacidade, questionando se tal direito estaria mais próximo do pensamento econômico da privacidade. Para desenvolver o raciocínio, trabalhou com as ideias de “privacidade comercial” e “privacidade pessoal” (nos ateremos apenas aos comentários relativos à “privacidade pessoal” para seguir os objetivos do presente trabalho). Nesse sentido, a proposta é a divisão da privacidade em quatro aspectos: (i) uso indevido de imagem – o próprio título traduz seu significado; (ii) publicidade indevida – que trabalha diferentes formas de publicidade e aborda a utilidade pública como função que ausenta o uso publicitário; (iii) “*false light*” – que é a vinculação da informação distorcida sobre determinado indivíduo; e (iv) violação ostensiva da privacidade – que são verdadeiros ilícitos civis como a escuta clandestina, vigilância fotográfica etc.

---

<sup>55</sup> “Estritamente concentrados na justificação de um direito do indivíduo de não ser mencionado nas colunas de fofocas dos jornais, a análise de Warren e Brandeis se apoia em uma série de proposições empíricas infundadas e implausíveis: (1) os jornais lutam deliberadamente pela degradação do gosto dos leitores; (2) as fofocas publicadas causam muito mais dano a seus alvos do que a agressão física causaria; (3) quanto mais fofocas a imprensa oferecer, maior será a demanda dos leitores; (4) ler colunas de fofoca prejudica a inteligência jurídica e a moral” (WARREN apud, POSNER, 1999, p. 296).

Na tentativa de criar uma visão mais ampla da privacidade, Posner examinou a etimologia do instituto com ênfase em dois dos seus diversos sentidos: reclusão e autonomia. O objetivo da análise foi demonstrar que a utilização do conceito de privacidade sob o prisma da “reserva” foi uma criação ocidental, pois sua etimologia aponta para uma questão que é, no mínimo, curiosa, senão vejamos:

[...] a ideia de que estar ausente da esfera pública possa ser algo agradável dificilmente faria sentido em uma sociedade na qual a privacidade física era praticamente inexistente (além de extremamente dispendiosa, também deixaria a pessoa em perigo). A privacidade, então, era o destino dos párias (POSNER, 2010, p. 318).

Essa conotação foi se diluindo na medida em que ocorreu o desenvolvimento das instituições, o aperfeiçoamento da ordem pública e a viabilização da posse da liberdade física dos indivíduos.

O século XVIII marcou o desenvolvimento do conceito como a “necessidade do indivíduo se afastar dos demais”. A partir desse momento, o sentido de reclusão foi extremamente influente no conceito de privacidade. Todavia, esse sentido atualmente, como vimos, é considerado ultrapassado, pois as oportunidades físicas que antes eram limitadas e restritas foram ampliadas no mundo moderno, o que só confirma a pertinência da crítica feita ao entendimento de Brandeis e Warren acerca do direito à privacidade.

Entretanto, apesar das críticas, Posner aproveitou a ideia de reclusão para desenvolvê-la num sentido mais amplo, que ele denominou de “reclusão gregária”. Nesse caso, o entendimento de “solidão” passa de uma redução de quantidade de interações sociais – consequentemente na produção mercadológica –, para uma “solidão” que motiva o processo criativo ou preparatório para produtividade (POSNER, 2010, p. 321).

Aqueles que defendem um amplo direito à privacidade costumam misturar os dois conceitos (reclusão e sigilo) e muitas vezes utilizam para designação do instituto, conotações positivas. Apenas a título exemplificativo, se classificarmos atualmente uma pessoa como “reservada” estaremos atribuindo-a, uma característica considerada positiva nos dias de hoje.

A ideia da ocultação, que também é ponto defendido pelo direito à privacidade está ligada a ideia da “reputação”. Afinal, trata-se de uma avaliação que terceiros fazem do indivíduo (seja no âmbito pessoal ou profissional).

Para Posner, reputação é um ativo, com valor alto, que pode ser usado pela difamação. Tal possibilidade é responsável por fazer com que as pessoas queiram esconder informações verdadeiras, que afetem negativamente sua imagem. Sendo assim, para ele, o conceito de reputação não está tão ligado ao de privacidade como o de reclusão.

Resumindo, a palavra privacidade abarca interesses distintos: (i) o de não ser importunado; e (ii) o de ocultar informações sobre si (POSNER, 2010, p. 323).

A discussão feita sobre os diferentes sentidos da privacidade demonstrou os interesses distintos e bem definidos que o instituto abrange nos dias de hoje. Todavia, vale ressaltar uma crítica importante apontada por Posner, que é a incapacidade da análise do tema, de fazer jus ao uso persuasivo e emotivo da palavra “privacidade”. Isso porque, o termo que antes possuía conotação desfavorável de exclusão da esfera pública passou a conotar um valor que as pessoas têm em alta consideração e estima.

Vale ressaltar, entretanto, que essa opinião não constitui uma unanimidade, conforme demonstra os críticos coletivistas, que opõem a ideia de privacidade a características como receptividade, fraqueza e altruísmo, num estilo de vida mais comunitário.

Posner atentou para o valor dessa crítica que reside em nos fazer refletir sobre o fato de que a privacidade é apenas uma característica cultural e, embora deva ser considerada como valor social, não pode e não deve ser confundida como o que ele chama de necessidade humana congênita.

As reflexões de Posner lhe renderam a inclusão em grupo de estudiosos chamados de “reducionistas” da privacidade, isto é, pessoas que “se unem na negação da utilidade de pensar e discutir a privacidade como um direito legal”<sup>56</sup>.

O autor, por sua vez, afirmou que tal afirmação não devia prosperar, na medida em que, em relação à privacidade (por ele considerada como um “valor intermediário”) não existia uma negação, de que os valores quando intermediários careceriam de um instrumento, o que se discutia era a adequação do instrumento, pois não deviam ser os mesmos utilizados para a defesa da liberdade ou da

---

<sup>56</sup>Tal designação foi criada por Ruth Gavisonem apud, POSNER, 2010, p. 324.

autonomia, uma vez são coisas completamente distintas. Sendo assim, conclui quanto ao ponto o renomado autor, que a atribuição do mesmo tratamento para privacidade pode significar o obscurecimento dos seus verdadeiros significados e, conseqüentemente, dos valores em jogo, que de fato, o direito deve se prestar a tutelar.

Conforme afirmamos na apresentação desse tópico, o objetivo de apresentarmos as posições aqui tratadas foi revelar o outro lado que o estudo da privacidade possui. Em nosso entendimento a criação de uma lei que visa resguardar algo, deve pretender a completa consonância com o bem que é tutelado.

O que o estudo do tema por esse viés demonstrou é que ainda existem deturpações sobre o instituto da privacidade e seus múltiplos significados e que tal aspecto deve ser considerado na análise das leis cujo objeto é o direito à privacidade. Com isso, não estamos afirmando que todo o arcabouço legal em torno do tema, seja inapropriado, ou deva ser desconsiderado, ao contrário, o que se verifica é a necessidade de reflexão acerca do instituto e das leis que o tutelam para que possamos, futuramente, superar as eventuais anomalias ocasionadas pela criação de leis que foram baseadas em conceitos e conteúdos que foram obscurecidos.

### **3.4. A relativização da privacidade – um novo olhar para aplicação do instituto na proteção dos bancos de dados**

Até aqui trouxemos alguns dos significados atribuídos à privacidade bem como os comentários acerca desses sentidos por parte dos seus respectivos defensores.

Se por um lado, o conceito de privacidade é entendido como valor fundamental, parte do núcleo da personalidade, verdadeiro princípio constitucional. Por outro, temos a análise econômica do instituto revelando-o como um “valor intermediário”, com múltiplos significados, que são sugeridos pelo conceito, cuja

presença nos ordenamentos jurídicos exige do intérprete um esforço maior no sentido de se evitar deturpações<sup>57</sup>.

Apesar dos entendimentos aparentemente antagônicos, ousamos afirmar que ambos se aproveitam ao nosso argumento, isto porque, conforme salientado em capítulo anterior, o cadastro positivo é (considerando a premissa aqui adotada) um dos fatores a ocasionar a diminuição da taxa de juros bem como possibilitar o aumento do acesso ao crédito, pois tendo em vista que a análise da concessão do crédito é realizada por meio das informações relativas ao consumidor, os instrumentos que objetivarem a redução da assimetria das informações e consequentemente contribui, também, para aumento desse acesso.

Em outro ponto, também, já demonstramos que o acesso ao crédito contribui para a chamada acumulação de capital. Dito de outra forma, quando as pessoas conseguem dinheiro, elas podem buscar o atendimento, de uma forma geral, de suas necessidades básicas como (saúde, educação, moradia etc.).

É praticamente um consenso entre os debatedores do tema que a busca do ser humano por uma colocação digna no contexto social movimenta o mercado e contribui para o desenvolvimento da sociedade. Por esse motivo, ressaltamos que os instrumentos que, de alguma forma, viabilizam essa busca pelo desenvolvimento

---

<sup>57</sup> Muitas vezes, a aplicação do direito se justifica a partir de um critério econômico e considera os efeitos utilitaristas advindos da adoção de determinada medida. Quando isso ocorre, a preocupação com o justo e com o ético são iminentes. Nesse sentido, destacamos alguns comentários de Amartya Sen: “Quizá, se le deba permitir al economista una dosis moderada de bondade, con tal que em sus modelos económicos mantengan las motivaciones de los seres humanos puras, sencillas y realistas, y nos las eche a perder con cosas tales como la buena voluntad o los sentimientos morales.” p. 20. (...) “Otra característica sorprendente es el contraste entre el carácter tímidamente – no ético – de la economía moderna y su evolución histórica, principalmente, como una ramificación de la ética. No sólo fue el denominado – parte de la economía moderna – Adam Smith, catedrático de Filosofía Moral de la Universidad de Glasgow (una ciudad bastante pragmática), sino que, durante mucho tiempo, se considero a la economía una rama da ética. El echo de que, hasta hace bastante poco, la economía se enseñara en Cambridge simplemente com una parte de la – Diplomatura em Ciencias Morales –, no es más que um ejemplo del diagnóstico tradicional sobre la naturaleza de la economía. Em realidade, em la década de 1930, cuando Lionel Robbins mantuvo en su influyente obra *Na Ensayo the Nature and Significance of Economic Science* (Um ensayo sobre la naruraleza y la significación de la ciencia económica) que – no parece posible, desde um punto de vista lógico, relacionar las dos materias [economia y ética] de ninguna forma, excepto por la mera yuxtaposición, estaba adaptando uma postura poco habitual por entonces, si bien ahora, es todo lo contrario”(p. 21).

humano, devem ser encorajados e estimulados na sociedade e que o acesso ao crédito é assunto que se enquadra exatamente nessa categoria, repita-se, por se constituir em instrumento capaz de auxiliar, ainda que, indiretamente na acumulação de capital humano.

Para esclarecer melhor o argumento, sugerimos uma estrutura capaz de traduzir o entendimento aqui esboçado:



**Figura 1: Possível efeito do cadastro positivo**

Chamamos atenção para o fato de que a estrutura acima não representa uma regra no caso da adoção do cadastro positivo e que, no presente trabalho, o desenho considera as premissas, antes assumidas, para desenvolvimento do tema.

Não por outra razão, entendemos que qualquer entrave diante desse processo ou em alguma das suas fases deve ser considerado verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento social. Com base nessa linha de raciocínio, a busca pela preservação da privacidade quando sobreposta à possibilidade de redução de assimetria de informações (elemento necessário à análise do risco para concessão ao crédito) representa um problema a ser superada para a implementação da forma eficiente, de políticas como a do Cadastro Positivo.

Dada esta problemática, passamos a comentar os efeitos causados pelas teorias que foram apresentadas sobre privacidade, objetivando demonstrar que a ponderação sobre o instituto diante de outros bens pode ser realizada em ambas as teorias adotadas e que, ao final, o resultado da ponderação será o mesmo, embora as teorias que expliquem o conceito e as delimitações da privacidade sejam, conforme dito, anteriormente, antagônicas.

No capítulo 3 começamos a descrição de privacidade, considerando a realidade do desenvolvimento tecnológico, que possibilitou a aproximação do homem com outros homens, bem como aumentou a sua exposição. Tal exposição, bem retratada por Brandeis e Warren chamou atenção do homem para a necessidade de isolamento (uma das faces da privacidade). Tal entendimento foi superado pelo tempo, mas a ideia da privacidade enquanto valor inerente à natureza humana persistiu, fazendo com que (juntamente com o desenvolvimento tecnológico

e informacional) crescesse a necessidade de proteção do direito à privacidade, hoje tido em muitos Ordenamentos Jurídicos – como, por exemplo, o Brasil – como princípio integrante do rol dos direitos fundamentais devendo ser tutelado com o mesmo cuidado e da mesma forma que os princípios como a vida, a liberdade etc.

Pois bem, sabemos que o papel do judiciário, em última análise, é oferecer uma resposta às demandas que surgem da vida em sociedade. É certo que, por vezes, a resolução de alguns conflitos ocorre sem grandes repercussões. Todavia, grandes problemas acontecem quando o Judiciário, muitas vezes, se depara com casos denominados “*hard cases*” onde, não existe uma resposta expressa na lei para resolução do conflito para uma das partes envolvidas, ou a resposta possível envolve normas que possuem o mesmo valor.

Ou seja, quando os interesses em jogo constituem conflitos entre direitos fundamentais, o Judiciário terá que determinar qual desses direitos precisam ser observados no caso concreto, utilizando para isso técnicas de hermenêutica e interpretação constitucional.

Vale ressaltar que a decisão em casos assim, determinará, dentre os interesses em jogo, ou melhor, dizendo no universo dos direitos fundamentais tutelados, qual dentre eles prevalecerá na resolução do caso concreto.

No contexto aqui debatido (o direito da privacidade e os bancos de dados de proteção ao crédito) temos um debate que carece de uma decisão com esta. Isto porque, apesar de não estarmos tratando de uma lide específica onde ficou determinado tal conflito, fato é que a privacidade hoje é utilizada como um dos fatores que limitam a atuação dos bancos de dados de proteção ao crédito que, conforme dito, anteriormente, serve de instrumento para o acesso ao crédito, que por sua vez gera a acumulação do capital humano e o desenvolvimento social.

Ora, o caso (tal como apresentado) pode ser caracterizado como uma hipótese de “*hard case*” que exige uma ponderação. E, é exatamente nesse ponto que queremos estabelecer o nosso argumento em relação à privacidade, pois até numa ponderação entre princípios existem aspectos que são irrefutáveis e o desenvolvimento social com base na acumulação de capital humano, constitui a base essencial à preservação da dignidade da pessoa humana, devendo, portanto, e para esses fins, serem valores sobrepostos ao direito à privacidade.

Não por outra razão, podemos resumir o entendimento da seguinte forma: quando a preservação da privacidade se constituir em entrave ao desenvolvimento

social se faz necessário buscar a relativização desse princípio para atender o bem maior, o da dignidade da pessoa humana.

Essas nossas conclusões acerca da interpretação da privacidade considerando a primeira abordagem do trabalho sobre o tema, se comunica com a opção do ordenamento jurídico brasileiro, que classifica o direito à privacidade como direito fundamental.

### 3.5 O argumento da ponderação considerando a tese de Richard Posner

Na segunda parte do capítulo sobre privacidade procuramos o tratamento do instituto sob uma perspectiva diferente. Utilizamos os entendimentos de Richard Posner para analisar as novas nuances da privacidade.

Nesse estudo demonstramos a posição do autor relativa aos eventuais equívocos ocorridos pela interpretação do instituto (que é carregado de múltiplos significados), muitas vezes não percebidos pelo intérprete da lei e menos, ainda, pela sociedade.

Enfatizamos que o direito à privacidade sobre o aspecto da reserva (tal como preconizado por Brandeis e Warren com o “direito de estar só”) não deveria ter sido concebido – tal como ocorreu – como direito natural do ser humano, por que de fato não é.

Por natureza, o homem não busca o isolamento, ao contrário, há necessidade de convivência com os demais, que ocorre o desenvolvimento da vida em sociedade. O fato de, em alguns momentos o homem optar pela solidão, não significa que essa deve ser considerada sua necessidade natural e por fim, um direito fundamental.

Dito de outra forma, o “direito de estar só” por não ser uma necessidade inerente à natureza humana e não deve ser interpretado pelo direito como princípio fundamental.

Todavia, conforme bem salientou Posner **a reserva** é apenas uma das faces da privacidade. E essa face, conforme demonstrado, não deveria possuir, de fato, *status* de direito fundamental.

Outro entendimento descrito pelo renomado autor foi o de privacidade como direito que o indivíduo tem de ocultar informações a seu respeito. Nesse particular, a



análise da privacidade se torna um pouco mais complexa, isto porque, se de um lado a omissão de informações pessoais pode gerar um ganho por parte do titular da informação e até levar, em alguns casos, a eficiência de mercado, em contrapartida, a omissão da informação pode gerar uma ofensa direta a segurança jurídica, vejamos o seguinte exemplo: o direito ao sigilo a identidade por aquele que se submete a cirurgia de mudança de sexo e por ocasião da operação, modifica seu nome.

Ora, embora a jurisprudência brasileira tenha se posicionado no direito, no sentido de permitir a mudança ao nome, a doutrina é ressonante quando o assunto é a realização do casamento dessas pessoas, assegurando ao futuro cônjuge daquele que realizou operação para mudança de sexo, conhecer a condição anterior do seu parceiro. Tal exemplo é um típico caso de ponderação entre a privacidade e a segurança jurídica.

Por óbvio, que o exemplo aqui descrito não deve ser comparado com o direito do consumidor de optar por não permitir a circulação de suas informações pessoais em bancos de dados, mas serve ao nosso objetivo de demonstrar que a privacidade entendida como o direito à ocultação de informações pessoais, possui limites quando posta ao lado de outros bens, demonstrando, mais uma vez (e conforme apontado por Posner), a inadequação da interpretação de tal direito, de forma irrestrita, sob o argumento de se tratar de um direito fundamental.

Nesse sentido, as duas acepções conferidas ao direito de privacidade descritas por Posner: (i) direito de não ser importunado e (ii) direito de ocultação de informações pessoais, encontram, conforme demonstrado, limites jurídicos quando em conflito com outros direitos fundamentais.

Por essa razão, o autor afirma possuir a privacidade, um “valor intermediário”, ou seja, embora o instituto mereça tutela, não deve ser visto como direito fundamental, caso contrário, tal interpretação jurídica poderá levar a criação de meios inadequados para tutela da privacidade.

Nesse segundo universo de estudo da privacidade o raciocínio é bastante simplista, isso porque, se considerada como valor intermediário, uma vez diante de outros valores que sejam considerados primários, num suposto conflito, deverá sempre dar lugar a esses valores.

No caso em tela (privacidade como limite de atuação dos bancos de dados de proteção ao crédito) não deve ser diferente. Isso é tendo em vista que a atuação

desses bancos de dados, tal como dito diversas vezes no presente trabalho, constitui elemento que viabiliza em última análise o desenvolvimento social, a interpretação mais adequada é a que privilegia o desenvolvimento e não a privacidade.

Em nosso entendimento, ainda, que por razões outras, que não abordamos no presente trabalho, houve tal percepção por parte do legislador brasileiro, na medida em que, optou-se pela regulamentação do Cadastro Positivo com a promulgação da Lei 12.414/11.

Todavia, embora os esforços para que a criação do Cadastro Positivo atinja seus objetivos, no Brasil, além das questões jurídicas a envolver o debate, ainda temos a questão cultural, arraigada pela ideia de que a privacidade, por ser um direito fundamental, deve sobrepor a outras questões, tais como: o compartilhamento de informações para análise de risco, mesmo que isso signifique os retrocessos que apontamos e impeça que instrumentos como o Cadastro Positivo alcance os resultados esperados e seja de fato capaz de contribuir com a acumulação de capital e conseqüentemente, com o desenvolvimento social.

## CAPÍTULO 4 PESQUISA EMPÍRICA

Conforme afirmado nos capítulos anteriores, existe um possível conflito entre o cadastro positivo e a preservação da privacidade dos consumidores. Isso porque os bancos de dados e, também, outras instituições financeiras estariam autorizados a acessar o histórico dos consumidores com a criação do cadastro positivo.

Considerando a premissa levantada no presente trabalho, imaginamos um cenário ideal, no qual a adoção do cadastro positivo proveria um equilíbrio mais eficiente no mercado de crédito. A partir dessas preliminares, realizamos uma pesquisa empírica que teve como principal objetivo analisar em que medida os consumidores estão dispostos a renunciar parcela da sua privacidade com intuito de obter crédito mais barato e de fácil acesso.

A pesquisa foi realizada durante o mês de dezembro do ano de 2010, em um popular *shopping center* na cidade do Rio de Janeiro (Shopping Rio Sul), a escolha por esse local foi determinada pelos seguintes fatores:

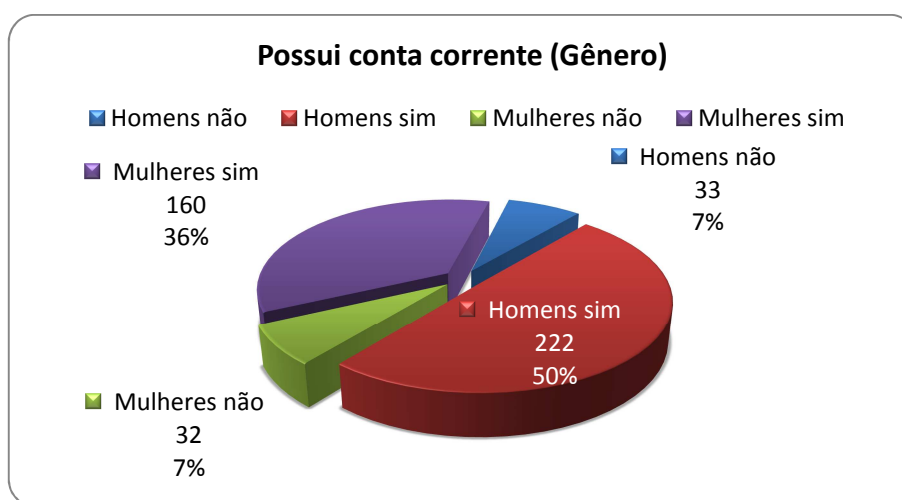
- a) Localização – o Shopping possui fácil acesso a diversos bairros da cidade;
- b) Diversidade de lojas – razão pela qual esse destino é opção para pessoas das mais variadas classes sociais; e
- c) Circulação de Pessoas – diariamente, o Shopping recebe uma quantidade razoável de pessoas; durante o mês de dezembro, época da realização da pesquisa, esse número aumenta consideravelmente.

Foram entrevistados 447 consumidores no Rio de Janeiro. A idade média foi de 34 anos. Dos entrevistados, 56% são das classes AB e 44% da classe C. A pesquisa foi composta por 33 perguntas, abordando o perfil socioeconômico dos entrevistados, aspectos da sua vida financeira e suas percepções acerca do acesso ao crédito e, também, acerca da ideia do Cadastro Positivo. Discutimos nessa seção algumas das questões mais relevantes da pesquisa.

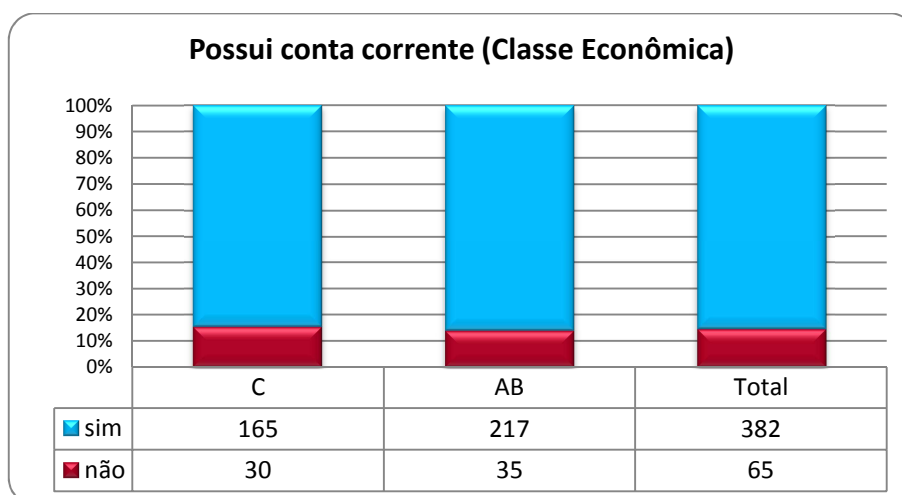
Em bloco destinado a análise da situação do crédito e endividamento do entrevistado verificou-se que grande parte das pessoas que compõem a amostra possui conta corrente, caderneta de poupança e cartão de crédito.

A pesquisa procurou dividir os dados levantados considerando o gênero, a idade, a escolaridade e a classe econômica dos entrevistados. A opção por tal divisão auxilia na visualização das informações e nos permite refletir sobre algumas questões as quais destacamos nos gráficos que foram extraídos da pesquisa e que apresentados abaixo:

#### 4.1 Informações sobre conta corrente, poupança e cartão de crédito.



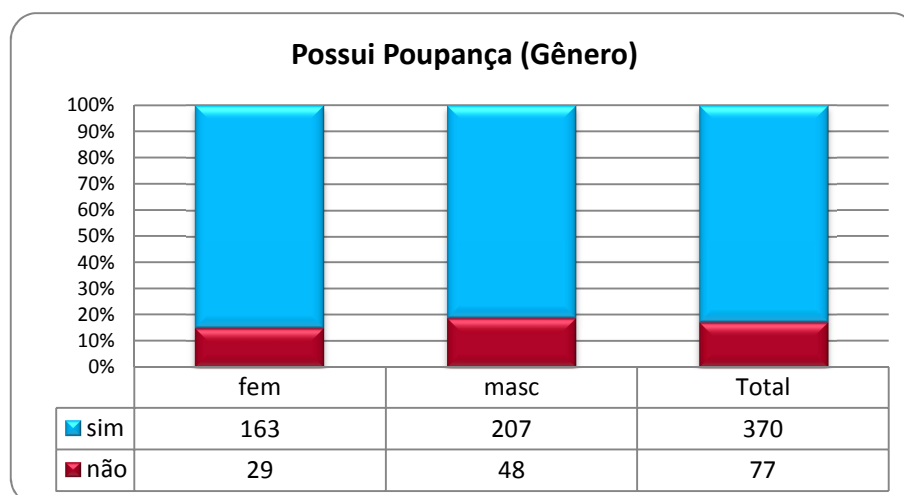
**Gráfico 1: Informações sobre conta corrente em relação ao gênero**



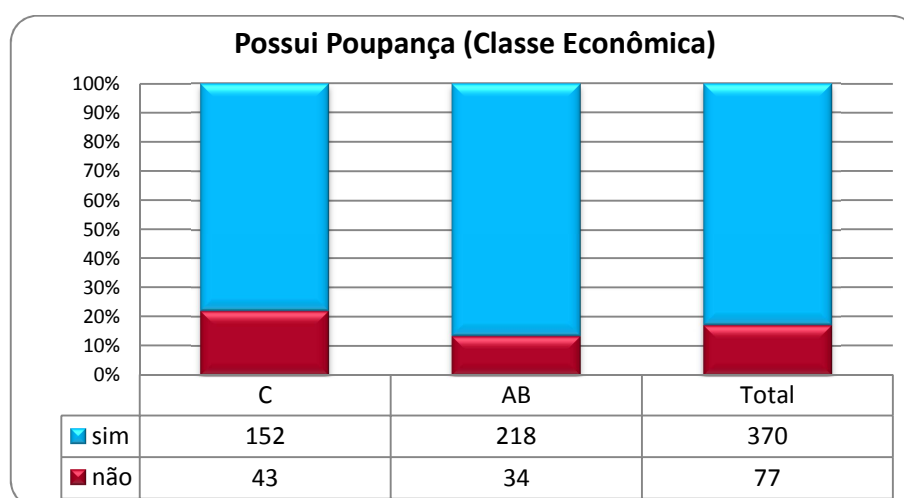
**Gráfico 2: Informações sobre conta corrente em relação à classe econômica**

O grande número de pessoas que possuem conta corrente revela que os consumidores, de uma forma geral, têm alguma relação com as instituições bancárias, isto é, em alguma medida convivem com potenciais provedores de

empréstimos e financiamentos. O mesmo raciocínio se aplica quando verificamos o dado sob a perspectiva da classe econômica, onde – nesse dado – não existe substancial diferença entre as classes.

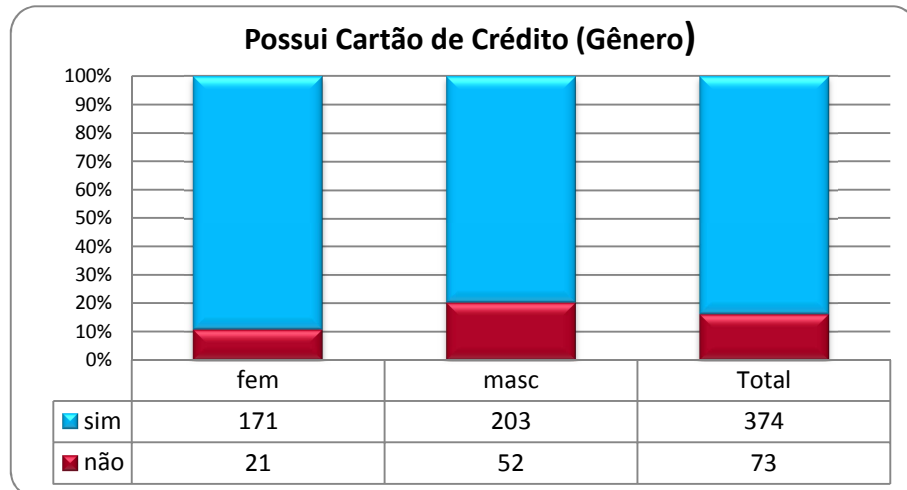


**Gráfico 3: Informação sobre caderneta de poupança em relação ao gênero**



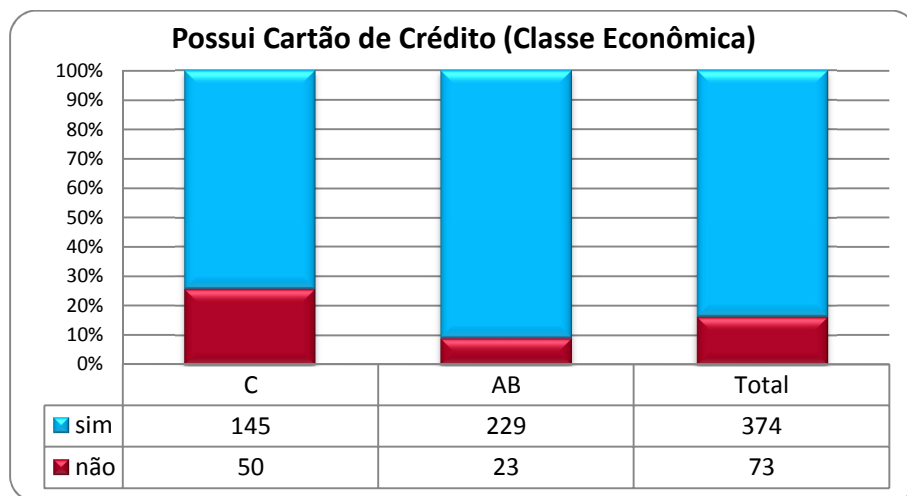
**Gráfico 4: Informação sobre caderneta de poupança em relação à classe econômica**

Em relação à poupança, a pesquisa revelou uma pequena diferença entre homens e mulheres. Destaca-se, quanto ao ponto que, quase 80% dos entrevistados possuem poupança, o que pode significar que boa parte dos consumidores ainda se preocupa em acumular capital – aqui no sentido de possuir uma reserva financeira.



**Gráfico 5: Informação sobre cartão de crédito em relação ao gênero**

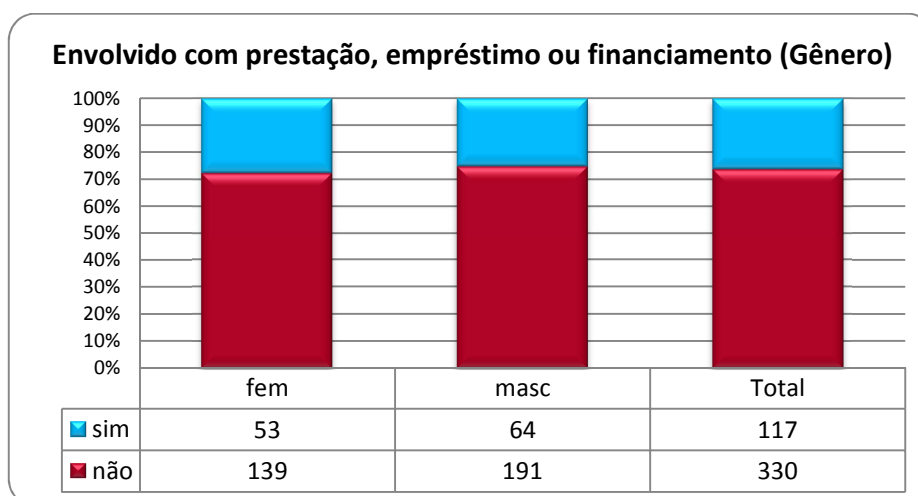
Entre homens e mulheres o percentual de utilização do cartão de crédito é elevado, revelando que o recurso é amplamente utilizado pelos consumidores de uma forma geral.



**Gráfico 6: Informação sobre cartão de crédito em relação à classe econômica**

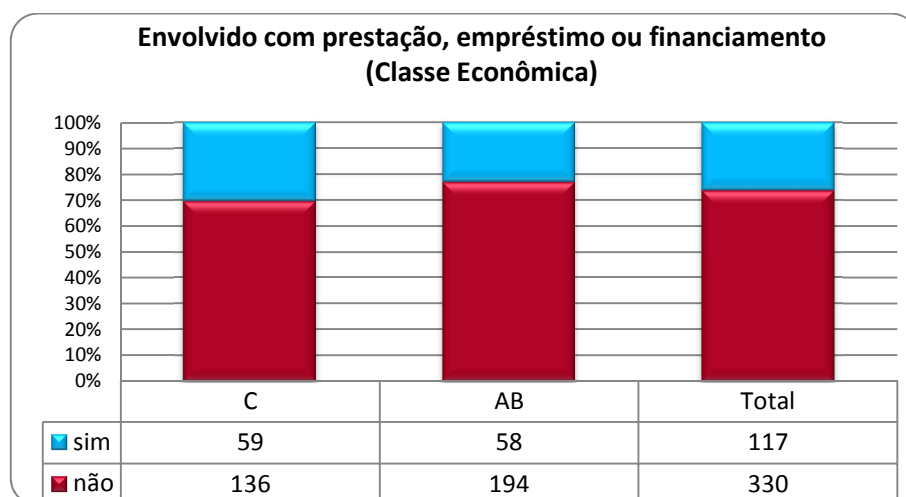
Apesar do cartão de crédito abranger número elevado de entrevistados, verificou-se que a prática é mais adotada entre as classes AB do que na classe C. Tal informação pode indicar a maior acessibilidade da classe AB a esse tipo de crédito, e, ainda, servir de exemplo que auxilia uma conclusão preliminar: a dificuldade em se formular um perfil de consumo sobre os consumidores das classes menos favorecidas.

## 4.2 Pagamento de prestação, empréstimo ou financiamento



**Gráfico7: Informação sobre pagamento de prestação, empréstimo ou financiamento em relação ao gênero**

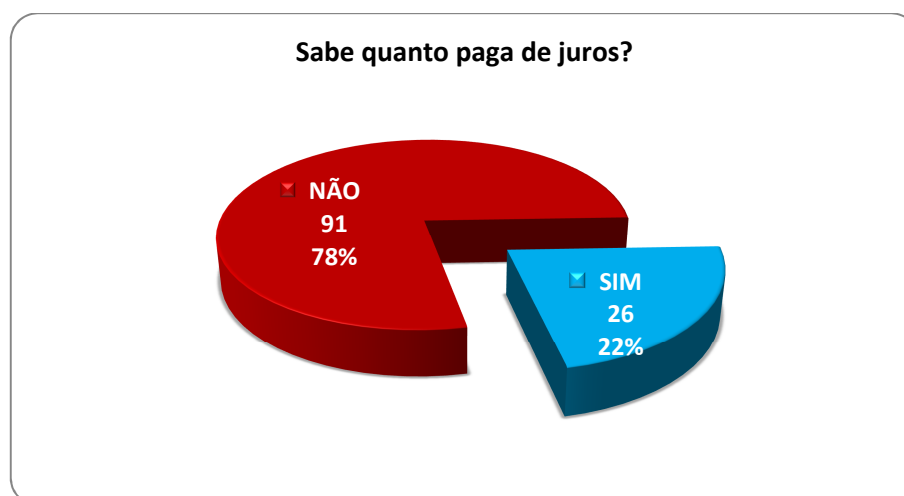
O total de entrevistados envolvidos com prestação, empréstimo e financiamento, foi relativamente baixo, o que contrariou, de alguma forma, as notícias que indicavam o crescimento do endividamento entre os consumidores.



**Gráfico 8: Informação sobre envolvimento com prestação, empréstimo ou financiamento em relação à classe econômica**

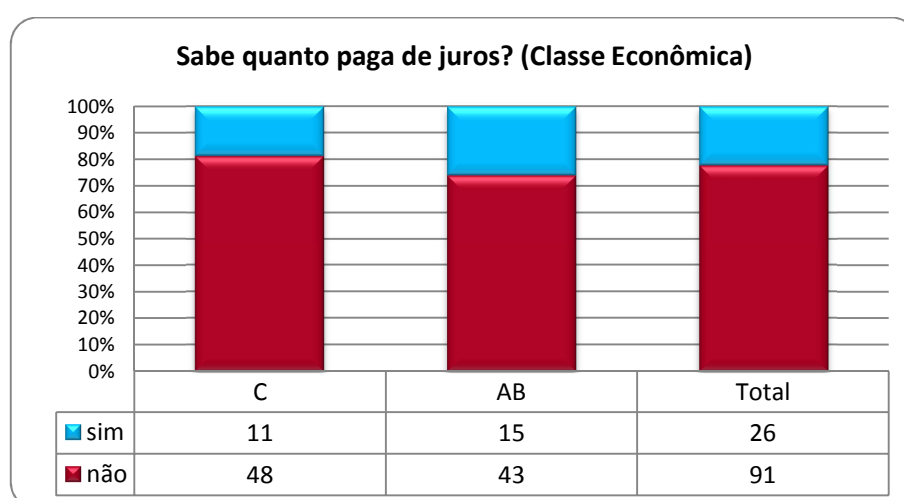
O dado revelou que embora a classe C estivesse mais envolvida do que a classe AB, ainda é relativamente pequeno o número de pessoas envolvidas em prestação, empréstimo e financiamento, o que confirma o argumento levantado no primeiro capítulo onde afirmamos que o custo do crédito no Brasil é extremamente caro.

### 4.3 Conhecimento do consumidor em relação às taxas de juros



**Gráfico 9: Informação sobre conhecimento do consumidor em relação às taxas de juros**

A pesquisa demonstrou um elevado índice de desconhecimento dos valores cobrados a título de juros, o que é preocupante, sobretudo considerando que o Brasil possui uma das taxas de juros mais elevadas do mundo, conforme ressaltamos no primeiro capítulo (tabela 1). Chamamos atenção para o fato de que essa pergunta considerou somente a resposta dos entrevistados que estavam envolvidos com alguma prestação, empréstimo ou financiamento à época da realização da pesquisa.



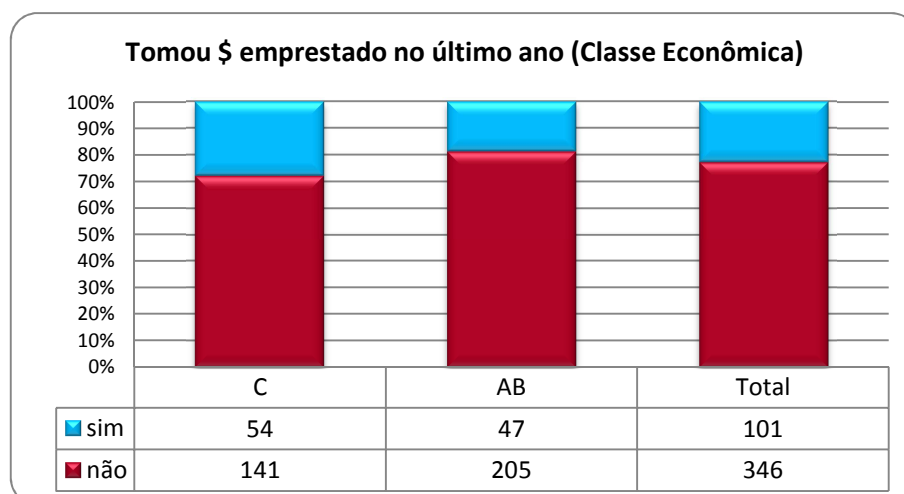
**Gráfico 10: Informação sobre conhecimento do consumidor em relação às taxas de juros por classe econômica**



O desconhecimento em relação ao valor dos juros persiste entre as diferentes classes, sendo um pouco menos acentuada na classe AB. Ressalte-se que, num universo onde a regra é a prática de juros altos e muitas vezes abusivos, os maiores prejudicados são aqueles que mais utilizamos instrumentos de concessão ao crédito. A situação se agrava ainda mais quando os tomadores de empréstimo não conhecem o valor das taxas praticadas. Essa pode ser considerada uma das variáveis do endividamento, apontado por muitos, como problema que se agravou no Brasil com o crescimento expressivo da classe C.

#### 4.4 Realização de empréstimo (financiamento/cheque especial/cartão de crédito/dinheiro) nos últimos 12 meses – anteriores a realização da pesquisa

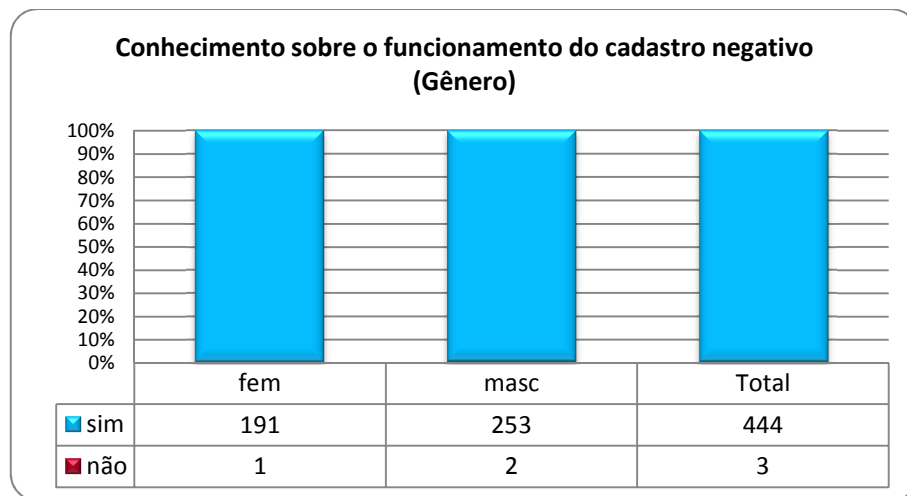
A pergunta foi feita com objetivo de verificar o comportamento do consumidor em relação à aquisição do crédito de forma mais atualizada possível. Tal informação foi importante e demonstrou que embora haja uma tendência, principalmente nos últimos cinco anos, em se afirmar o expressivo aumento da concessão do crédito no Brasil, tal resultado não se confirmou tão expressivo à época da realização da pesquisa. Seguem os gráficos que demonstram o ponto aqui levantado:



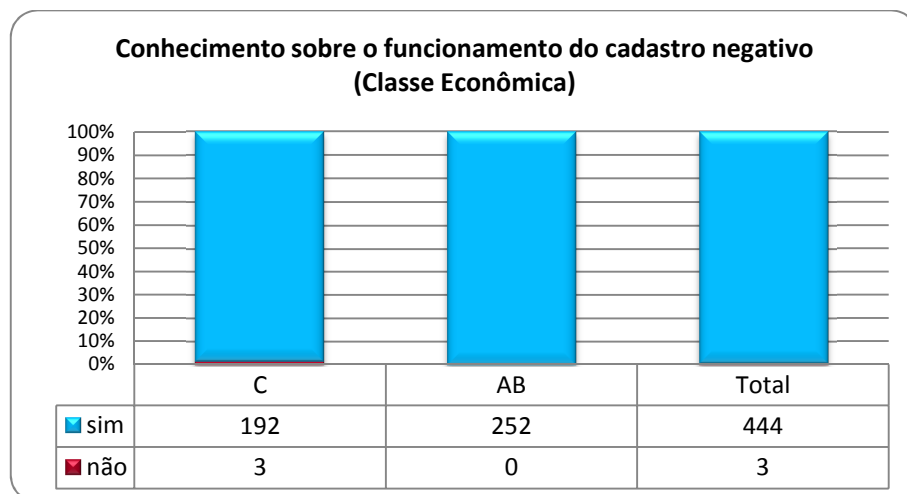
**Gráfico 11: Informação sobre realização de empréstimo (financiamento/cheque especial) em relação à classe econômica**

#### 4.5 Conhecimento sobre o Cadastro Negativo

Considerando que o cadastro positivo é um banco de dados com informações sobre os pagamentos adimplidos pelos consumidores, pusemos na pesquisa uma pergunta sobre cadastro negativo (banco de dados que contém informações de inadimplimento dos consumidores), tendo em vista que esse sistema é amplamente adotado no Brasil há algum tempo, quisemos verificar o conhecimento do consumidor acerca do instituto.



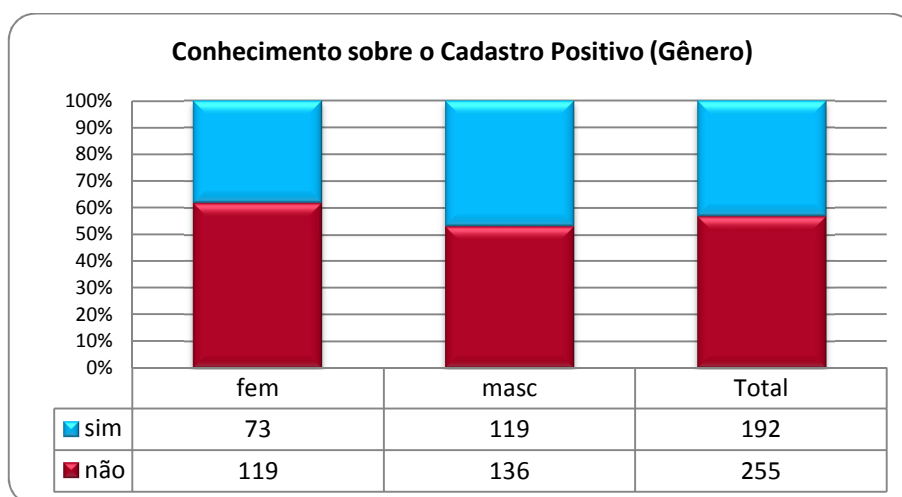
**Gráfico 12: Informação sobre o conhecimento do cadastro negativo em relação ao gênero**



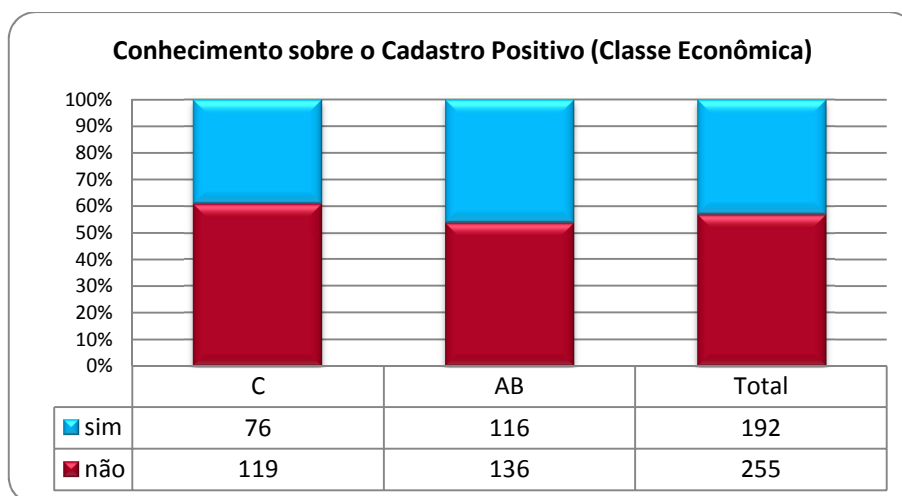
**Gráfico 13: Informação sobre o conhecimento do cadastro negativo em relação à classe econômica**

De acordo com as respostas, a grande maioria dos consumidores tem conhecimento sobre o sistema do cadastro negativo. O dado aqui apresentado pode ser considerado uma das variáveis a indicar os problemas em relação à aceitação do cadastro positivo, isto porque, o conhecimento dos consumidores acerca dos bancos de dados de proteção crédito é associado à ideia de restrição e não o contrário. Dessa forma, para que o cadastro positivo seja implementado de forma eficiente, é necessário seu amplo esclarecimento para os consumidores.

#### 4.6 Conhecimento sobre o Cadastro Positivo:



**Gráfico 14: Informação sobre o conhecimento do cadastro positivo em relação ao gênero**



**Gráfico 15: Informação sobre o conhecimento do cadastro negativo em relação à classe econômica**

Como se pode verificar, quando foram questionados sobre o conhecimento do cadastro positivo, boa parte dos consumidores, disseram não ter conhecimento sobre o instituto. Tal fator, também, pode ser considerado como uma das variáveis a comprometer a aceitabilidade do consumidor em relação ao cadastro positivo.

#### **4.7 Apresentação do Cadastro Positivo (funcionamento)**

Na sequência das entrevistas apresentamos a ideia do cadastro positivo a todos os consumidores entrevistados, de forma bastante simples, explicando que em vez de listar os consumidores que não pagaram devidamente seus débitos, o novo cadastro listará e classificará os consumidores como pagadores “ótimos”, “bons” ou “regulares”. A partir daí, foram exploradas duas questões:

- a) a escolha entre crédito mais barato e fácil ou maior preservação da privacidade (uma vez que tudo o que comprou a crédito e o histórico de pagamentos ficará disponível para ser consultado pelas instituições).
- c) a escolha entre ter crédito mais barato e fácil ou não correr o risco de ser classificado em nível errado (por exemplo, um consumidor pode ser ótimo pagador tendo sempre cumprido seus pagamentos em dia, mas constar apenas como regular).

Os resultados obtidos em relação a essas perguntas foram:

4.8 Preferência entre o crédito e a privacidade

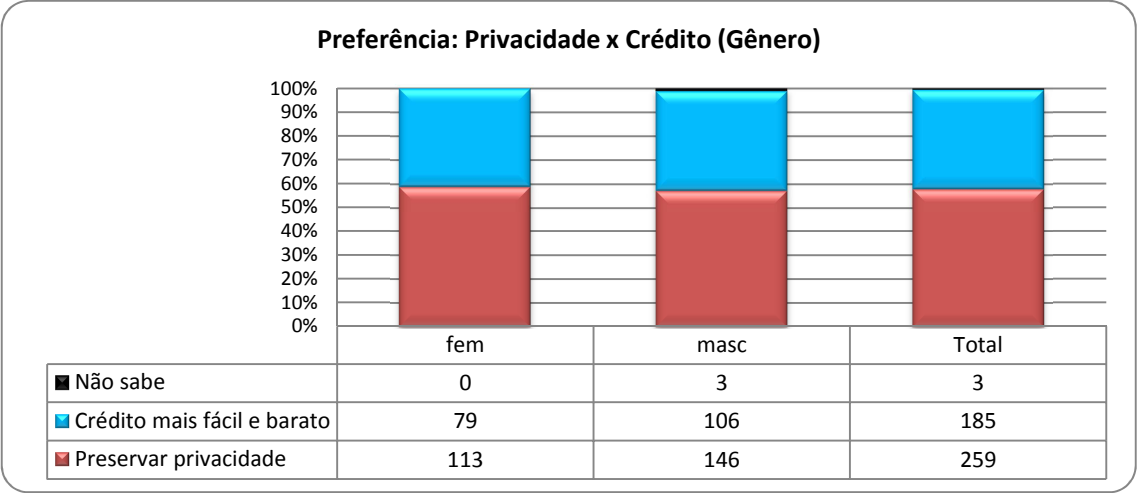


Gráfico 16: Informação sobre a preferência do consumidor entre a privacidade e o crédito em relação ao gênero

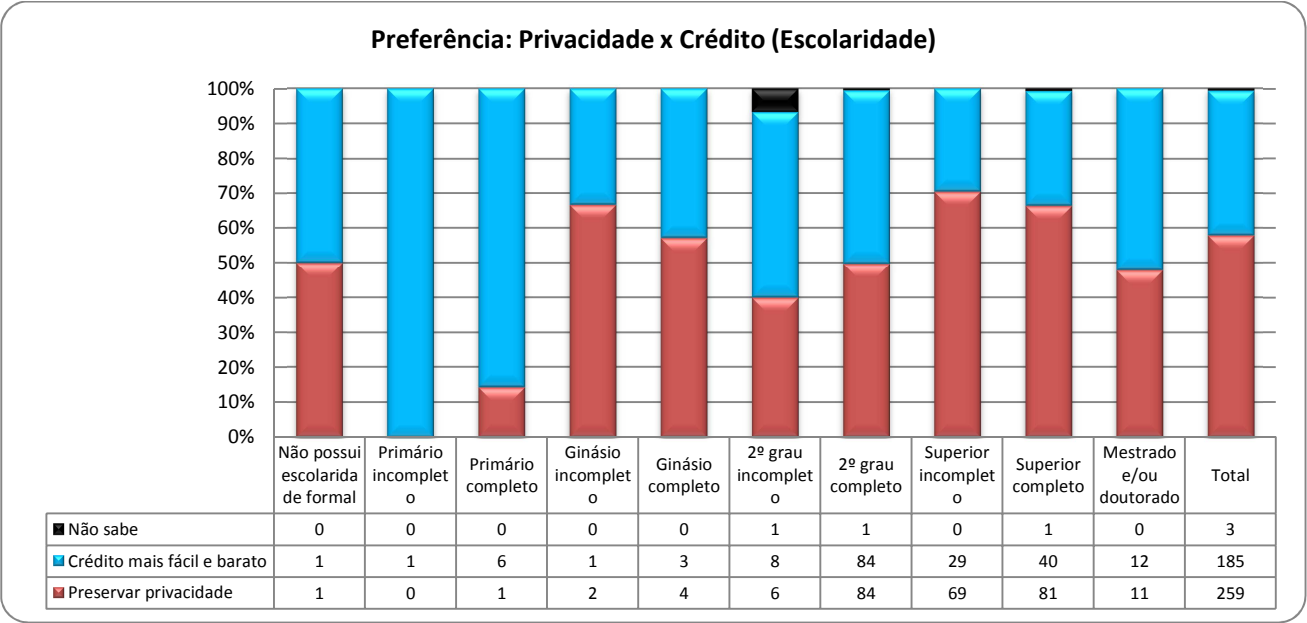
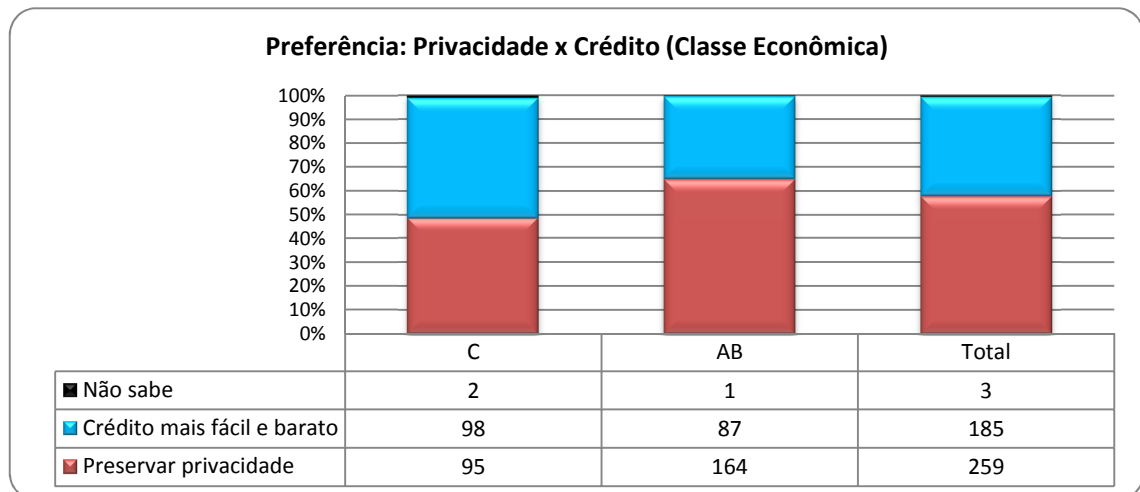


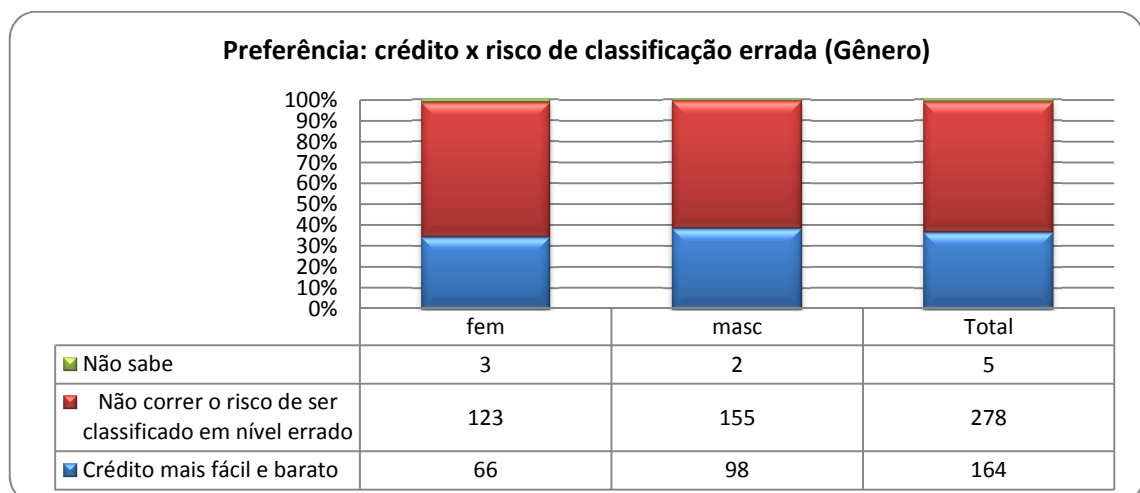
Gráfico 17: Informação sobre a preferência do consumidor entre a privacidade e o crédito em relação à escolaridade



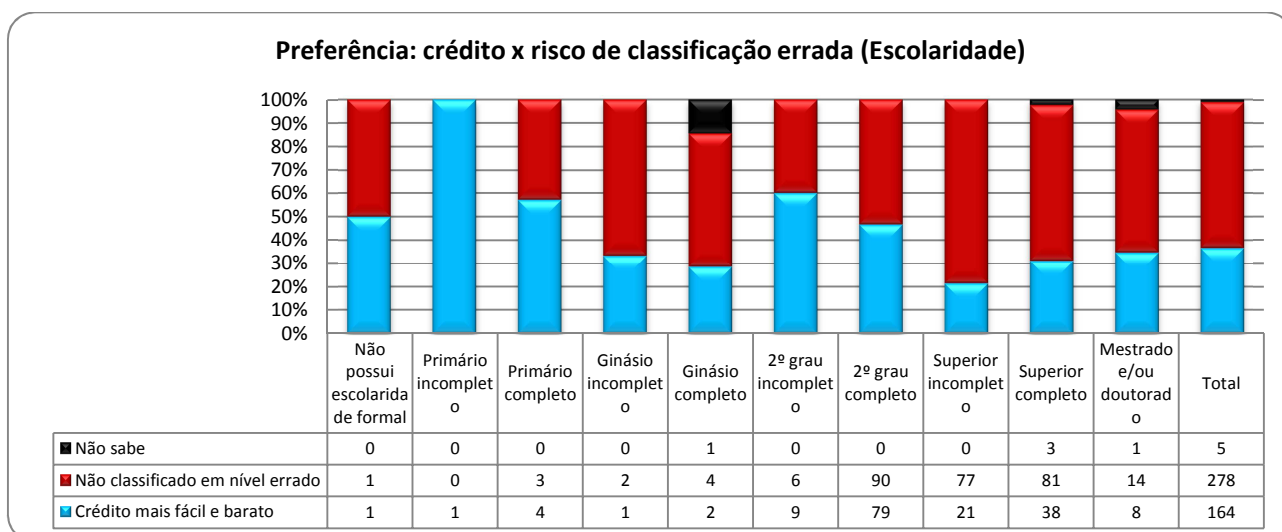
**Gráfico 18: Informação sobre a preferência do consumidor entre a privacidade e o crédito em relação à classe econômica**

Esses dados podem ser indicadores da forma como a privacidade é vista no nosso contexto social. Isto porque, conforme falamos no capítulo III, uma das concepções de privacidade é a reserva, aspecto ressaltado por Brandeis e Warren no trabalho no célebre artigo “*The right to privacy*” e que influenciou sobremaneira o desenvolvimento da doutrina sobre privacidade, sobretudo em matéria de bancos de dados informatizados. E não é só. A privacidade foi elevada à categoria de direito da personalidade, sendo no Brasil, desde a Constituição Federal, parte do núcleo de direitos fundamentais, tal fato, por si só, faz com que a privacidade seja considerada “num primeiro momento” como algo inviolável a qualquer custo.

#### 4.9 Preferência entre o crédito e o risco de classificação errada



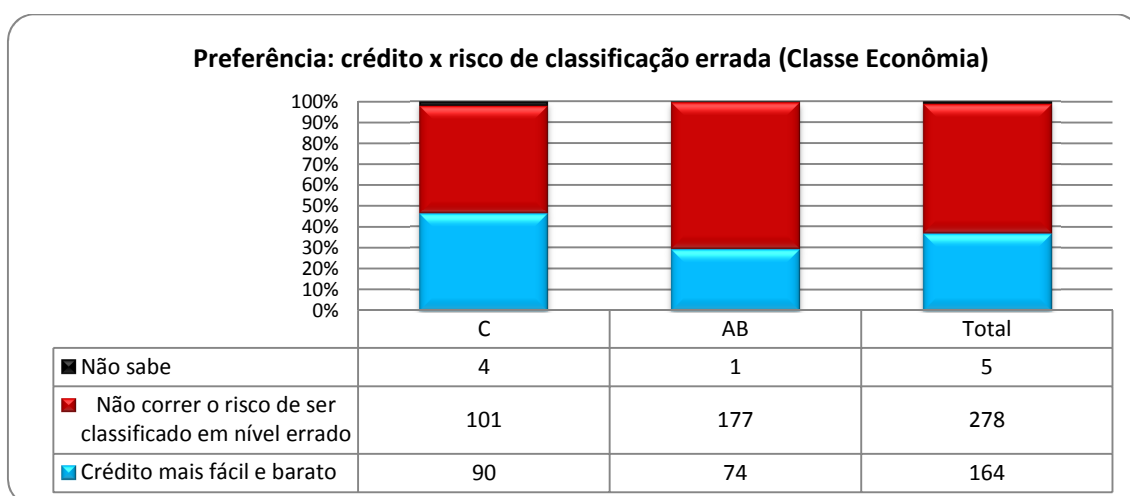
**Gráfico 19: Informação sobre a preferência do consumidor entre o crédito e o risco de classificação errada em relação ao gênero**



**Gráfico 20: Informação sobre a preferência do consumidor entre o crédito e o risco de classificação errada em relação à escolaridade**

Quando questionados sobre o risco de classificação errada, os entrevistados demonstraram grande preocupação. Nesse ponto chamamos atenção para o seguinte aspecto: o percentual dos consumidores que temem serem classificados erroneamente foi maior dos que os que preferiram a privacidade. Dessa forma, podemos concluir quanto ao ponto que, a preocupação do consumidor em relação ao risco de classificação errada é maior do que com a privacidade.

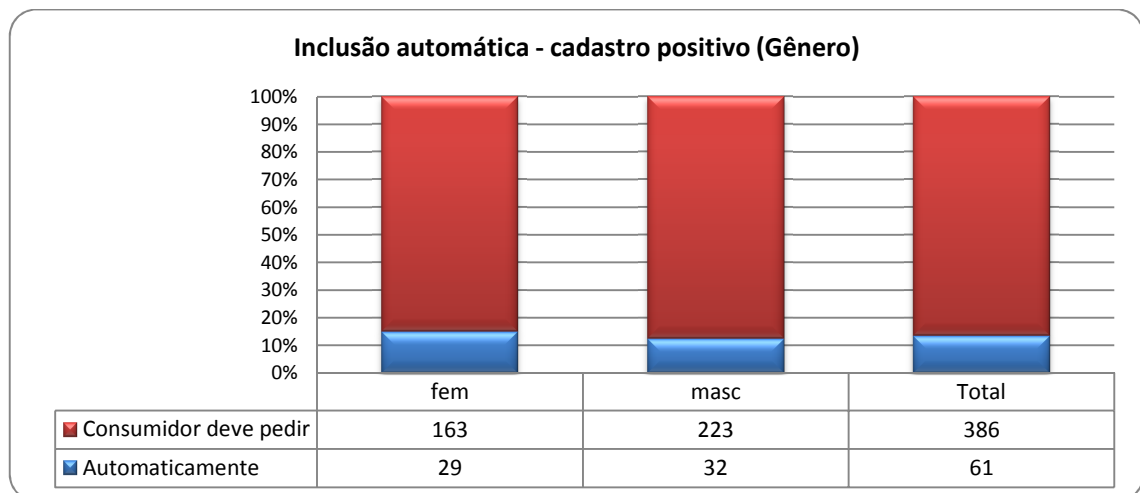
Por escolaridade, a preocupação com o risco de classificação errada é ainda mais acentuada, considerando o número de entrevistados, a partir do segundo grau completo.



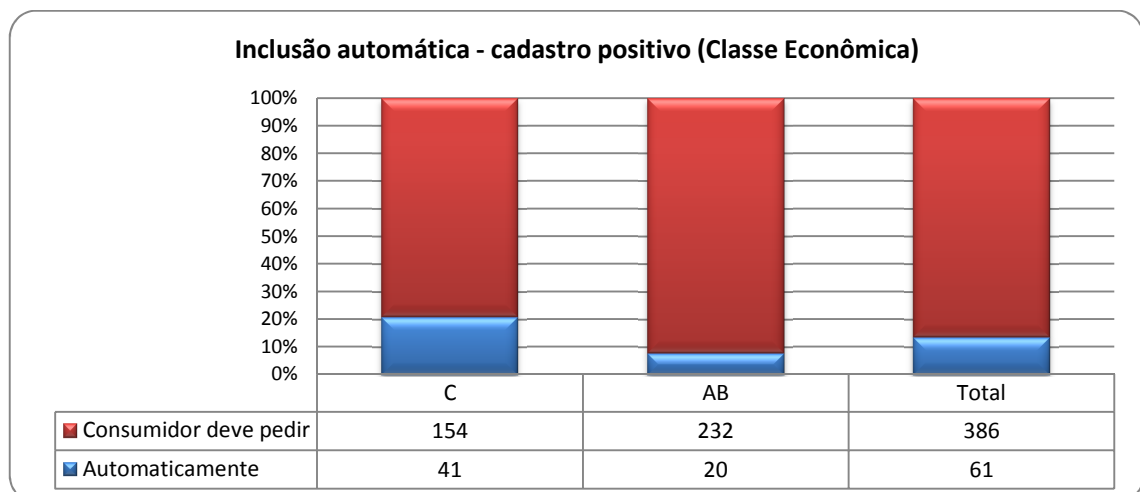
**Gráfico 21: Informação sobre a preferência do consumidor entre o crédito e o risco de classificação errada em relação à classe econômica**

Quando analisamos o gráfico sobre a perspectiva da divisão das classes observamos que, mais uma vez, a classe C é mais numerosa na opção pela possibilidade de obtenção do crédito, tal informação pode indicar que a classe C precisa/considera o crédito mais importante do que a classe AB.

#### 4.10 Possibilidade de inclusão automática



**Gráfico 22: Opinião do consumidor sobre a inclusão automática no cadastro positivo em relação ao gênero**



**Gráfico 23: Opinião do consumidor sobre a inclusão automática no cadastro positivo em relação ao gênero**

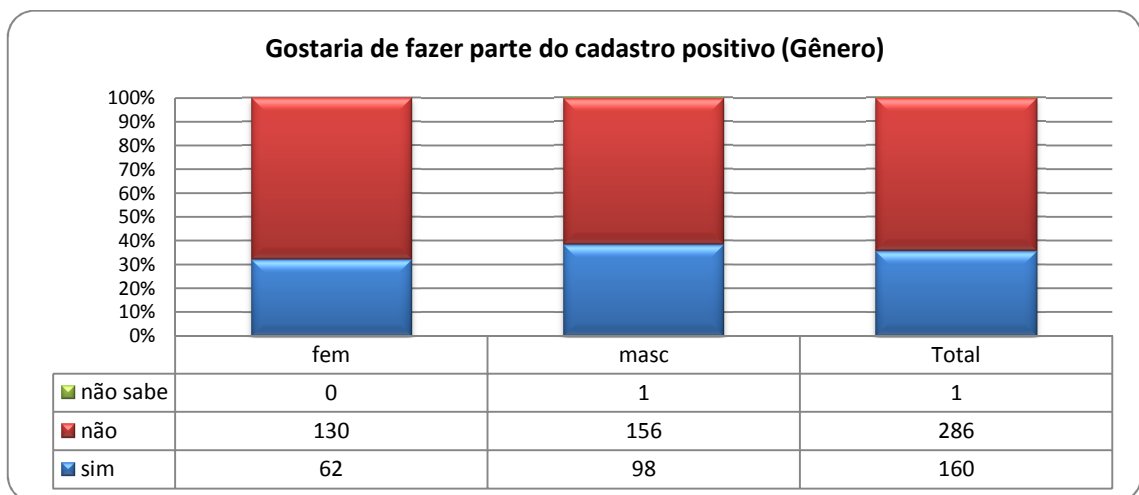
O legislador brasileiro, conhecendo a necessidade e – aparentemente – a vontade do consumidor, estabeleceu no Art. 9º da Lei 12.414/11 que, o



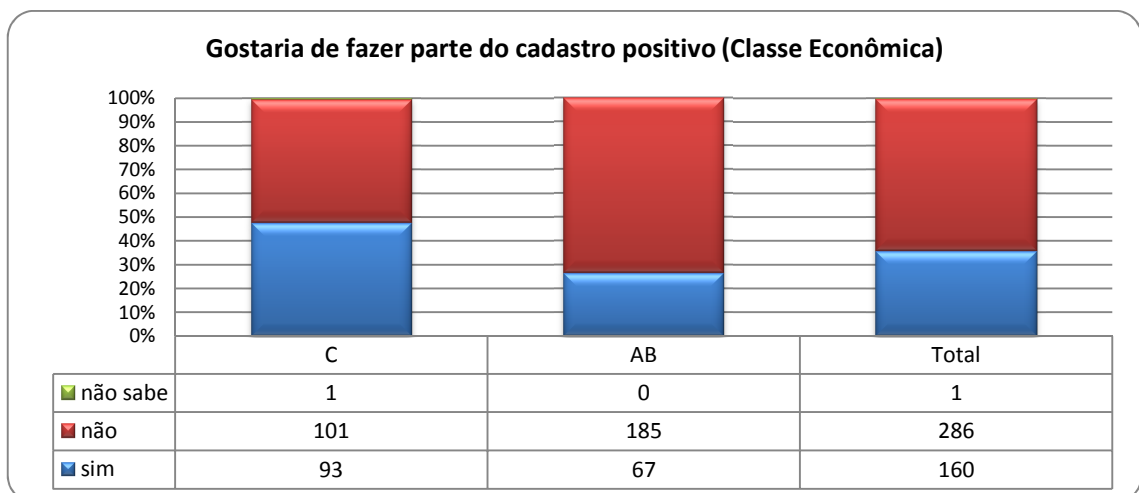
compartilhamento das informações para composição de bancos de dados depende de autorização expressa do consumidor, ver nossos comentários no capítulo 2.

#### 4.11 Gostaria (ou não) de fazer parte do cadastro positivo

Embora os consumidores entrevistados tenham demonstrado preocupação com a privacidade e com a possibilidade de serem classificados erroneamente no banco de dados, quando questionados sobre se queriam ou não fazer parte cadastro positivo, os resultados surpreenderam:



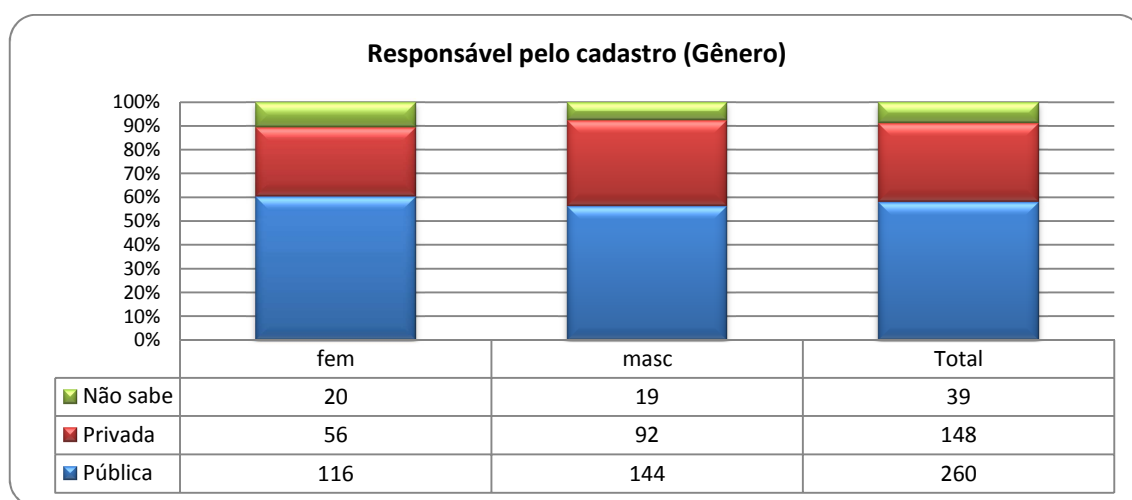
**Gráfico 24: Informação sobre se o consumidor gostaria de fazer parte do cadastro positivo em relação ao gênero**



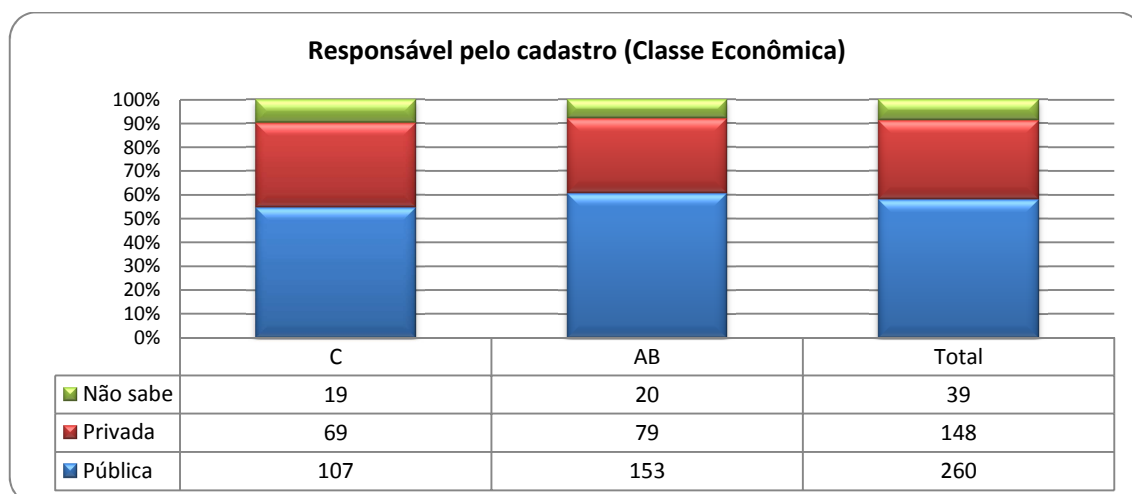
**Gráfico 25: Informação sobre se o consumidor gostaria de fazer parte do cadastro positivo em relação à classe econômica**

Ao longo do trabalho, falamos diversas vezes sobre a importância do acesso ao crédito para as classes menos favorecidas economicamente. Dessa forma, a leitura dos dados acima apresentados, pode indicar o reconhecimento da própria classe C como beneficiária do cadastro positivo.

#### 4.12 Confiabilidade das instituições (públicas ou privadas) para responsabilização/manutenção do cadastro positivo



**Gráfico 26: Informação sobre o grau de confiabilidade do consumidor nas instituições públicas ou privadas para a manutenção do cadastro positivo em relação ao gênero**

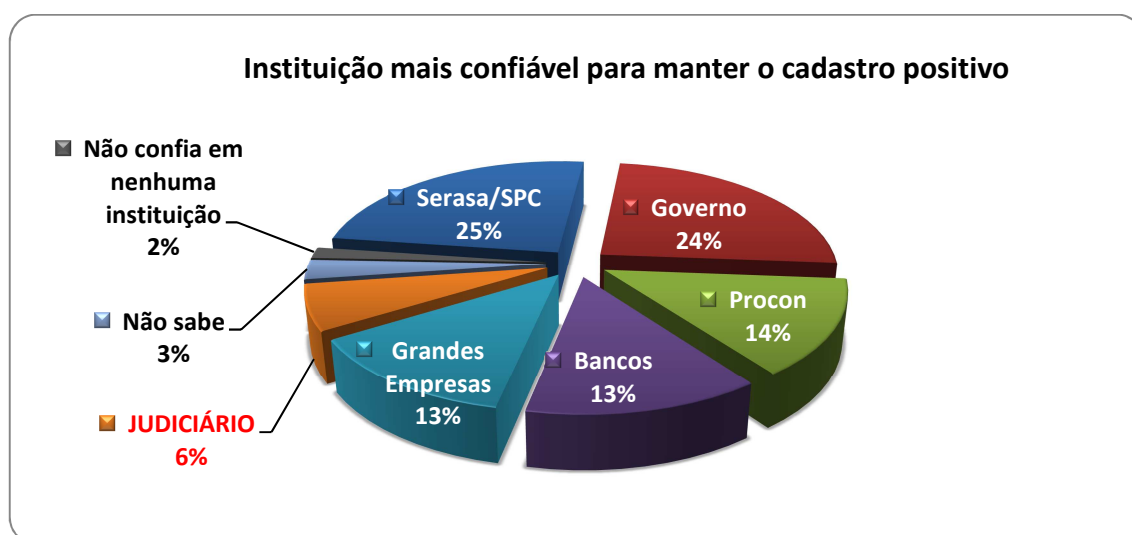


**Gráfico 27: Informação sobre o grau de confiabilidade do consumidor nas instituições públicas ou privadas para a manutenção do cadastro positivo em relação à classe econômica**

Aparentemente as instituições públicas gozam de maior confiança perante os consumidores como responsáveis pelos cadastros de informações de adimplemento.

Todavia, conforme ficará demonstrado adiante, em relação ao tipo de instituição, o consumidor demonstra não saber exatamente qual instituição é pública ou privada.

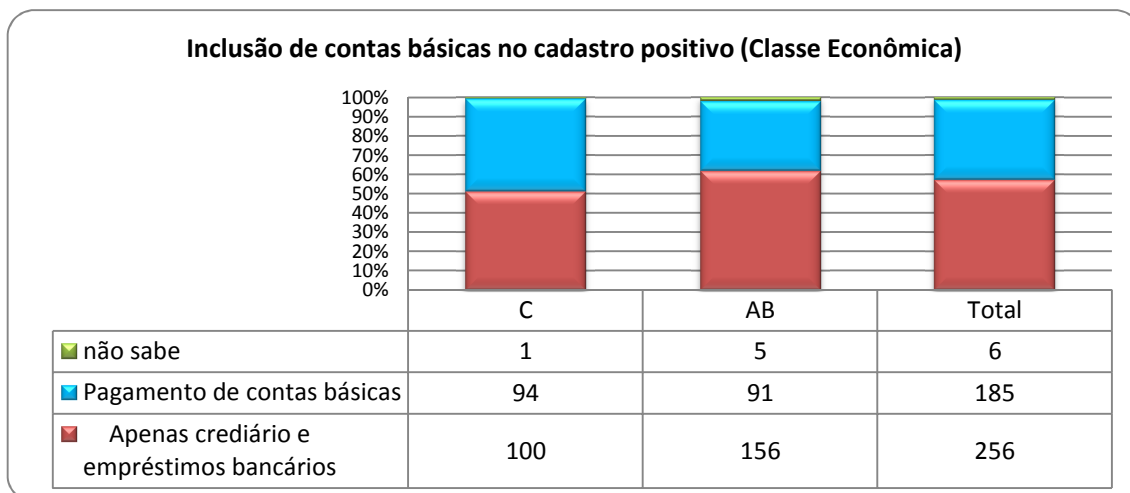
#### 4.13 Confiabilidade entre as instituições (Serasa/SPC, Governo, Bancos, Judiciário ou Procon) para responsabilização/manutenção do Cadastro Positivo



**Gráfico 28: Informação sobre o grau de confiabilidade do consumidor nas instituições (Serasa/SPC, Governo, Procon e Grandes Empresas)**

As opiniões quanto ao ponto são bem divididas. Apesar dos gráficos 36 e 37 demonstrarem que a maioria dos consumidores confia mais nas instituições públicas do que nas privadas, quando questionados sobre o tipo de instituição, 25% dos consumidores afirmam confiarem mais no Serasa/SPC, instituições que, embora sejam consideradas entidades de caráter público, dado a relevância do serviço prestado, são – de fato – instituições privadas.

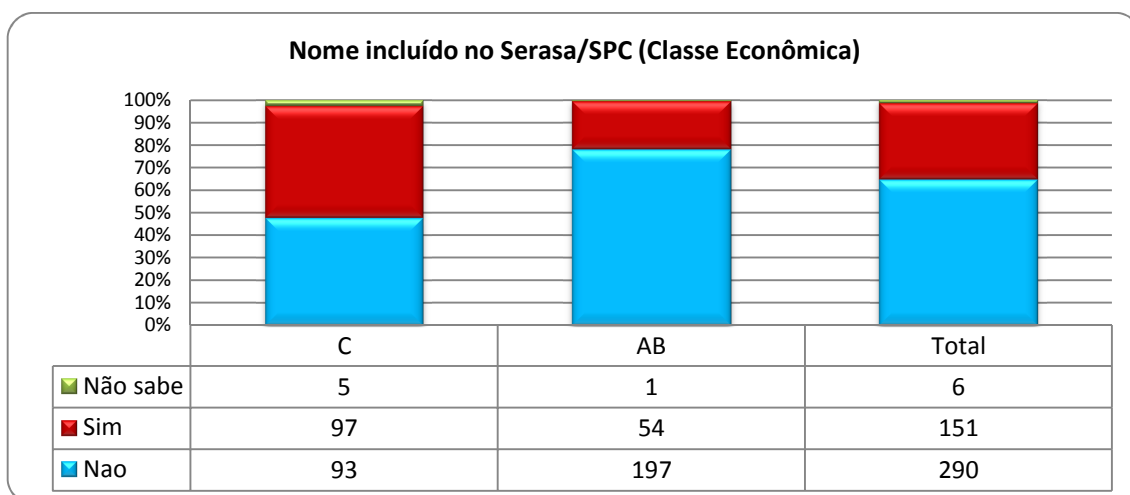
#### 4.14 Inclusão do pagamento de contas básicas como (água, luz, telefone) no cadastro positivo



**Gráfico 29: Opinião do consumidor sobre a inclusão do pagamento de contas básicas (água, luz, telefone) no cadastro positivo em relação à classe econômica**

A inclusão de contas básicas está prevista no Art. 11 da Lei 12.414/11 (ver nossos comentários ao citado dispositivo no capítulo II). Esses dados também demonstram que o consumidor da classe C vislumbra na inclusão das contas básicas uma possibilidade de formação de perfil de consumo a seu respeito – algo que não seria possível em alguns casos tendo em vista que, muitos desses consumidores sequer conseguiriam um empréstimo ou financiamento.

#### 4.15 Inclusão do nome no Serasa e SPC



**Gráfico 30: Opinião do consumidor sobre a inclusão do nome no Serasa e SPC em relação à classe econômica**

Esse dado revelou que a classe C superou em quase 40% a classe AB no quesito inclusão de nome nos serviços de proteção ao crédito. Nesse sentido, chamamos atenção para diferentes fatores: (i) provavelmente o fato da classe C ter mais problemas financeiros faz com que seja mais difícil cumprir com as obrigações assumidas; (ii) os efeitos dos juros são mais perversos com os economicamente desfavorecidos; (iii) o fato de mais da metade dos consumidores da classe C terem sido inscritos no cadastro negativo e desse tipo de cadastro constituir justamente um critério de restrição ao crédito, pode ter influenciado a resposta desses mesmos consumidores quando questionados sobre se gostariam de fazer parte do cadastro positivo (aqui sugerimos que a falta de conhecimento em relação ao instituto pode exercer influência em sua aceitabilidade).

## CONCLUSÃO

Primeiramente, buscou-se demonstrar a importância do crédito enquanto instrumento de viabilização do desenvolvimento social. Verificou-se que em países como o Brasil, a política para o seu acesso não é muito encorajadora, pois além de burocrática, possui um custo muito alto (Tabela 1). Tal constatação permite chegar a uma conclusão preliminar quanto ao ponto: a concessão de crédito no Brasil, na forma como é realizada, ainda, não produz os seus potenciais efeitos enquanto política de desenvolvimento.

Em importante pesquisa realizada pelo Banco Mundial e utilizada como referência no presente trabalho, verificou-se que os países que adotaram um sistema eficiente de concessão de crédito, conseguiram reduzir a pobreza e se desenvolver melhor internamente. Dessa forma, o aumento do acesso ao crédito é aqui compreendido como instrumento que possibilita a acumulação de capital humano e, em última análise, viabiliza o desenvolvimento social a partir do desenvolvimento dos indivíduos (HELPMAN, 2004).

Sendo assim, verifica-se que a adoção de políticas que estimulam o aumento do crédito é fundamental para o alcance do desenvolvimento econômico e social. É nesse cenário que o cadastro positivo aparece como alternativa viável, pois representa uma forma para diminuição da assimetria de informações, aspecto que, como vimos, constitui verdadeiro entrave para a concessão de crédito mais rápido e barato.

Em síntese, o Cadastro Positivo serve para designar a formação de um banco de dados com informações positivas, ou seja, aquelas cumpridas dentro do prazo, de maneira que são consideradas para sua composição, as informações sobre adimplemento do consumidor.

Todavia, a discussão que sobre a implementação do Cadastro Positivo é complexa. O debate entre o aumento do acesso ao crédito e a privacidade, ainda, carece de pesquisas que objetivem a coleta dos dados a respeito do comportamento dos consumidores e da propensão dos mesmos a arcar com os custos que serão gerados pelo Cadastro Positivo.

A privacidade é considerada um dos custos desse cadastro e o debate entre o aumento do acesso ao crédito e a preservação da privacidade é um dos pontos a

serem superados para que a política possa ser implementada de maneira eficiente. Verificou-se, ainda, que um estudo pormenorizado em relação ao instituto da privacidade é necessário para que sejam superadas algumas questões trazidas por sua adoção de forma irrestrita.

Duas teorias foram utilizadas para explicar a concepção da privacidade no universo dos bancos de dados de proteção ao crédito. A primeira trabalhou com a ideia tradicional que trata a privacidade como sinônimo de reserva, desenvolvida a partir da concepção de Brandeis e Warren em “*The right to privacy*”. A partir desse entendimento e da evolução do instituto enquanto princípio, a privacidade foi consagrada em muitos países (tal como ocorre no Brasil) como aspecto da personalidade humana, com valor constitucional, devendo servir como garantia de direito fundamental.

A segunda teoria considerou a concepção adotada por Richard Posner, que considera privacidade um valor intermediário e que, por sua vez, deve dar lugar – em caso de conflito – a outros valores primários. Nesse sentido, entendemos que em muitos casos a análise dos interesses em jogo nos levará a preservação de outros direitos, como a dignidade, a vida e a liberdade em detrimento do direito à privacidade.

Não por outra razão, e considerando o universo da pesquisa realizada, é que o custo da privacidade pode ser considerado alto dependendo da pessoa/do consumidor. Todavia, a necessidade de terem supridas outras carências poderá superar, em alguns casos, o custo da privacidade.

Concluimos, também, que os dados padronizados sobre o perfil histórico dos consumidores podem servir como instrumento de redução dos custos para a concessão de crédito. Entretanto, ressalte-se: essa é uma medida – prevista pela Lei 12.414/11 –, que isoladamente pode não ser suficiente para proporcionar o fomento e o desenvolvimento no mercado de crédito brasileiro. Isso dependerá, principalmente, do seu impacto positivo no aumento da competição no setor, que só será encorajado na medida em que o instituto estiver sendo aceito entre os consumidores.

Apesar da criação e a implementação do cadastro positivo serem capazes de reduzir as barreiras à entrada no mercado de crédito, isso pode ser insuficiente para fortalecer a competição entre credores. O fortalecimento da concorrência é possível.

No entanto, o cadastro positivo pode gerar custos, como o relacionado à privacidade, o que inibe a implementação do instituto de forma satisfatória.

Por essa razão é essencial que as medidas adotadas busquem compatibilizar esse aspecto. Uma análise econômica sobre o conjunto de benefícios possíveis oriundos do aumento do acesso ao crédito pode ser considerada um argumento favorável para a aceitação social do Cadastro Positivo e, conseqüentemente, um estímulo para o cenário concorrencial.

A crítica feita à concepção da privacidade adotada no Brasil pode servir como objeto de debate acerca dos valores que salvaguardamos quando preservamos determinados princípios de cunho individual sem considerar o seu impacto na coletividade. Com esse argumento, não acreditamos que o melhor caminho seja ignorar os valores de cunho individual em benefício dos de cunho coletivo. Entretanto, sugerimos um debate que talvez demonstre a necessidade de releitura daquilo que consideramos como valores individuais. E nesse particular, acreditamos que a privacidade pode ser considerada um dos primeiros temas a ser debatidos por esse enfoque.



## REFERÊNCIAS

AKERLOF, G. A. **The market for lemons: quality uncertainty and the market mechanism.** The Quarterly Journal of Economics 84 (3): 488-500, 1970.

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** (Trad.) Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2011.

BECK, T.; DERMIGÜÇ-KUNT, A.; LEVINE, R.; **Finance, inequality and poverty: cross-country evidence.** World Bank Policy Research Working Paper 3338, June, 2004.

BESSA, Leonardo Roscoe. **Banco de dados de proteção ao crédito e os limites jurídicos do tratamento de informações positivas.** Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cadastro positivo**– Comentários à Lei 12.414/11. São Paulo: Editora RT, 2011.

\_\_\_\_\_. **O consumidor e os limites dos bancos de dados de proteção ao crédito.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** v. 1.3 (Trad.) Roneide Venancio Majer. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 2003.

COSTA, Geraldo de Faria Martins. **Superendividamento.** A proteção do consumidor de crédito em direito comparado brasileiro e francês. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

DONEDA, Danilo. Considerações Iniciais sobre os bancos de dados informatizados e o direito à privacidade. In: TEPEDINO, Gustavo. **Problemas de direito civil-constitucional.** Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

EFING, Antônio Carlos. **Banco de dados e cadastro de consumidores.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

GALINDO, A.; Miller M. **Can credit registries reduce credit constraints?** Empirical evidence on the role of credit registries in firm investment decisions. Inter-American Development Bank, 2004.

GREGÓRIO, José. **Borrowing constraints, human capital accumulation, and growth.** Journal of Monetary Economics. 37, 49-71, 1996.

HELPMAN, Elhanan. **The mystery of economic growth.** The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, London, and England. 2004.

HONOHAN. Patrick. The Bank Working Paper n. 43. **Financial sector policy and the poor.** Selected Findings and Issues. Washington, USA, 2004.

JAFFE, D. M.; Russell T. **Imperfect information and credit rationing.** Quarterly Journal of Economics 90, p. 651-660, nov. 1976.

NETO, B. Giacomo. **Economia dos recursos humanos – A Teoria do Capital Humano.** Notas de aula, 2005. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/ecop137/capital-humano.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2011.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de. **Cadastro de restrição de crédito e código de defesa do consumidor.** Campinas: LZN Editora, 2002.

PADILLA, A. J.; PAGANO M. **Endogenous communication among lenders and entrepreneurial incentives.** The Review of Financial Studies, 10(1): 205-236, 1997.

PAGANO Marco; JAPPELLI Tullio. **Information sharing, lending and defaults: Cross-country evidence.** Journal of Banking & Finance. V. 26, Issue 10, pp. 2017–2045. October 2002.

PAGANO, M.; JAPPELLI.T. **Information sharing in credit markets.** The Journal of Banking and Finance. v. 26, n. 10, pp. 2023/ 2054, 1993.

PASSARINHO JUNIOR, Aldir Guimarães. **Cadastro de consumidores:** questões controvertidas sob a ótica do Tribunal de Justiça. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1258, 11 dez. 2006. Disponível em: < <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/handle/2011/415>>. Acesso em 10 out. 2011.

PINHEIRO, A. C.; MOURA, A. **Segmentation and the use of information in brazilian credit markets**. This paper was written as part of the World Bank's research project on "Credit Information in Latin America", 1991 Disponível em: [http://www1.worldbank.org/finance/assets/images/castelar-moura\\_2-19-01\\_Credit\\_Text\\_10.pdf](http://www1.worldbank.org/finance/assets/images/castelar-moura_2-19-01_Credit_Text_10.pdf). Acesso em 11 nov. 2011.

PINHEIRO, Armando Castellar. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Editora Campus, 2006.

PORTO, Antônio José Maristrello. **O direito e a economia do cadastro positivo**. Revista de direito empresarial. Rio de Janeiro, 2010.

POSNER, Richard. **A economia e a justiça**. (Trad.) Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2011.

RAMOS, André de Carvalho. **O pequeno irmão que nos observa: os direitos dos consumidores e os bancos de dados de consumo no Brasil**. Revista de direito do consumidor. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, nº 53, janeiro-março/2005.

SADDI, Jairo. **Crédito e judiciário no Brasil: uma análise de Direito e Economia**. São Paulo: Ed. Quartier Latin, Rio de Janeiro, 2007.

SAMUELSON, W.; ZECKHAUSER R.; **Status quo bias in decision making**. Journal of Risk & Uncertainty , vol. 1. n. 1, p. 7-59, 1988.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. (Trad.) Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

\_\_\_\_\_. **Sobre ética y economia**. Alianza Universidad. Versión Española de Angeles Conde. Alianza Editorial, Madrid, 1989.

STATEN, M. E.; CATE F. H. **the impact of national credit reporting under the fair credit reporting act**: The risk of new restrictions and state regulation. Credit Research Center Working Paper nº 67, 2003. Available at Disponível em: [www.ftc.gov/bcp/workshops/infoflows/statements/cate02.pdf](http://www.ftc.gov/bcp/workshops/infoflows/statements/cate02.pdf). Acesso em 05 maio 2011.

STIGLER, G. J. **An introduction to privacy in economics and politics**. The Journal of Legal Studies 9 (4) p. 623-644, 1980.

STIGLITZ, J. E. and A. Weiss (1981). **Credit rationing in markets with imperfect information**. The American Economic Review. N. 71(3) p. 393-410.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. **O direito comparado na história do sistema jurídico brasileiro**. Revista de ciência política. Rio de Janeiro; vol. 33 (1), nov. 1989/jan1990.

WARREN, S.D.; BRANDEIS L.D. **The right to privacy**. Harward Law review, vol. IV. N. 5. December, 15, 1890.